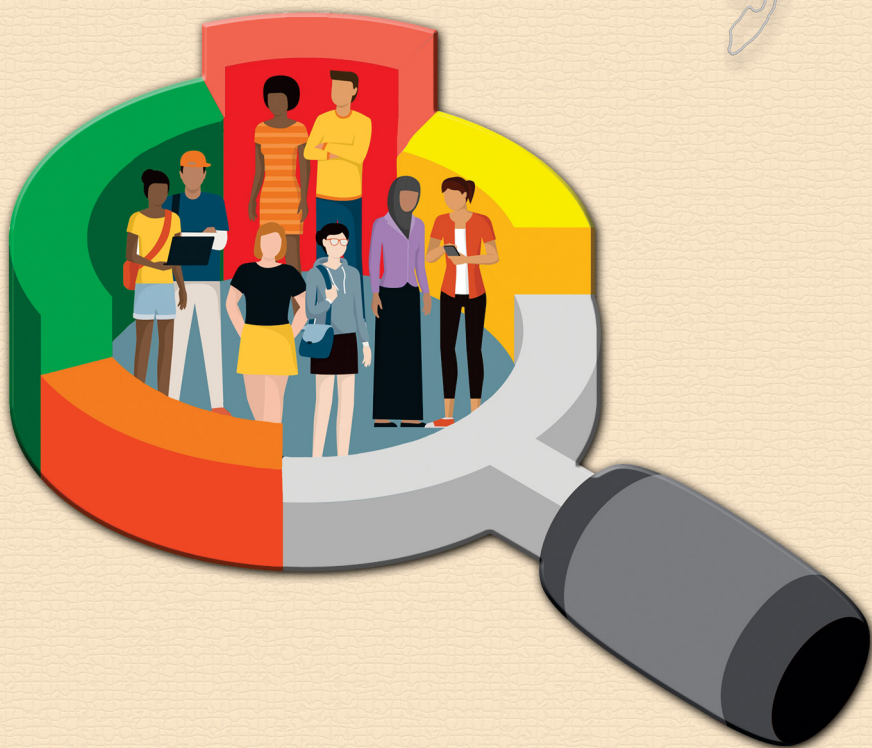


Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevez e
Jane Cruz Prates
Organizadores

ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Perfil • Formação • Trabalho



Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Jane Cruz Prates
(Organizadores)

**PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO
RIO GRANDE DO SUL**



PUCRS
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CRESSRS
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL | 110ª REGIÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Jane Cruz Prates
(Organizadores)

**PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO
RIO GRANDE DO SUL**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2022



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

PRÓLOGO

O livro *Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul* é produto de vasto estudo realizado por pesquisadores/as da Universidade Federal do RS e da Pontifícia Universidade Católica do RS com a participação de gestores/as do Conselho Regional de Serviço Social do RS (2017 – 2020), com vistas a desvendar como a profissão de Assistente Social se tem materializado no estado do Rio Grande do Sul, apontando o perfil desses/as profissionais e identificando os postos de trabalho, as condições como o trabalho se desenvolve e de que instrumentos de formação permanente a categoria dispõe.

Além de marcar o retrato atual da profissão em solo gaúcho, na pesquisa realizada em 2019-2021, os/as pesquisadores/as, mediante consistentes análises, dão mobilidade a essa fotografia e desvendam os desafios para a formação, a organização e o trabalho profissional.

A realização desta pesquisa ampla e da produção deste livro é prova cabal do compromisso ético e político de pesquisadores/as, trabalhadores/as e dos/das Assistentes Sociais que, ao responderem à pesquisa, deram corpo a esta produção.

Os capítulos que compõem o livro oferecem o trabalho rigoroso na análise dos dados coletados e alertam para os desafios à profissão em tempos tão sombrios, cujos elementos que informam o projeto ético, político e profissional estão sendo questionados.

Estamos todos de parabéns por contar com produções de intelectuais, acadêmicos/as ou profissionais cuja tarefa é nos alertar e produzir para que tenhamos instrumentos para lutar. É isso que encontramos neste livro!

Berenice Rojas Couto

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Camila Reinheimer

Revisão Técnica

Tatiana Reidel e Jane Cruz Prates

Revisão de Língua

Marisa De Lucca

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R359 - REIDEL, Tatiana

C645 - CLOSS, Thaisa Teixeira

M152 - MACIEL, Ana Lúcia Suárez

K068 - KNEVITZ, Agnaldo Engel

P912 - PRATES, Jane Cruz

Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul. Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs, Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevez e Jane Cruz Prates (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

14x21cm -196 páginas

ISBN - 978-85-5467-252-2

1. Serviço Social - 2. Formação - 3. Assistente Social- 4. Pesquisa - 5. Rio Grande do Sul-Brasil - I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 361.981

Índice de catálogo sistemático

Serviço Social

Formação

Assistente Social

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem expressa autorização.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores. da autora e do editor.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140

alex@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio

Filho, Centro de Convivência – Setor Norte

Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290

E-mail: ufam.editora@gmail.com

PREFÁCIO

Pesquisa sobre trabalho e formação de assistentes sociais: contribuição mais do que necessária

É com imensa alegria que recebi o honroso convite para fazer o prefácio desta obra. Primeiro, porque se trata do resultado de uma pesquisa sobre perfil, trabalho e formação de Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul, que vem preencher uma lacuna de estudos sobre esses temas, não apenas em nível estadual, mas também nacional, considerando que a última pesquisa dessa abrangência, conduzida pelo conjunto CFESS/CRESS, data de 2005.

Segundo, porque é produto de imenso esforço intelectual e logístico, realizado por grupos de pesquisa organizados em rede interinstitucional e em orgânica articulação com o Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul – CRESSRS e com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, envolvendo múltiplas comissões e núcleos de profissionais de ambas as entidades com grande capilaridade no território gaúcho e nacional.

Terceiro, porque esse esforço acadêmico e profissional orienta-se pela melhor tradição do pensamento crítico voltado à análise do trabalho em tempos de devassa e desconstrução pelo sistema global do *metabolismo antissocial do capital* (ANTUNES, 2020)¹, o que exige a busca de respostas a um conjunto de antigas e recentes indagações que possam perscrutar a nova morfologia do trabalho e seu sujeito vivo, a classe trabalhadora. Imperativo ainda maior quando o que está em questão é *não apenas entender o mundo, mas também transformá-lo*, como afirmou Marx em sua famosa tese sobre Feuerbach, em 1845, mais atual do que nunca.

Por último, mas não menos relevante, esta obra reúne pesquisadores/as experientes e grupos de pesquisa consolidados de cursos de Serviço Social e de programas de pós-graduação de duas das mais influentes universidades do Rio Grande do Sul — a UFRGS e a PUCRS —, com os quais mantemos importante interlocução, comprometidos com o projeto profissional do Serviço Social

¹ ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

brasileiro e seus fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, voltados para a conquista de vida digna e a construção de direitos para todos/as em uma sociedade emancipada.

As análises empreendidas beneficiam-se do acúmulo teórico dos principais expoentes do pensamento histórico-crítico de base marxiana e marxista no Serviço Social, que têm, no trabalho, a sua centralidade e, a partir desses fundamentos, buscam apreender, em uma perspectiva de totalidade, as características dessa especialização do trabalho coletivo na trama das relações sociais e no movimento de produção e reprodução das relações sociais capitalistas na sociedade brasileira, que lhe dão sentido e inteligibilidade.

O legado histórico e teórico-metodológico dessa aproximação abriu novas e fecundas perspectivas que passaram a direcionar a teleologia profissional, as diretrizes curriculares da formação acadêmico-profissional, a direção ético-política do trabalho, a ação das entidades profissionais e as formas de organização coletiva, além de fundamentar a pesquisa e a produção intelectual, na articulação da tríade trabalho, profissão e área de conhecimento na configuração do Serviço Social (RAICHELIS, 2018)².

Por essas razões, a pesquisa sobre o trabalho profissional na sua processualidade histórica, inserida no âmbito do capitalismo mundializado e financeirizado a partir da periferia dependente em que nos situamos, é relevante e oportuna justamente em um cenário sociopolítico de radicalização conservadora e regressiva, em que o trabalho e os direitos dele decorrentes sofrem o mais profundo ataque, juntamente com a desconstrução sem precedentes das políticas públicas e do inconcluso Estado Social brasileiro, que, na retórica ultraneoliberal, dissemina a ideia de uma suposta desnecessidade de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Para o Serviço Social, cujos profissionais se inserem na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho como trabalhadores/as assalariados/as de instituições públicas e privadas, é imperioso aprofundar o conhecimento sobre quem são os sujeitos vivos desse trabalho, como se inserem nos espaços ocupacionais e de que forma participam das respostas, ainda que parciais e insuficientes, ao agravamento sem precedentes da questão social e suas

²RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. *A nova morfologia do trabalho no serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018.

múltiplas e dramáticas expressões na vida de amplos segmentos da classe trabalhadora.

Premência que se faz urgente frente à crise estrutural do capital e às suas estratégias de desregulamentação e flexibilização do trabalho, agravadas pelo “capitalismo pandêmico” ou “capitalismo tóxico e virótico” (ANTUNES, 2020)³, que combina crescentes níveis de exploração e degradação do trabalho à destruição sistemática da vida humana e do meio ambiente.

Em função dessa ambiência regressiva, aos desafios do trabalho somam-se os da formação acadêmico-profissional, inicial e permanente, que colocam as universidades e as IES públicas e privadas no “fio da navalha”, pois, há tempos, vêm enfrentando expropriações, precarizações e desfinanciamento em um contexto de radicalização ultraneoliberal e mercantilização da ciência e da pesquisa, projeto hegemônico pelo grande capital transnacional que a pandemia da COVID-19 só fez (faz) aprofundar.

Além disso, é necessário destacar o papel estratégico das entidades profissionais de Assistentes Sociais, que, em meio à fragilização dos espaços e das lutas coletivas da classe trabalhadora, vêm desenvolvendo uma agenda política, acadêmica e profissional da maior relevância, pois, para enfrentar os desafios da magnitude como os da atual conjuntura, é preciso capacidade de resistência coletiva e unidade das forças políticas progressistas na defesa de projetos emancipatórios no trabalho, na formação acadêmica, na pesquisa e na organização política.

Este livro, certamente, é uma contribuição relevante para desvendar as temáticas aqui apontadas e fornecer pistas consistentes para novas prospecções, necessárias para abordar a questão movente do trabalho e dos seus sujeitos vivos. Os inúmeros achados da pesquisa que ora se apresenta convidam à reflexão, seja para reforçar conhecimentos já assentados, seja para problematizar novas e instigantes descobertas que exigem aprofundamentos, complementações e continuidades.

Organizada em 6 capítulos temáticos — caracterização identitária, formação profissional, trabalho profissional, supervisão de estágio, educação permanente e organização profissional e política —, esta obra coletiva sistematiza e analisa, em múltiplas

3 ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*, op. cit.

dimensões, uma massa significativa de dados empíricos coletados na ampla e arrojada pesquisa de campo composta por questionário, complementada com grupos focais realizados com profissionais dos Núcleos de Base de distintas Seccionais do CRESSRS, em diferentes regiões do estado. Destaca-se aqui também a valiosa contribuição metodológica dos/as autores/as da pesquisa, que, de modo generoso e qualificado, descrevem não apenas os instrumentos técnicos utilizados, mas também as diferentes estratégias pedagógicas de aproximação com os sujeitos e de motivação para seu engajamento no processo investigativo.

Assumindo, com convicção, a concepção de Serviço Social como resultado de relações sociais contraditórias, engendradas pela ordem capitalista, os/as autores/as afirmam, ao mesmo tempo, ser a profissão um produto vivo de seus agentes, do seu protagonismo individual e coletivo, a partir das bases materiais e ideopolíticas que lhes servem de referência e hegemonomizam a sua direção social, não sem tensões, como demonstrado ao longo do livro.

É essa perspectiva analítica que permite aos/as Assistentes Sociais, como trabalhadores/as assalariados/as, resistir à subsunção real do seu trabalho às imposições do poder do capital e/ou dos/as seus/suas representantes nas esferas estatais.

Esta obra, que ora vem a público, é uma contribuição consistente e relevante para o fortalecimento da direção ético-política do projeto profissional do Serviço Social comprometido com a defesa e o alargamento de direitos da classe trabalhadora, da qual fazem parte os/as Assistentes Sociais.

Ótima leitura!

*Raquel Raichelis – docente e pesquisadora da PUCSP
São Paulo, outubro de 2021,
em plena pandemia da Covid-19.*

PRÓLOGO

Berenice Rojas Couto

- 7 -

PREFÁCIO

Raquel Raichelis

- 9 -

APRESENTAÇÃO

Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs, Ana Lúcia Suárez Maciel,
Agnaldo Engel Knevez e Jane Cruz Prates

- 15 -

1. CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Tatiana Reidel, Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevez e
Carolyne Zgievski Barreto

- 27 -

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO SOB AS LENTES DOS/AS EGRESSOS/AS

Ana Lúcia Suárez Maciel e Tatiana Reidel

- 47 -

3. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Tatiana Reidel,
Thaisa Teixeira Closs e Jane Cruz Prates

- 71 -

4. A CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

Tatiana Reidel, Loiva Mara de Oliveira Machado e Eliana Mourgues Cogoy

- 95 -

5. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: RELEVÂNCIA E POSSIBILIDADES

Rosa Maria Castilhos Fernandes, Loiva Mara de Oliveira Machado e
Tatiana Reidel

- 115 -

6. ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS/AS E AS INSTÂNCIAS
POLÍTICO-ORGANIZATIVAS

Tatiana Reidel, Laís Duarte Corrêa e Agnaldo Engel Knevez

- 135 -

APÊNDICE

- 171 -

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

- 189 -

APRESENTAÇÃO

Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Jane Cruz Prates

O presente livro destina-se ao debate acerca do perfil, da formação e do trabalho de Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul (RS), ancorado em ampla pesquisa interinstitucional que emerge da inquietação com a ausência de estudos sobre esses temas, no território gaúcho, na direção de desvendar as determinações concretas que incidem sobre a profissão, ampliando o conhecimento sobre a categoria, sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais e as tendências do exercício profissional.

Nessa direção, a pesquisa ancorou-se numa abordagem crítica e totalizante do Serviço Social, na sua inscrição na realidade brasileira e regional, buscando desvendar tendências postas no movimento da sociedade. Ou seja, como destaca Iamamoto (2005, p. 203-204), que o Serviço Social só adquire “sentido e inteligibilidade na história da qual é parte e expressão”, e se a mesma é “socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas”, também é “produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas”.

Reconhecemos, assim, a importância de apreender a realidade de um dos territórios onde se conforma a profissão, considerando as particularidades e os determinantes históricos que contribuíram na sua conformação; ao mesmo tempo, incorporamos elementos que se referem às manifestações da questão social no contexto estadual e as respectivas formas para o seu enfrentamento por parte do coletivo profissional, do Estado e da sociedade em geral.

Nesse horizonte, a pesquisa se construiu a partir da articulação com pesquisadores/as da área de Fundamentos do Serviço Social membros da Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESSRS que manifestavam ao longo dos anos junto a esse Conselho a relevância de avançar no processo de desvendar a realidade da profissão na sua inscrição no âmbito estadual, com vistas a ter dados

concretos para subsidiar ações coletivas, tanto no que se refere ao perfil dos/das Assistentes Sociais quanto a sua formação, trabalho, relação com as entidades político-representativas da categoria e outros temas, como a educação permanente, as competências e os fundamentos profissionais. Assim, com a intencionalidade de otimizar o que poderia ter se tornado vários estudos isolados, o CRESSRS reuniu estes/as pesquisadores/as e possibilitou uma proposta coletiva por meio de uma única pesquisa que se gestou a partir de um conjunto de questões relacionadas com inquietudes vividas e sentidas a partir do trabalho como pesquisadoras, docentes, representantes, dirigentes de entidades político-organizativas da categoria profissional e militantes.

Parte dessas questões vêm emergindo dos estudos realizados e pesquisas empreendidas nos grupos de pesquisa liderados pelas pesquisadoras que, em diálogo permanente com o CRESSRS, mediante a referida Comissão, com o envolvimento em distintos Grupos de Trabalho e outras atividades desenvolvidas com este Conselho e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), perceberam a emergente necessidade de empreender uma pesquisa interinstitucional que articulasse esses esforços acadêmicos e profissionais num escopo capaz de apreender, no âmbito estadual, a realidade da formação e do trabalho dos/as Assistentes Sociais na atual conjuntura brasileira.

Assim, surgiu a pesquisa interinstitucional, intitulada “Perfil, formação e trabalho dos/das Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul”, contemplada por meio da articulação com pesquisadores/as destes temas vinculados aos cursos de Serviço Social e aos programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e à Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESSRS, objetivando desvendar o perfil dos/das Assistentes Sociais quanto à formação e ao trabalho profissional, aos processos de educação permanente e à relação com as entidades político-representativas da categoria.

É importante destacar a relevância desta investigação diante do contexto que estamos vivendo, especialmente na última década, em que temos novo contingente de Assistentes Sociais quase maior numericamente do que o que tínhamos formado ao longo de

toda a trajetória histórica brasileira do Serviço Social. Atualmente, o Brasil é o segundo país com maior número de Assistentes Sociais. Conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social, contabilizamos mais de 200 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais (CRESS) existentes em cada estado e no Distrito Federal, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América. No estado do Rio Grande do Sul, contamos com aproximadamente 14 mil Assistentes Sociais inscritos/as no CRESSRS, e, no período da pesquisa, pouco mais de 8 mil Assistentes Sociais estavam com registro ativo.

Compreender essas transformações na profissão conectadas na dinâmica do Brasil recente, em que se processam regressões de toda ordem, ao mesmo tempo em que se ampliam as desigualdades, impõe-nos demarcar a importância do trabalho profissional ancorado na direção social crítica, construída pela profissão no movimento da sociedade brasileira, em suas lutas sociais. No entanto, há que se reconhecer as transformações substantivas que se processaram no âmbito da formação e do trabalho, com destaque para a precarização e a mercantilização de ambas as instâncias, associadas às disputas por novos ideários que se baseiam na perspectiva conservadora do trato da questão social.

O desafio nesse quadro, como demarca Iamamoto (2019, p. 450), é o de “preservação de conquistas do Serviço Social dos últimos quarenta anos”, reconhecendo que a profissão no país “tem vivido um duplo e contraditório movimento: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens”, mas também se registra a revitalização de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, apoiada na negação da sociedade de classes (NETTO, 1996).

Essas conquistas, cuja defesa e consolidação requerem esforços articulados no âmbito da pesquisa, da formação graduada e pós-graduada e da organização político-profissional, em articulação com as lutas sociais travadas na conjuntura atual, conforme aponta Iamamoto (2019, p. 452), podem ser apreendidas nas seguintes dimensões:

- a) o vínculo da imagem do Serviço Social com os direitos na recusa da benemerência; b) a ampliação dos espaços ocupacionais na órbita das políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal,

alargando o mercado de trabalho especializado; c) a ampliação das competências do/a Assistente Social para além da execução de políticas, incluindo sua formulação, avaliação e financiamento; d) a consolidação da formação pós-graduada (mestrado e doutorado) na universidade pública, o desenvolvimento de cursos de especialização nas áreas mais representativas do mercado de trabalho aliada à qualificação das graduações com base em diretrizes curriculares nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); e) a consideração dos dilemas históricos da formação social no Brasil em suas particularidades, propiciando o conhecimento das expressões da “questão social” e dos sujeitos que vivenciam; f) a defesa das condições de trabalho, do piso salarial e da jornada de trinta horas estabelecida por lei federal; g) o debate ético em profundidade e na defesa do princípios e valores éticos que guiam o Serviço Social brasileiro e aderido no cotidiano de trabalho; h) os estudos de competências e atribuições profissionais (arts. 4 e 5 da Lei da Regulamentação da Profissão) nas áreas de assistência, saúde, educação, sociojurídica, dentre outras; i) entidades nacionais representativas e dotadas de capilaridade nacional: a Abepss e o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e conselhos regionais (Cfess-Cress) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso); j) a preservação da capacidade de indignar-se ante as injustiças, discriminações no aprendizado da luta coletiva na defesa da grande política.

Portanto, desvendar as transformações que se processam na realidade brasileira e na profissão, considerando sua inscrição na dinâmica contraditória da sociedade, a partir de uma perspectiva de totalidade, é essencial para construirmos estratégias coletivas de defesa dessas conquistas, avançando na produção de conhecimentos referentes aos Fundamentos do Serviço Social em suas mediações com o trabalho e a formação profissional. Nessa perspectiva, quanto aos dados sobre o perfil do/da Assistente Social no Brasil, o que encontramos de mais atualizado se refere à pesquisa articulada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cujo relatório final é datado de maio de 2005.

Nesse sentido, a pesquisa que origina este livro responde, de modo especial, a uma lacuna no que se refere aos estudos e às informações sobre a conformação atual do perfil, da formação e do trabalho dos/das Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul. Nessa direção, o estudo foi constituído pelas seguintes questões norteadoras: a) Como se constitui o perfil dos/das Assistentes

Sociais no estado do Rio Grande do Sul? b) Como se conformam os espaços sócio-ocupacionais para os/as Assistentes Sociais nesse estado? c) Como se efetiva o trabalho dos/das Assistentes Sociais diante do rebatimento da crise capitalista contemporânea? d) Como os fundamentos e as competências são mediados pelos/as profissionais na materialização do trabalho? e) Quais são as características da formação profissional dos/das Assistentes Sociais do estado? f) Quais são as demandas por educação permanente dos/das Assistentes Sociais, considerando as situações de trabalho e os espaços organizativos e participativos em que se inserem? g) Como se dá a organização político-profissional dos/das Assistentes Sociais?

No ano de 2019, foi vivenciado intensamente o processo de desenvolvimento da pesquisa com reuniões da equipe, lançamento oficial por meio de vídeo explicativo, amplamente divulgado nas redes sociais, no Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), no *Jornal CRESS Informa*, no site do CRESSRS, nas redes sociais e nas reuniões com os NUCRESS. A partir de então, iniciou-se árduo processo de sensibilização da categoria para os objetivos desta investigação e a relevância da participação, por meio da articulação com coordenadores/as dos cursos de Serviço Social do estado, com os NUCRESS e Seccionais.

Após a definição da equipe de pesquisa, o instrumento de coleta foi organizado em 5 blocos, sendo eles: 1) Perfil Profissional; 2) Formação Profissional; 3) Trabalho Profissional; 4) Entidades Político-Organizativas da Categoria; 5) Educação Permanente. As questões foram inseridas manualmente, na plataforma Survey Monkey. Como o instrumento solicitava opções de resposta, como cidades do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, foi feito o levantamento de todas as cidades, universidades que ofertavam o curso de Serviço Social, bem como os cursos de Serviço Social nos demais estados da Federação, tendo em vista os/as Assistentes Sociais que exercem a profissão no RS e realizaram a formação em outras localidades. Paralelo a isso, foi feito o levantamento e a sistematização dos e-mails dos/das Assistentes Sociais vinculados/as ao CRESSRS com registros ativos. A partir desse levantamento de mais de 9 mil e-mails, a pesquisa foi enviada para a categoria. Alguns desses e-mails estavam inativos, motivo pelo qual o número total foi de 8.503 questionários enviados.

Entretanto, antes de ser enviado para toda a categoria, a equipe da pesquisa realizou uma aplicação piloto do instrumento de coleta de dados. Dessa forma, os próprios membros da equipe responderam ao questionário, bem como profissionais voluntários/as, com o intuito de qualificar as questões ou sanar algum problema no decorrer das respostas. Após essa verificação, o questionário foi readequado de acordo com as observações da equipe e estava pronto para ser enviado.

A plataforma SurveyMonkey também possibilitou o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente com o instrumento de coleta, enviado para os 8.503 e-mails do/das Assistentes Sociais do estado. Além disso, a plataforma permitiu a participação na pesquisa por meio da criação de um link para divulgação por WhatsApp, Facebook e pelo site do CRESSRS. Ao todo, foram 2.930 respostas, sendo 2.411 dos questionários preenchidos por e-mail, 500 respostas do link do WhatsApp e 19 pelo Facebook. Todos os e-mails que retornaram para dialogar sobre a pesquisa foram individualmente lidos e respondidos, guardados os cuidados éticos explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Avaliamos que este acompanhamento diário e a interlocução com os/as participantes, que assim demandaram, contribuíram no processo de monitoramento da pesquisa e no contato com a categoria profissional, estreitando vínculos com a equipe de pesquisa.

Com vistas a adensar alguns temas, foram realizados, paralelamente ao processo de coleta dos dados por questionários, grupos focais nas Seccionais de Caxias do Sul e de Pelotas, totalizando a realização de 4 grupos focais em distintos horários, sendo 2 em cada Seccional. Também se realizaram, em Porto Alegre, 3 grupos focais com representantes dos Núcleos de Base do CRESS (NU-CRESS) de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, bem como um grupo focal no NUCRESS do Vale do Taquari, totalizando 8 grupos focais.

Todos os grupos focais foram transcritos. Inclusive, buscando qualificar a análise dos dados obtidos, foi feito um levantamento dos NUCRESS e das cidades a que cada Núcleo pertencia. As coordenações, após serem contatadas pela equipe da pesquisa, colaboraram na elucidação daqueles municípios ou regiões que apareciam como sendo pertencentes a dois Núcleos diferentes, o que

evidencia a participação da categoria também neste processo, bem como qualifica o conhecimento das diferentes regiões do estado, favorecendo novos estudos e ações de articulação das entidades.

O processo de análise iniciou-se no ano de 2020 e contemplou o cruzamento de dados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), o agrupamento e a sistematização das questões abertas do questionário, bem como o agrupamento dos municípios por NUCRESS. Cada pesquisador/a ficou responsável por um dos cinco eixos da pesquisa, e a análise realizada culminou na produção dos capítulos que constituem este livro.

No primeiro capítulo, intitulado *Caracterização identitária dos/as Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul*, de autoria de Tatiana Reidel, Ana Lúcia Suárez Maciel, Agnaldo Engel Knevez e Carolyne Zgievski Barreto, inclui a apresentação e a problematização dos elementos que emergiram na pesquisa, com relação à caracterização dos sujeitos que participaram e que expressam elementos da identidade dos/as profissionais no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, abordando aspectos relacionados com a identidade dos/as profissionais de modo contemporâneo, como faixa etária, local de residência, estado civil, identidade de gênero, pertença étnico-racial e religiosa e faz a constatação de significativa ampliação do contingente profissional nesse período histórico, que pode ser associado à expansão do ensino superior na rede pública e privada, bem como à implantação da modalidade de ensino à distância na área.

O segundo capítulo, intitulado *Formação profissional dos/as Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul: caracterização e avaliação sob as lentes dos/as egressos/as*, de autoria de Ana Lúcia Suárez Maciel e Tatiana Reidel, busca atualizar os dados acerca da realidade da formação na área, na particularidade do território gaúcho, tendo em vista favorecer o debate e a construção de estratégias por parte das Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS), das organizações de representação da categoria e dos/as próprios/as profissionais para a consolidação de uma formação crítica. Além disso, discute os resultados da pesquisa, de forma a caracterizar as UFAS que atuam na formação de profissionais no RS, considerando a prioridade pela escolha do curso por parte dos/as Assistentes Sociais, a avaliação sobre a formação acessada (atividades de ensino, pesquisa, extensão e movimentos da categoria

profissional), bem como os graus de satisfação com o processo formativo quanto aos aspectos de articulação com a conjuntura, as competências e a realidade do mundo do trabalho.

No terceiro capítulo, intitulado *Configurações do trabalho dos/das Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul*, de autoria de Tatiana Reidel, Thaisa Teixeira Closs e Jane Cruz Prates, são aportados dados que dão visibilidade ao modo como o trabalho do/da Assistente Social vem sendo materializado no estado, considerando as transformações societárias que incidem nos espaços sócio-ocupacionais, nas relações e nas condições que o conformam, no quadro da ampliação dos processos de contrarreforma do Estado que incidem na Seguridade Social. Nessa perspectiva, é discutida a inserção no mercado de trabalho dos/das Assistentes Sociais, considerando número e tipos de vínculos empregatícios, jornada de trabalho e remuneração, natureza dos organismos empregadores, política social predominante no espaço de trabalho, condições éticas e técnicas para a realização do trabalho e principais precarizações vivenciadas no exercício da profissão.

No quarto capítulo, intitulado *A configuração do processo de supervisão de estágio em Serviço Social no Rio Grande do Sul*, as autoras Tatiana Reidel, Loiva Mara de Oliveira Machado e Eliana Mourgues Cogoy discutem a concepção de supervisão em Serviço Social, seu significado e a execução da supervisão direta de estágios em face das legislações e das normativas da área. Desenvolve-se a análise dos dados referentes a essa temática obtidos na pesquisa, refletindo-se sobre o número de estudantes em estágio, a carga horária semanal de trabalho utilizada para supervisão de estágio de campo e acadêmica e a participação nos fóruns de estágios, considerando-os como espaços de educação permanente e fortalecimento da direção social da profissão.

O quinto capítulo *Serviço Social e educação permanente: relevância e possibilidades*, de autoria de Rosa Maria Castilhos Fernandes, Loiva Mara de Oliveira Machado e Tatiana Reidel, aborda inicialmente as bases conceituais que permitem a interlocução da educação permanente com o Serviço Social. Problematisa dados referentes às modalidades e às temáticas de educação permanente que os/as Assistentes Sociais consideram relevantes, das quais participam ou manifestam interesse em participar, subsidiando o debate

sobre a construção de estratégias de incorporação da educação permanente no cotidiano do trabalho profissional.

No sexto capítulo, intitulado *Assistentes Sociais gaúchos/as e as instâncias político-organizativas*, de autoria de Tatiana Reidel, Laís Duarte Corrêa e Agnaldo Engel Kneviz, apresenta uma análise dos dados sobre a relação dos/das Assistentes Sociais gaúchos/as com as entidades representativas do Serviço Social, a saber: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS; o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social com os Conselhos Regionais de Serviço Social — CFESS/CRESS; a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social — ENESSO; além da relação com associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, espaços de incidências no campo dos direitos humanos e das políticas públicas e sociais.

O Apêndice contém o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o instrumento de coleta de dados adotado na pesquisa, dando visibilidade ao processo de investigação, com o intuito de fomentar novos estudos sobre a profissão. Destaca-se a abrangência e a amplitude do banco de dados construído na pesquisa, o qual se encontra, em parte, sistematizado na presente produção e será alvo de novas análises, possibilitando futuras publicações a serem socializadas com a categoria e as entidades político-organizativas.

Nesta perspectiva, destacamos a relevância desta produção, que articula investigação e produção de conhecimento com a decisão política e estratégica do CRESSRS em empreender esforços de desvendar a realidade que envolve a categoria profissional no estado, considerando o recorte e a delimitação do tema definido nesta pesquisa. Comungamos a compreensão de que os achados da pesquisa, além de sua relevância, representam importante e significativo passo para a categoria e suas entidades político-organizativas no que se refere à investigação de algumas variáveis que possam oferecer contribuições na elaboração de ações voltadas para o fortalecimento da dimensão pedagógica de atuação deste Conselho — conforme preconiza a Política Nacional de Fiscalização (Resolução do CFESS nº 512/2007) — bem como na realização de outras iniciativas de devolução desta pesquisa, como seminários e encontros com a categoria profissional para a construção de estratégias e encaminhamentos coletivos-, contribuindo, assim, no fomento de novas

articulações entre profissionais, estudantes e docentes no horizonte do fortalecimento do projeto ético-político profissional hegemônico dos/das Assistentes Sociais brasileiros/as.

Destaca-se, por fim, que os dados compartilhados neste livro requerem atualização constante, razão pela qual se sublinha a importância de dar continuidade às pesquisas desta natureza, de modo a manter intensa a relação entre as universidades, as organizações coletivas da categoria e os/as profissionais. O esforço empreendido pelo coletivo de profissionais que se envolveu com esta pesquisa sinaliza o campo fecundo de possibilidades que se abre, ao construirmos estratégias de elaboração de conhecimento que se colocam a serviço da profissão, constituindo redes de pesquisadores/as em conexão com os órgãos de representação da profissão e a categoria nos múltiplos territórios em que vive e trabalha. Como resultado, temos uma produção que, resguardada a sua temporalidade, avança no esforço em apreender o perfil, a formação e o trabalho de Assistentes Sociais no RS, contribuindo para o avanço do conhecimento e, conseqüentemente, das estratégias de atuação do Serviço Social neste estado.

Em tempos de negação e/ou questionamento da ciência, a entrega de um livro desta natureza à categoria profissional e à sociedade evidencia que o nosso compromisso ético-político se mantém inabalável, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987, p. 78).

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

IAMAMOTO, M. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios

contemporâneos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3m-PJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

*Tatiana Reidel
Ana Lúcia Suárez Maciel
Agnaldo Engel Knevez
Carolyne Zgievski Barreto*

Introdução

Neste capítulo, debruçamo-nos na apresentação e na problematização dos elementos que emergiram na pesquisa, com relação à caracterização dos sujeitos que participaram e que expressam elementos da identidade dos/das profissionais no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. As últimas duas décadas do atual século vêm demarcando um novo contexto para a profissão, no que se refere tanto à formação quanto ao exercício profissional. Esse cenário é determinado pelas transformações societárias que resultam da dinâmica da sociedade capitalista e dos movimentos que a profissão vem empreendendo no compasso dessa contraditória dinâmica.

Assim, problematizar aspectos relacionados com a identidade dos/das profissionais de modo contemporâneo é fundamental para apreender as principais alterações que, porventura, tenham-se efetivado nesse período. Especialmente, constatamos a significativa ampliação que o contingente profissional obteve nesse período histórico, fruto da expansão do ensino superior na rede pública e privada, bem como da implantação da modalidade de ensino à distância, a partir do ano de 2006.

No referido período, atestamos um contingente de Assistentes Sociais quase maior numericamente do que o que tínhamos formado no Brasil, ao longo de toda a trajetória histórica do Serviço Social, e que incide na conformação do trabalho e da formação dos/as Assistentes Sociais, reiterando a necessidade de investigar e conhecer a constituição do perfil, da formação e do trabalho profissional desses/as trabalhadores/as, pois “[...] poucos são aqueles estudos que têm como foco o sujeito profissional [...]” (IAMAMOTO, 2003, p.65).

O Brasil é o segundo país com maior número de Assistentes Sociais, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS, contabilizando mais de 200 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (CFESS, 2013). No estado do Rio Grande do Sul, contamos, atualmente, com aproximadamente 14 mil Assistentes Sociais inscritos/as no CRESSRS e pouco mais de 9 mil Assistentes Sociais na condição de inscrito/a ativo/a, segundo informações obtidas junto ao setor de registros do CRESSRS.

No que se refere a dados sobre o perfil do/a Assistente Social no Brasil, o que encontramos de mais atualizado é a pesquisa articulada pelo — CFESS, pelos CRESS e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que contou, na composição da equipe, com colaboradores/as, um representante dos então 24 Conselhos Regionais que se configuraram como o conjunto CFESS/CRESS, cujo relatório final é datado de maio de 2005. Tem-se conhecimento, em âmbito estadual, de iniciativas semelhantes realizadas em alguns estados da federação, o que traduz a importância dos estudos desta natureza, para apreender a conformação da profissão em nível nacional, regional e estadual. Identificamos, nessa direção, a necessidade de atualização dos dados da pesquisa nacional divulgados em 2005 e, de modo especial, destacamos inquietações diante de uma lacuna, no que se refere a estudos e informações sobre a configuração atual do perfil, da formação e do trabalho dos/as Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul.

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada no ano de 2019, evidenciando os principais dados sobre o perfil profissional e empreendendo análises que emergiram das principais características dos/as profissionais que participaram da pesquisa. A estrutura do capítulo abrange duas seções: a primeira indica a perspectiva de análise adotada pelos/as autores/as, para apreender elementos da identidade dos sujeitos pesquisados; a segunda compartilha os dados obtidos no campo empírico, com as respectivas problematizações acerca de faixa etária, local de residência, estado civil, identidade de gênero, pertença étnico-racial e religiosa dos/as profissionais.

Identidade profissional dos/das Assistentes Sociais gaúchos/as: perspectiva de análise

Ao introduzirmos a temática da identidade de um/a profissional, é comum que a identifiquemos com a sua singularidade, assim como a conectamos com a sua trajetória de vida. No entanto, no Serviço Social compreendemos esse aspecto sob uma perspectiva ampla, já que traduz a identidade coletiva da profissão diante da sociedade. Nessa direção, a concepção de identidade supõe apreendê-la:

[...] não como uma unidade fechada e estática, ou universalmente idêntica, mas como uma pluralidade de expressões construídas a partir de distintas formas de inserção da profissão na sociedade, por diferentes grupos de profissionais em diferentes momentos da profissão. (HECKERT, 199, p.57).

Fica evidenciado que a formação da identidade profissional é um processo que articula a singularidade de cada profissional com a identidade coletiva da profissão que, ao longo dos seus mais de 80 anos de existência no Brasil, foi sendo reconstruída diante da dinâmica posta pela própria realidade, mas, também, pelos fundamentos e pela direção social da profissão. Deste modo, a identidade profissional é uma categoria dialética em permanente transformação, o que nos impõe captar a sua dinâmica na sua totalidade e considerar a sua historicidade.

Martinelli (1989) brindou-nos com importante produção acadêmica na virada da década de 1980 para a de 1990, ao introduzir, na categoria profissional, o fértil debate acerca da identidade e da consciência social dos/as profissionais. Naquele período, sua produção foi seminal para contribuir com o desvendamento das relações existentes entre a profissão e a sociedade capitalista. Assim, ao desenvolvermos, neste capítulo, o debate acerca das características identitárias dos/as profissionais do RS, estamos compreendendo-as como um dos elementos que constituem a identidade profissional, pois:

[...] a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de

classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 1989, p. 7).

Nesse sentido, elementos identitários, como o gênero, a pertença étnico-racial e o vínculo religioso dos/as profissionais, são dimensões que acompanham a construção da identidade da profissão, pois sabemos que a sua gênese é marcada pela influência religiosa na criação das primeiras escolas de Serviço Social, bem como pela presença feminina e vocacional que demarcou os primeiros perfis profissionais (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982).

Estes elementos encontram-se superados na contemporaneidade, em decorrência do processo de redefinição do significado sócio-histórico da profissão (YAZBEK, 2009), o que lhe assegura o pluralismo na configuração, inclusive, do contingente profissional.

Ao considerarmos a trama das relações sociais onde a profissão se inscreve, faz-se necessário pontuar que os profissionais do Serviço Social se constituem como sujeitos sociais, o que inclui as suas trajetórias de vida anteriores à opção pelo curso que, durante a formação e o exercício profissional, passam a entrelaçar-se, contribuindo para a conformação do modo de ser Assistente Social.

Ortega y Gasset (1970) aponta a compreensão desse processo que constitui o sujeito social num sujeito profissional, ao ponderar que a vida ocorre em fases e etapas que se sucedem e entrelaçam em determinado período histórico. Assim, os sujeitos profissionais compartilham, igualmente, valores e crenças denominados pelo autor como geracionais, pois se definem a partir de determinado espaço e tempo. Pensar as características identitárias dos/as profissionais pesquisados/as no solo gaúcho, no ano de 2019, tal qual propõe o autor, significa reconhecer a existência de uma multiplicidade de gerações que, juntas, vêm construindo o Serviço Social neste território. Igualmente, isso requer o entendimento de que essas gerações passaram por diferentes formações, foram influenciadas por referenciais teóricos, metodológicos e ético-políticos de distintos momentos da historicidade da profissão, dotando de complexidade o debate sobre a sua identidade.

Com base nessas perspectivas de análise, entendemos que pensar a identidade profissional é um processo complexo que envolve um conjunto de elementos que trataremos de explorar na próxima

seção deste capítulo, pois os dados nos remetem ao debate acerca de gênero, pertença étnico-racial, vínculo religioso e estado civil dos profissionais que, na sua totalidade, expressam a identidade singular e coletiva da categoria.

Caracterização dos/das Assistentes Sociais: onde vivem, qual a sua idade, identidade de gênero, pertença étnico-racial e vínculo religioso?

Na perspectiva de identificar onde residem os/as 2.930 Assistentes Sociais que responderam ao questionário, observamos que um contingente significativo está concentrado na capital, em grandes centros urbanos, na região metropolitana, seguido de cidades menores e municípios de pequeno porte. As 20 cidades com maior frequência de respostas são: Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Canoas, Passo Fundo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Gravataí, Viamão, Alvorada, Lajeado, Rio Grande, Erechim, Ijuí, Cruz Alta, Uruguaiana, Santa Rosa e Cachoeirinha, conforme se observa no quadro a seguir:

QUADRO 1 — Cidade onde residem os/as Assistentes Sociais no RS

CIDADE	%	Nº RESPONDENTES
Porto Alegre	23,34	646
Caxias do Sul	4,55	126
Santa Maria	4,08	113
Pelotas	3,58	99
Canoas	3,00	83
Passo Fundo	2,96	82
São Leopoldo	2,20	61
Santa Cruz do Sul	1,73	48
Novo Hamburgo	1,70	47
Gravataí	1,66	46

Viamão	1,55	43
Alvorada	1,45	40
Lajeado	1,45	40
Rio Grande	1,45	40
Erechim	1,37	38
Ijuí	1,26	35
Cruz Alta	1,08	30
Uruguaiana	0,98	27
Santa Rosa	0,94	26
Cachoeirinha	0,87	24
Total	61,20	1.694

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Identifica-se que, dos/as participantes da pesquisa, o maior número reside na capital do estado, Porto Alegre, contabilizando 23,34%. A partir dessa primeira análise, podemos destacar que 83% dos/as Assistentes Sociais (69 respondentes) residem na mesma cidade em que trabalham, de forma que 30,17 % não exercem sua atividade laboral no município de sua residência.

Os/as Assistentes Sociais vinculados/as ao CRESS, por adesão podem participar de Núcleos de Base do CRESSRS, os denominados NUCRESS, que são espaços de articulação e construção coletiva da categoria com a gestão. Atualmente, conforme o CRESSRS, são 37 NUCRESS espalhados por todo o estado do Rio Grande do Sul e duas Delegacias Seccionais, localizadas nos municípios de Caxias do Sul e Pelotas.

O CRESSRS contém 37 Núcleos de Base e duas Seccionais cujas sedes estão em Caxias do Sul e Pelotas. Alguns Núcleos constituem-se com abrangência de apenas um município, mas sua maioria envolve mais de um município. No processo de caracterização dos/as Assistentes Sociais que participaram desta investigação, entre as questões iniciais, tínhamos a identificação da cidade onde reside a categoria profissional.

No desenvolvimento do processo de análise, compreendemos a relevância de dar visibilidade não apenas ao território de residência, mas também ao Núcleo de referência de cada participante.

Assim, iniciamos um processo de busca junto ao CRESSRS e no seu site, para identificação dos respectivos municípios que compõem cada um dos Núcleos, para aqueles que se constituem em mais de um.

No processo de busca, identificamos que havia algumas cidades que se encontravam repetidas em mais de um Núcleo, totalizando 16 nessa situação. Com o objetivo de refinar os dados, foi realizado contato com as 16 coordenações dos Núcleos cujas cidades se encontravam em dois diferentes, para verificar a qual Núcleo realmente pertencia cada município. Das coordenações contatadas, 13 retornaram. Os municípios pertencentes aos três Núcleos restantes foram agrupados, tendo como critério a proximidade geográfica. Assim, sistematizamos nova tabela apresentada a seguir e disponibilizada ao CRESSRS, com a configuração dos municípios que compõem os Núcleos a partir dessa sistematização, para fins de organização dos dados da pesquisa.

QUADRO 2 — Núcleos de Base do CRESSRS e sua área de abrangência: sistematizações a partir da pesquisa

NÚCLEO	MUNICÍPIO(S) DE ABRANGÊNCIA
Alegrete	Alegrete
Alto da Serra do Botucaraí	Alto Alegre; Barros Cassal; Campos Borges; Espumoso; Fontoura Xavier; Gramado Xavier; Ibirapuitã; Itapuca; Lagoão; Mormaço; Nicolau Vergueiro; São José do Herval; Soledade; Tio Hugo
Alto Uruguai	Aratiba; Áurea; Barão de Cotegipe; Barra do Rio Azul; Benjamin Constant; Campinas do Sul; Carlos Gomes; Centenário; Charrua; Cruzaltense; Entre Rios do Sul; Erebang; Erechim; Erval; Grande; Estação; Faxinalzinho; Floriano Peixoto; Gaurama; Getúlio Vargas; Ipiranga do Sul; Itatiba do Sul; Jacutinga; Marcelino Ramos; Mariano Moro; Paulo Bento; Ponte Preta; Quatro Irmãos; São Valentim; Sertão; Severiano de Almeida; Três Arroios; Viadutos
Alvorada	Alvorada
Bagé	Bagé
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul
Campos de Cima da Serra	Vacaria
Canoas	Canoas; Esteio; Nova Santa Rita; Sapucaia do Sul

Capão da Canoa	Capão da Canoa
Carazinho	Almirante Tamandaré; Carazinho; Chapada; Colorado; Coqueiros do Sul; Lagoa dos Três Cantos; Não-Me-Toque; Nova Boa Vista; Saldanha Marinho; Santa Bárbara do Sul; Santo Antônio do Planalto; Sarandi; Selbach; Tapera; Victor Graeff
Celeiro	Barra do Guarita; Bom Progresso; Braga; Campo Novo; Coronel Bicaco; Crissiumal; Derrubadas; Esperança do Sul; Humaitá; Inhacorá; Miraguai; Redentora; Santo Augusto; São Martinho; São Valério do Sul; Sede Nova; Tenente Portela; Tiradentes do Sul; Três Passos; Vista Gaúcha
Centro	Agudo; Cacequi; Dilermando de Aguiar; Dona Francisca; Faxinal do Soturno; Formigueiro; Itaara; Ivorá; Jari; Júlio de Castilhos; Mata; Nova Palma; Pinhal Grande; Quevedos; Restinga Seca; Santa Maria; São João do Polêsine; São Martinho da Serra; São Pedro do Sul; São Sepé; Silveira Martins; Toropi; Tupanciretã
Centro Sul	Camaquã; Cerro Grande do Sul; Sentinela do Sul; Sertão Santana; Tapes
Extremo Sul	Chuí; Santa Vitória do Palmar
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen
Fronteira Noroeste	Alecrim; Alegria; Boa Vista do Buricá; Campina das Missões; Cândido Godói; Dr. Maurício Cardoso; Horizontina; Independência; Nova Candelária; Novo Machado; Porto Lucena; Porto Mauá; Porto Vera Cruz; Santa Rosa; Santo Cristo; São José de Inhacorá; Senador Salgado Filho; Três de Maio; Tucunduva; Tuparendi
Gravataí	Cachoeirinha; Glorinha; Gravataí
Ijuí	Augusto Pestana; Boa Vista; Chiapetta; Condor; Coronel Barros; Ijuí; Joia; Nova Ramada; Panambi; Pejuçara
Litoral Norte	Dom Pedro de Alcântara; Imbé; Itati; Mampituba; Maquiné; Morrinhos do Sul; Mostardas; Osório; Palmares do Sul; Santo Antônio da Patrulha; Tavares; Terra de Areia; Torres; Tramandaí; Três Cachoeiras; Três Forquilhas; Xangri-lá
Nordeste	Barracão; Cacique Doble; Capão Bonito do Sul; Caseiros; David Canabarro; Ibiaça; Ibiraiaras; Lagoa Vermelha; Machadinho; Maximiliano de Almeida; Paim Filho; Sananduva; Santo Expedito do Sul; São João da Urtiga; São José do Ouro; Tupanci do Sul
Novo Hamburgo	Campo Bom; Dois Irmãos; Estância Velha; Ivoti; Novo Hamburgo; São Leopoldo
Pampa	Santa Margarida do Sul; São Gabriel; Vila Nova do Sul

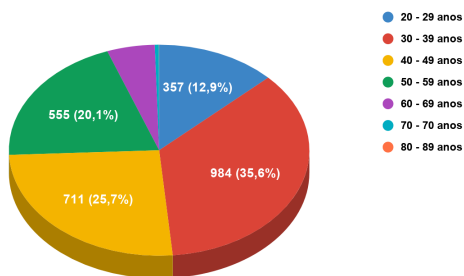
Planalto Médio	Camargo; Ciriaco; Coxilha; Ernestina; Gentil; Marau; Mato Castelhanos; Muliterno; Nova Alvorada; Passo Fundo; Santa Cecília do Sul; Tapejara; Vila Lângaro; Vila Maria
Região dos Vinhedos	Antônio Prado; Aracá; Bento Gonçalves; Boa Vista do Sul; Campestre da Serra; Canela; Carlos Barbosa; Casca; Caxias do Sul; Coronel Pilar; Dois Lajeados; Farroupilha; Flores da Cunha; Garibaldi; Gramado; Ipê; Lindolfo Collor; Monte Belo do Sul; Morro Reuter; Nova Pádua; Nova Petrópolis; Nova Roma do Sul; Picada Café; Presidente Lucena; Santa Maria do Herval; Santa Tereza; Santo Antônio do Palma; São Domingos do Sul; São Marcos; São Valentim do Sul; Serafina Corrêa; Vanini
Santiago	Capão do Cipó; Itacurubi; Jaguarí; Nova Esperança do Sul; Santiago; São Francisco de Assis; São Vicente; Unistalda
Santo Ângelo	Santo Ângelo
São José do Norte (Lagoa)	Rio Grande; São José do Norte
Sem Fronteiras	Quaraí; Rosário do Sul; Santana do Livramento
Serra	André da Rocha; Cotiporã; Fagundes Varela; Guabiju; Guaporé; Nova Araçá; Nova Bassano; Nova Prata; Paraí; Protásio Alves; São Jorge; União da Serra; Veranópolis; Vila Flores; Vista Alegre do Prata
Taquari	Taquari
Uruguaiana	Uruguaiana
Vale do Caí	Alto Feliz; Barão; Bom Princípio; Brochier; Capela de Santana; Feliz; Harmonia; Linha Nova; Maratá; Montenegro; Pareci Novo; Portão; Salvador do Sul; São José do Hortêncio; São José do Sul; São Pedro da Serra; São Sebastião do Caí; São Vendelino; Tupandi; Vale Real
Vale do Paranhana	Igrejinha; Nova Hartz; Parobé; Riozinho; Rolante; São Francisco de Paula; Taquara; Três Coroas
Vale do Rio Pardo e Centro Serra	Arroio do Tigre; Candelária; Cerro Branco; Encruzilhada do Sul; Estrela Velha; Herveiras; Ibarama; Jacuizinho; Lagoa Bonita do Sul; Mato Leitão; Pântano Grande; Passa Sete; Passo do Sobrado; Rio Pardo; Santa Cruz do Sul; Segredo; Sinimbu; Sobradinho; Tunas; Vale do Sol; Vale Verde; Venâncio Aires; Vera Cruz

Vale do Taquari	Anta Gorda; Arroio do Meio; Arvorezinha; Bom Retiro do Sul; Canudos do Vale; Capitão; Colinas; Coqueiro Baixo; Cruzeiro do Sul; Doutor Ricardo; Encantado; Estrela; Fazenda; Forquetinha; Ilópolis; Imigrante; Lajeado; Marques de Souza; Muçum; Nova Bréscia; Paverama; Poço das Antas; Pouso Novo; Progresso; Putinga; Relvado; Roca Sales; Santa Clara do Sul; Sério; Tabai; Teutônia; Travesseiro; Vespasiano Correa; Wesfália
Verdes Campos	Palmeira das Missões
Vôo Livre	Sapiranga

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Em relação à idade dos/das Assistentes Sociais destaca-se que a maior faixa etária concentra-se, de acordo com o gráfico 1, nas pessoas de 30 a 39 anos, o que corresponde a 35,6% dos/as respondentes. Além disso, nota-se uma parcela de profissionais na faixa dos 20 aos 29 anos que contabiliza 12,9%. Se somados, é possível inferir que metade dos/as participantes da pesquisa que representa a categoria profissional é formada por pessoas dos 20 aos 39 anos, totalizando 48,5%. Os outros 51,5% são formados por profissionais com, respectivamente, 40 a 49 anos, 25,7%; 50 a 59 anos, 20,1%; 60 a 69 anos, 5,1%. Por fim, verificamos que, apesar de 12 pessoas com idade entre 70 e 79 anos e 1 pessoa com idade entre 80 e 89 anos terem respondido ao questionário, esses participantes representam menos de 1% (0,4% e 0,2% respectivamente), motivo pelo qual não há indicativo numérico no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 — Faixa etária dos/as participantes



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Na pesquisa sobre o perfil dos/as Assistentes Sociais no Brasil (CFESS, 2005), com o intuito de compararmos os dados, as idades prevaletentes encontram-se nas faixas entre 35 e 44 (38%) e 25 e 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos.

Em relação à identidade de gênero, identificou-se que a categoria dos/as Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul é massivamente representada pelo gênero feminino, mais especificamente por 93,79% das profissionais, reproduzindo uma tendência que acompanha a profissão desde a sua gênese, pois:

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do/a Assistente Social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social acadêmico. (IAMAMOTO, 2003, p. 64).

A conformação dos/as demais profissionais participantes, conforme declaração dos/as respondentes, constituiu-se por 6,07% de pessoas do gênero masculino; 0,04% autodeclarou-se como travesti; 0,04%, como pessoa não binária; 0,04% autodeclarou-se como outros.

Estes dados corroboram outros estudos, como o do DIEESE (2013) na investigação nacional sobre o perfil da categoria profissional, que contou com a participação de 2516 Assistentes Sociais e evidenciou que 77,9% eram mulheres. Assim como a pesquisa do CFESS (2005) evidenciou ser o perfil profissional da categoria como majoritariamente feminina (97%), tendo a presença de, apenas, 3% de homens. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexuais, 3%, homossexuais, e 2%, bissexuais. A maioria (53%) é casada, e 47% são solteiros.

Cisne (2015), ao abordar que o Serviço Social é uma profissão quase exclusivamente ocupada por mulheres, reflete a necessidade de pensar-se sobre essa “marca feminina” da profissão na divisão social e sexual do trabalho. Primeiramente, destaca o caráter conservador, fortemente vinculado à igreja e, por vezes, não reconhecido como um trabalho especializado, mas como atividade desenvolvida por atributos “naturalmente” femininos.

Nogueira (2018) aponta que essa marca é um elemento central para pensarmos os traços de subalternidade da profissão. Reforça que as relações patriarcais, tendo como base a divisão sexual do trabalho, influenciam todas as esferas da vida social, desde a escolha da profissão até a própria imagem profissional.

O machismo é o preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres, inferiorizando-as, com a finalidade de controlar comportamentos e subjugar sua existência, para que a apropriação do tempo, do corpo e do trabalho delas seja mais eficaz e lucrativa na sociedade.

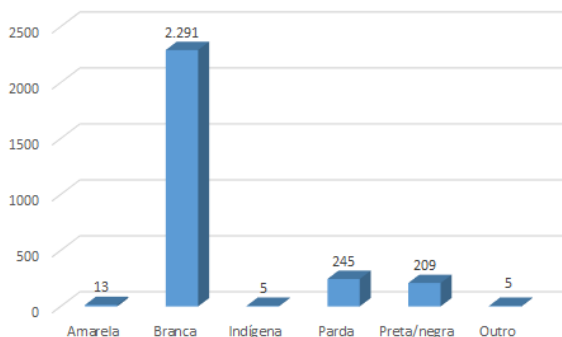
Funda-se em relações sociais estruturais de opressão, exploração e dominação que organizam a sociedade. Porém, apesar do caráter estrutural dessas relações, nós, mulheres e homens, temos responsabilidades, em nosso cotidiano, de identificar o machismo e, permanentemente, questioná-lo e desconstruí-lo.

O machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, contém bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo, o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder por inferiorização, submissão e apropriação das mulheres.

Na presente pesquisa, quando perguntados sobre o estado civil, foi possível perceber, ao analisar as respostas, que a maior parcela dos/as Assistentes Sociais são casados, no total de 37,90%. A segunda maior parcela da categoria é solteira, contabilizando 32,08%. Entretanto, se levarmos em consideração que 18,17% dos/as profissionais responderam que vivem em união estável, verifica-se que 56,07% dos/as respondentes vivem em alguma relação conjugal. Observou-se que 8,06% dos/as Assistentes Sociais são divorciados/as e 2,24% são separados/as judicialmente. Os/as viúvos/as totalizaram 1,55%.

No que se refere à cor e à etnia autodeclaradas pelos/as Assistentes Sociais, constatou-se que a maior parcela dos/as profissionais no estado do Rio Grande do Sul se autodeclara como sendo da cor branca (82,77%). Os outros 17,23% dividem-se em pessoas que se autodeclararam como pardas (8,85%), pretas ou negras (7,55%), amarelas (0,47%), indígenas (0,18%) e demais grupos (0,18%).

GRÁFICO 2 — Cor ou etnia autodeclaradas



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Estes dados permitem vislumbrar que a categoria se constitui, em sua maior expressão, de branca e cis, o que representa aqueles/as que são privilegiados/as socialmente. Embora as mulheres sejam vítimas dessas relações sociais estruturais de opressão, exploração e dominação, é inegável que as mulheres brancas usufruem mais privilégio do que as pretas, as pardas ou as indígenas.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2011, p. 2 -3).

Na pesquisa do CFESS (2005), a maioria dos/as Assistentes Sociais identificou-se como branca (72,14%), e os/as que se declararam pretos/as e negros/as totalizaram 20,32%. Com base nesses dados, podemos constatar que a formação sócio-histórica brasileira, que tem o racismo em suas bases estruturais e estruturantes, também se reflete no Serviço Social brasileiro que, em suas mais de oito

décadas de existência, ainda apresenta uma corporação onde as pessoas de pele clara, autodeclaradas brancas predominam.

Para pensar o racismo no país, é importante enfatizar dados que demonstram a sua presença como um traço marcante da sociedade e afirmar que isso reflete tendências mundiais de segregação e extermínio, atualizadas pela dinâmica da crise capitalista. Igualmente, isso nos leva a refletir sobre o acesso à educação pelo povo negro, já que a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é mais que o dobro do que entre as brancas (PNAD, 2017). Mas, em 2018, um dado da Andifes revelou o resultado importante das cotas raciais: pessoas pretas e pardas representaram, em 2019, 51,2% do total de estudantes nas universidades federais. Entretanto, somente 16% do corpo docente das universidades são negros (Inep, s.d.).

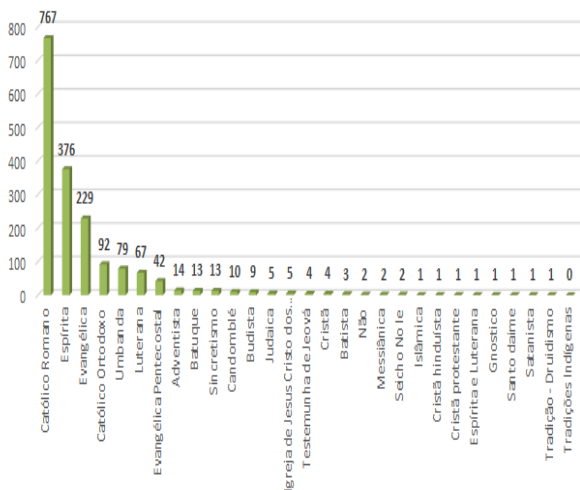
Recentemente, a campanha de gestão (2017-2020) do conjunto CFESS/CRESS, intitulada “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria, em 2017, colocou o debate sobre o racismo em um lugar central, para refletir sobre os desafios ao exercício profissional de Assistentes Sociais, bem como dar visibilidade à realidade desta profissão que ainda tem, em grande parte, pessoas “privilegiadas” na sociabilidade capitalista, machista, sexista, homofóbica e racista.

A campanha, ao dar centralidade a esse debate, buscou incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de Assistentes Sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo. Objetivou, assim, dialogar com toda a categoria de Assistentes Sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade, sobre o racismo e incentivar a categoria a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade a ações que já ocorrem, além de denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo e valorizar a população e a cultura negra.

Quanto à prática de alguma religião, é possível evidenciar que 63,22% se vinculam a alguma religião, e os/as demais 36,78% responderam que não estão vinculados a nenhuma religião. Embora mais da metade esteja vinculada, destaca-se a não vinculação de quase 40% dos/as respondentes a quaisquer religiões, considerando o histórico desta profissão que esteve, em sua gênese, estritamente ligada aos preceitos religiosos e à igreja.

Na pesquisa do CFESS (2005), a maioria professa a religião católica (67,65); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%); 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. Confira o gráfico 3 abaixo.

GRÁFICO 3 — Afiliações religiosas e espirituais dos/as participantes



De acordo com o gráfico 3, que apresenta as religiões apontadas pelos/as respondentes da pesquisa, podemos observar as maiores incidências nas religiões católica, com 43,93%, espírita, com 21,53%, e evangélica, com 13,12%.

Chama a atenção a prevalência das religiões ligadas ao cristianismo e o percentual pouco expressivo nas religiões de matriz africana. O preconceito e o racismo contra as religiões afro-brasileiras e de matrizes africanas não podem passar despercebidos ou ficar descolados desta análise. Segundo um balanço do “Disque 100” do ano de 2017, sobre discriminação religiosa, cerca de 40% dos registros de denúncias envolvem racismo contra religiões, como umbanda, candomblé, entre outras.

Tadvald (2016, p.142) ensina-nos que “as religiões afro-brasileiras são o resultado de um longo processo envolvendo a conservação e a transformação da memória coletiva africana no Brasil”.

Na vilania da escravidão, em que as populações negras eram comercializadas, era comum que os traficantes vendessem pessoas pertencentes à mesma região linguística e étnica de forma separada, como uma estratégia de evitar rebeliões. Assim, além de toda a violência sofrida, as pessoas sequer falavam a mesma língua no cotidiano das senzalas. Entretanto, com o tempo, essas pessoas reorganizaram e reformularam as suas crenças.

Nesse sentido, de acordo com o mesmo autor, muitas religiões afro foram surgindo pelo Brasil, em sua maioria, de forma regionalizada, de maneira que, hoje, há mais intercâmbio entre essas religiões e as regiões onde elas se desenvolveram. Com o intuito de não separar as diversas vertentes, realizamos um agrupamento dos dados referentes às religiões de matriz africana, e, após os estudos, apresentamos, no gráfico 3 acima, a umbanda (4,52%), o batuque (0,74%) e o candomblé (0,57%), entretanto, nelas, estão contidas outras respostas que contemplam as vertentes mencionadas.

A constatação de que grande parte da categoria profissional possui filiação a alguma religião e que prevalece a identidade confessional católica possibilita, além de conhecer a vinculação religiosa, refletirmos sobre a importância do debate e da defesa do Estado laico em tempos de avanço do conservadorismo e de atitudes retrógradas, que são bandeiras de lutas do Serviço Social brasileiro. A defesa da laicidade do Estado é sinônimo de reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social e da luta de Assistentes Sociais pela democracia, pela liberdade e por direitos.

Há que se reconhecer o Estado laico fazer parte das conquistas históricas no campo dos direitos, pois representa a afirmação da cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, diante dos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa. Igualmente, é imponderável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada, como temos vivenciado na atualidade.

A atuação profissional de Assistentes Sociais no Brasil, comprometida com valores e princípios ético-políticos fundamentados nas conquistas históricas que afirmam a humanização do ser social, como a defesa da liberdade como valor ético central e da democratização do poder econômico e político, e, conseqüentemente,

contrária a todas as formas de injustiça, discriminação ou barbárie, impõe a necessidade de identificação e recusa das ameaças ao Estado laico presentes na realidade brasileira, do avanço do conservadorismo, do irracionalismo e da intolerância religiosa no cotidiano profissional. Além disso, inclui-se a consciência crítica de que essas tendências são incompatíveis com o Estado democrático de direito e representam uma ameaça à efetivação da ética profissional.

Assim, é oportuno trazer à tona, o documento “CFESS Manifesta”, publicado em 2016:

O conjunto CFESS-CRESS manifesta a defesa da laicidade do Estado como uma exigência democrática por sua compatibilidade com os valores e os princípios do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e como condição para assegurar liberdades e direitos, que supõem valores universais – o que exclui particularismos confessionais - para enfrentar um contexto regressivo, marcado pelo avanço do conservadorismo, de intolerâncias, de crimes de ódio e de barbárie. (CFESS..., 2016).

Portanto, precisamos reafirmar a defesa da identidade confessional na perspectiva da liberdade religiosa e, em igual medida, a defesa da laicidade do Estado.

Considerações à guisa de conclusão

Os dados da pesquisa que conformam as principais características identitárias de Assistentes Sociais gaúchos apontam para a predominância de um profissional do sexo feminino, jovem, branco, residente na cidade em que trabalha e com alguma filiação religiosa. No seu conjunto, tais características não apresentam novidades, se comparadas com os resultados da pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2005), o que sinaliza o perfil estadual assemelhar-se ao restante do território brasileiro. No entanto, avalia-se que a socialização dos dados estaduais são fundamentais para o reconhecimento da conformação do perfil do profissional no solo gaúcho, bem como as problematizações que os/as autores/as puderam realizar a partir dos dados.

Destacamos que a caracterização identitária de Assistentes Sociais do estado do Rio Grande do Sul precisa ser apreendida juntamente com o movimento da realidade que envolve e impacta a

formação e o trabalho profissional diante das profundas e desafiadoras transformações que ambos vêm sofrendo e, mesmo sendo estes temas foco de capítulos posteriores, faz-se necessário mencioná-los, pois compreendemos como elementos essenciais na constituição do perfil profissional.

Reiteramos a pertinência deste estudo, que dá visibilidade a características da categoria profissional no estado do Rio Grande do Sul, evidenciando atribuições desde o início da profissão que nos convocam a avançar no desvendamento e no reconhecimento da configuração identitária da categoria e que nos possibilita compreender a diversidade e a pluralidade que a constituíram.

Cabe ao coletivo profissional ampliar tais problematizações, de modo a avançar na construção de mediações que promovam a diversificação deste perfil, assim como o enfrentamento das características históricas que tendem a manter a profissão como a que reproduz marcas contidas na sua gênese.

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco Anual**: Ministério dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-naamerica-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 30 maio 2021.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1992.

CFESS Se Manifesta: Estado Laico já!. **CFESS**, Brasília, DF, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1237>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CISNE, M. Divisão sexual do trabalho, feminismo e serviço social. *In*: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. Rodrigues. **Feminismo e gênero**: desafios para o Serviço Social. Brasília: Abará Editorial, 2015. p. 59- 72.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Brasília, DF: CFESS, 2017. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para estudo do perfil profissional. Brasília, DF: CFESS, 2005. 73 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Assistente Social**: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional. Brasília, DF: CFESS, 2013. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10ª REGIÃO. **Relatório de transição de gestão 2017/2020**. Porto Alegre: CRESS/RS, 2020.

GASSET, J. O. y. **Obras completas**. 7. ed. Madrid, ES: Alianza Editorial, 1970. v.5.

HECKERT, S. M. Identidade e mulher no Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 36, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. <https://www.ibge.gov.br/busca.html?search-word=2017>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas da Educação Superior**. Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

REIDEL, T. *et al.* **Banco de dados da pesquisa interinstitucional: perfil, formação e trabalho dos/as Assistentes Sociais no estado Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s. n.], 2020.

TADVALD, M. O batuque gaúcho: Notas sobre a história das religiões afro-brasileiras no extremo sul do Brasil. *In*: DILLMANN, M. (org.). **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: manifestações da religiosidade indígena**. São Paulo: ANPUH, 2016. p. 141-168. (Coleção Memória & Cultura NEMEC/PPGH). v. 4.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-143. v. 1.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO SOB AS LENTES DOS/AS EGRESSOS/AS

*Ana Lúcia Suárez Maciel
Tatiana Reidel*

Introdução

A formação dos/das Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (RS) teve início na década de 1940 do século passado, acompanhando o processo histórico que ocorria no país, com a criação dos primeiros cursos de Serviço Social, notadamente, por iniciativa de representantes da ação social católica. A partir desse mesmo escopo, foi implantado o primeiro curso na capital do estado, na então denominada Escola de Serviço Social de Porto Alegre, no ano de 1945. Passados 76 anos, a formação no RS ampliou-se de modo significativo, no âmbito privado e público, bem como na modalidade presencial e à distância, além de constituir-se num estado que oferta 3 programas na modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu*. Reconhece-se que a atual conformação vem acompanhada dos processos históricos, decorrentes das metamorfoses que se processaram no âmbito do Estado, do mercado e da sociedade capitalista, além dos movimentos que a categoria profissional empreendeu na direção da apropriação da sua dinâmica e na busca pelo protagonismo na construção da direção social da formação.

Considerando a trajetória histórica e a configuração da formação em Serviço Social, reitera-se a necessidade de reafirmar o posicionamento contemporâneo da profissão por uma formação laica, gratuita e de qualidade, posta pela clareza de que as suas bases fortemente determinadas pela explicação e pela orientação religiosa pouco contribuíram para a real apreensão e intervenção no seu objeto de trabalho: a questão social. Ademais, a defesa da educação como direito socialmente conquistado e política pública sob a condução do Estado impõe a compreensão de que essa vertente precisa estar a serviço dos interesses e das reais necessidades da coletividade.

Assim, este capítulo reveste-se de importância, tendo em vista que se propõe a atualizar os dados acerca da realidade da formação, na particularidade do território gaúcho, o que se entende que contribuirá para (re)conhecer tal configuração, favorecer o debate e a construção de estratégias por parte das Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS), das organizações de representação da categoria e dos próprios profissionais.

Nessa direção, neste capítulo, serão socializados os resultados da pesquisa que se referem à formação dos/das Assistentes Sociais, de modo a caracterizar a UFAS no âmbito do RS e, eventualmente, em outros estados da federação; a modalidade de ensino no nível da graduação; a prioridade na opção pela escolha do curso; a formação pós-graduada; a avaliação da formação acessada (atividades de ensino, pesquisa, extensão e movimentos da categoria profissional); o grau de satisfação quanto aos aspectos de articulação com a conjuntura e a realidade do mundo do trabalho.

Breve trajetória histórica da formação em Serviço Social no território gaúcho: lócus e características das UFAS dos/das participantes da pesquisa

A formação dos/das Assistentes Sociais no RS apresenta traços que acompanham o processo histórico de expansão tardia do ensino superior no Brasil, assim como incorpora características que a particularizam, especialmente a sua oferta privada. No caso do Serviço Social, soma-se a esse traço a forte influência das instituições privadas, mas de natureza confessional ou comunitária, que marcaram a trajetória de criação dos cursos até o final do século XX. Assim, a oferta permaneceu limitada, por dezessete anos (de 1945 a 1962), a apenas um curso que se localizava em Porto Alegre, na antiga Escola de Porto Alegre e atual Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo uma instituição privada e confessional que compõe a rede Marista.

Foi na década de 1960 que o curso começou a ser implantado em outras instituições e cidades, mas com a manutenção da particularidade de ser ofertado, apenas, por Instituições de Ensino Superior (IES) de natureza privada. No ano de 1962, deu-se o início na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), acompanhando

a lógica histórica de criação dos primeiros cursos de Serviço Social brasileiros por instituições religiosas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Em 1976, o curso foi implantado na Universidade de Caxias do Sul (UCS), instituição privada e comunitária; a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), instituição privada e confessional, vinculada à Igreja Luterana, fundou-o em 1980, e, em 1984, foi a vez da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), também de natureza privada e confessional, orientada pelos preceitos jesuítas. Em 1996, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), de natureza privada e comunitária, fundou o curso em Frederico Westphalen, e, em 1997, foi criado o curso na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), de natureza privada e comunitária. O Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), de Santa Maria, instituição privada e confessional, orientada pelos preceitos franciscanos e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), instituição privada e comunitária, implantaram o curso no ano de 2000, totalizando a existência de 9 UFAS no período de cinquenta e cinco anos de história, mas ampliando a sua abrangência geográfica em pontos estratégicos da capital, região metropolitana, serra, centro, norte e sul do estado.

A velocidade na abertura de cursos pela iniciativa privada alterou-se, crescendo de modo exponencial, no início do século XXI, pela criação de novos cursos que geraram uma expansão significativa na oferta de vagas. Destaca-se, nesse sentido, o movimento empreendido pela ULBRA, campus de Cachoeira do Sul, que passou a ofertar o curso a partir de 2000. Em 2003, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), instituição privada e comunitária, deu início ao curso. A Universidade de Passo Fundo (UPF), instituição privada e comunitária, implantou-o em 2004. Nesse mesmo ano, a URI iniciou o curso em São Luiz Gonzaga, e a ULBRA, no campus de Gravataí. Em 2005, o Centro Universitário Metodista (IPA), instituição privada e confessional, orientada pelos preceitos metodistas, de Porto Alegre, passou a ofertá-lo juntamente com as Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA), instituição privada e comunitária, na cidade de Santa Rosa. Em 2008, a Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL), instituição privada, sediada em Garibaldi, e a Faculdade Ecoar (FAECO), instituição privada, localizada no muni-

cípio de Passo Fundo, abriram os seus cursos de Serviço Social. No ano de 2009, foi a vez da Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul (FACS), instituição privada. A Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre (FDB), instituição privada e confessional, orientada pelos preceitos salesianos, teve 200 vagas autorizadas para o curso em 2010, mas não chegou a iniciar as suas atividades. Em 2011, a UCS iniciou a oferta do curso no município de Vacaria. Em 2013, a Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), instituição privada de Porto Alegre, também implantou-o.

O curso nas IES públicas foi implantado de modo tardio no RS (VILLAR, 2015), rompendo com uma trajetória de sessenta anos cuja oferta de vagas ocorreu, estritamente, nas instituições de ensino privado, sendo este o último estado da federação a implantar o curso em instituições desta natureza. Atualmente, os gaúchos possuem três opções de curso na rede federal, a saber: na Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criado em 2006; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fundado em 2009; na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com início em 2010. Essas instituições ofertam o curso na modalidade presencial.

Ao somarmos a totalidade dos cursos no ano de 2021, considerando os que já foram extintos ao longo do tempo, chegamos ao número de 13 UFAS que o oferecem, sendo 3 UFAS públicas na modalidade presencial e 10 UFAS privadas; 6 delas oferecem o curso nas duas modalidades: presencial e à distância (FORMASS, 2021).

No RS, a modalidade do ensino à distância no Serviço Social acompanhou o movimento nacional vivenciado pela profissão, e 35 IES que ofertam o curso são do segmento privado, estando presentes em 120 municípios do RS, o que abrange 25% do território gaúcho (FORMASS, 2021). No entanto, é importante referir que a natureza dessas IES privadas se altera no estado, de modo que vamos, progressivamente, testemunhando a chegada de instituições com caráter mercantil que passam, inclusive, a concorrer com as demais privadas do tipo confessional e/ou comunitário.

Mesmo sendo a educação concebida juridicamente como um direito social e garantia fundamental, historicamente conquistado, acompanha-se a partir da década de 1990 a abertura da educação para o mercado como um serviço, reforçando sua perspectiva priva-

da, instaurando processos que dizem reorganizar a educação, mas que explicitam o seu empresariamento concomitante a outras possibilidades de exploração em uma conjuntura bastante adversa para a reversão de tal tendência, causando apreensão pelas repercussões que podem gerar na oferta dos cursos e na qualidade da formação dos profissionais de nível superior no país.

Após a breve contextualização da formação no território gaúcho, passamos a apresentar os dados obtidos no campo empírico. No que se refere à instituição de formação dos participantes da pesquisa, constatou-se que um número significativo é egresso de UFAS que ofertam o curso no Rio Grande do Sul (2.706) que se destacam pelo quantitativo, considerando os 5 cursos com maior frequência: os egressos da ULBRA(492), da PUCRS (316), da UNOPAR (221), da UNISINOS (196) e da ANHANGUERA (149).

QUADRO 3 — UFA de origem dos/as participantes da pesquisa

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	18,18%	492
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	11,68%	316
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	8,17%	221
Universidade do Rio do Sinos – UNISINOS	7,24%	196
Nenhuma	6,87%	186
Universidade Anhanguera	5,51%	149
Universidade de Caxias do Sul – UCS	5,25%	142
Universidade Católica de Pelotas – UCPEL	5,21%	141
Universidade de Santa Cruz – UNISC	3,84%	104
Centro Universitário Leonardo da Vinci	3,77%	102
Universidade de Passo Fundo – UPF	3,66%	99
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	3,62%	98
Centro Universitário Franciscano	2,73%	74
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ	2,22%	60
Centro Universitário Metodista	2,07%	56

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	1,92%	52
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ	1,92%	52
Fundação Universitária Federal do Pampa – UNIPAMPA	1,77%	48
Universidade de Santa Maria – UFSM	1,59%	43
Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul	1,11%	30
Faculdades Integradas Machado de Assis	0,78%	21
Universidade Paulista	0,37%	10
Faculdade Integração Ensino Superior do Cone Sul	0,18%	5
Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S.A	0,15%	4
Universidade Salgado de Oliveira	0,11%	3
Centro Universitário Claretiano	0,04%	1
Universidade de Santo Amaro	0,04%	1
Faculdade Ecoar	0,00%	0
Total	100%	2.706

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Dos dados constantes no quadro 3, destacamos que, embora já exista oferta de graduação em Serviço Social, em universidades públicas, no estado, há 15 anos, o número de Assistentes Sociais participantes desta pesquisa evidencia predominância em instituições historicamente mais antigas, logo privadas, ao passo que já se aproxima de instituições que ofertam a formação na modalidade de ensino semipresencial e/ou à distância (ULBRA, UNOPAR e ANHANGUERA), o que reitera a afirmação de Yamamoto sobre o “crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado — em particular no ensino à distância” (2014, p. 629).

Acerca da formação obtida em UFAS de outros estados da federação, constatou-se que 213 respondentes informaram esse dado, sendo importante destacar que um percentual significativo é oriundo da própria região sul (estados de Santa Catarina e Paraná), como se visualiza no quadro a seguir:

QUADRO 4 — Profissionais egressos/as de UFAS de outros estados da federação

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Santa Catarina (SC)	26,29%	56
Paraná (PR)	19,72%	42
Tocantins (TO)	11,74%	25
Rio de Janeiro (RJ)	8,92%	19
São Paulo (SP)	6,10%	13
Mato Grosso do Sul (MS)	5,63%	12
Minas Gerais (MG)	3,76%	8
Espírito Santo (ES)	1,88%	4
Acre (AC)	1,41%	3
Amazonas (AM)	1,41%	3
Bahia (BA)	1,41%	3
Paraíba (PB)	1,41%	3
Pernambuco (PE)	1,41%	3
Piauí (PI)	1,41%	3
Rio Grande do Norte (RN)	1,41%	3
Sergipe (SE)	1,41%	3
Alagoas (AL)	0,94%	2
Ceará (CE)	0,94%	2
Distrito Federal (DF)	0,94%	2
Goiás (GO)	0,94%	2
Mato Grosso (MT)	0,47%	1
Pará (PA)	0,47%	1
Amapá (AP)	0,00%	0
Maranhão (MA)	0,00%	0
Rondônia (RO)	0,00%	0
Roraima (RR)	0,00%	0
Total	100%	213

Fonte: Reidel et al. (2021).

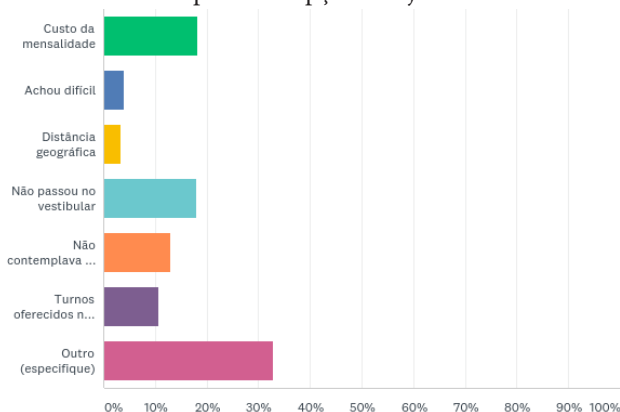
No que se refere à modalidade de ensino dos/as participantes da pesquisa, constatou-se que a maioria é egressa de cursos que ofertaram a formação na modalidade presencial (76,42%), seguida da modalidade à distância (12,05%) e da semipresencial (11,53%), o que permite atestar a predominância da primeira, mas já acompanhada das demais que se constituem uma tendência de ampliação, dada a conjuntura que vivemos nos últimos anos e que, a partir de 2020, com a implementação do ensino remoto, por conta da contingência da pandemia da covid-19, tende a expandir-se.

Sobre a escolha profissional dos/das participantes da pesquisa

Ao serem questionados sobre a escolha pela profissão no processo seletivo para ingresso ao ensino superior, 66,08% dos/das respondentes informaram que selecionaram o Serviço Social como primeira opção profissional, mas 33,92% declararam que não escolheram o curso como primeira opção, tendo sido mencionados vinte outros de graduação. Os com maior frequência são Psicologia (20%), Direito (8,93%) e Pedagogia (6,43%), que, comumente, são referidos pelos/as ingressantes como cursos que se aproximam das motivações pela escolha do Serviço Social, tais como: vontade de ajudar, de trabalhar com pessoas, cuidado, interesse pelos direitos humanos, sociais e/ou justiça social, vocação, sacerdócio ou missão, entre outros.

Quanto aos motivos que impediram os/as participantes da pesquisa de acessar o curso desejado em primeira opção, deparamos com as seguintes respostas:

GRÁFICO 4 — Motivos dos/das participantes da pesquisa para não cursar a primeira opção desejada



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Chama a atenção que o motivo principal seja o financeiro (18,30%), seguido da reprovação no processo seletivo de acesso ao ensino superior (18,06%). Além disso, há os aspectos sobre a natureza da formação do curso que não contemplaria a dimensão interventiva (12,87%) e a realidade do/a candidato/a trabalhador/a que não teria a possibilidade de acessar o curso em função do turno ofertado (10,63%).

Evidenciamos o quanto ainda é desafiador que a educação, neste caso a superior, de fato, consolide-se como direito social, cujo acesso não seja limitado pelo mercado, rompendo a histórica compreensão de que somente a elite pode acessá-la. Assim, a educação pensada como uma política social pública dispõe de um caráter contraditório, ao atender, simultaneamente, interesses de acumulação do capital e do conjunto dos/as trabalhadores/as no processo de criação e socialização de conhecimentos. A política de educação superior encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem: tanto as que impulsionam a financeirização da vida social — e dela se beneficiam — para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial quanto os interesses da maioria dos/as trabalhadores/as e do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos (IAMAMOTO, 2014).

Ao longo dos últimos anos, ocorreu no Brasil uma expressiva expansão de matrículas na educação superior. Entre 2003 e 2019, passaram de 4 milhões para 8.603.824 (INEP/MEC, 2021). No entanto, 75,8% foram em instituições privadas, e 24,2%, em instituições públicas. Embora o aumento de possibilidades para o acesso ao ensino superior seja um dado relevante, precisamos estar atentos/as para este “canto da sereia”, que pode mascarar o discurso falacioso da democratização, ocultando o processo de mercantilização e privatização instaurado pelos governos brasileiros que favorecem os empresários da educação, pois a expansão não garante acesso democrático ao ensino nem assegura sua qualidade. Essa realidade, também, faz-se presente nos cursos de Serviço Social, pois a maior oferta no Brasil é feita por instituições privadas na modalidade à distância, o que impõe a necessidade de recursos financeiros por parte dos/as candidatos/as ao curso.

Formação pós-graduada dos/as participantes da pesquisa

Sabemos que a formação continuada dos/as profissionais é uma exigência decorrente das mudanças que se processam no mundo do trabalho e no compromisso político da profissão, que, desde 2012, contém a Política de Educação Permanente (CFESS, 2012). A opção dos/as profissionais pela formação pós-graduada é compreendida como um dos dispositivos que se alinham a essa política, ainda que se materialize em espaços formais, como no caso do RS, que oferta cursos de pós-graduação em várias áreas do conhecimento, assim como os programas de pós-graduação *stricto sensu* que se localizam junto à PUCRS (mestrado e doutorado em Serviço Social, criados em 1977 e 1998, respectivamente), à UFRGS (mestrado em Política Social e Serviço Social, criado em 2016) e à UCPEL (mestrado e doutorado em Política Social, criados em 2006 e 2013, respectivamente).

Os/as participantes da pesquisa que informaram possuir cursos de pós-graduação foram significativos, o que evidencia a importância dada à formação continuada, sendo relevante destacar que o maior percentual declarou possuir curso de especialização *lato sensu* (27,16%) em Serviço Social, seguida de área multiprofissional (18,25%). O segundo maior percentual declarou possuir mestrado

acadêmico em Serviço Social (8,30%), como se confirma no quadro a seguir:

QUADRO 5 — Formação pós-graduada dos/as participantes da pesquisa

	Serviço Social	Multiprofissional	Outra área	Não fez	TOTAL
Pós-Graduação/especialização	27,16%	18,25%	16,60%	37,99%	2.482
	674	453	412	943	
Residência	2,15%	8,00%	0,49%	89,37%	2.050
	44	164	10	1.832	
Mestrado acadêmico	8,30%	1,25%	3,31%	87,15%	2.085
	173	26	69	1.817	
Mestrado profissional	0,99%	0,65%	0,70%	97,67%	2.014
	20	13	14	1.967	
Doutorado	3,48%	0,29%	0,93%	95,30%	2.042
	71	6	19	1.946	

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Constatamos, com os dados apresentados no quadro 5, que há uma busca significativa da categoria profissional pelos cursos de especialização no total de 45,41%; se somarmos as residências, totalizam 55,16%. Tal escolha pode estar associada à concentração da oferta dos programas *stricto sensu* na capital do estado, 2 em Porto Alegre, e apenas 1 em Pelotas, com vagas e bolsas de estudos limitadas, o que pode justificar a maior busca pelos cursos de especialização. Além disso, as residências, ao ofertarem bolsas, constituem-se em potencial espaço formativo que, igualmente, permite uma remuneração para o profissional em formação, muitas vezes, maior e mais atrativa do que as demais para entrada na carreira. Há que se destacar as especializações e as residências serem formações em serviços mais atrativas para quem busca conhecimentos que, imediatamente, possam ser transferidos para o exercício profissional.

Ademais, é necessário mencionar a massiva expansão de Assistentes Sociais no país, marcada pelo crescimento de cursos de graduação na modalidade de ensino à distância que impacta a satu-

ração do mercado de trabalho para a profissão nos níveis salariais e na disseminação de condições e relações precárias de trabalho (IAMAMOTO, 2014). Estes elementos relacionam-se diretamente com o crescente aumento de Assistentes Sociais recém-formados/as que buscam, nas residências, não somente a possibilidade de qualificação, mas também uma estratégia de inserção profissional no mercado de trabalho, considerando as dificuldades objetivas de empregabilidade que a profissão enfrenta na atualidade.

É provocativo refletir sobre o quanto a formação pós-graduada, diante de tal realidade, é desafiada a não se limitar a uma “[...] habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos” (CHAUÍ, 2001, p. 193). Os dados evidenciam que 11,19% dos/as participantes da pesquisa possuem mestrado, e 3,77%, doutorado. Cabe sinalizar que, no estado do RS, a oferta de formação *stricto sensu* ocorre, predominantemente, na esfera privada, que tem sofrido difíceis impactos pelos reiterados cortes no financiamento de bolsas e pesquisas. Há única oferta de mestrado público em Serviço Social no estado e, portanto, gratuito, que teve a primeira formação de mestres a partir do ano de 2018. Igualmente, há que se referir haver uma concepção forte de que essas formações são destinadas para aqueles que buscam o trabalho na docência e/ou na pesquisa, além de requererem investimentos de tempo e recursos variados para a sua realização, o que pode explicar uma procura menor se comparada às especializações.

Cabe destacar que o atual governo brasileiro avança no desmonte da educação, demonstrando indiferença pelos diversos níveis de ensino, pelas instituições, pelos/as docentes, pelos/as pesquisadores/as, pela pesquisa e pela produção do conhecimento, enxugando e/ou reduzindo investimentos para o setor subsidiado pela Emenda Constitucional (EC) n. 95, que incide, diretamente, nas universidades federais, com corte de 30% dos seus recursos, evidenciando, assim, o descaso pela ciência.

Vivenciamos um ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, diretamente afetadas pelos cortes de bolsas e de financiamentos de pesquisa, o que prejudica não somente a qualidade da formação e os Programas de Pós-Graduação, dentre eles os de Serviço Social, que se sentem ameaçados de terem seus programas extintos, como também o desenvolvimento científico e tecnológico. (REIDEL; CANTALICE, 2021, p. 60).

Diante desse contexto de contrarreforma do ensino superior, acompanhamos os ataques e as dificuldades concretas vivenciadas pelas IES na busca pela consolidação de uma formação profissional qualificada e da produção do conhecimento que firme seu compromisso com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de valorizar o trabalho profissional. Esses elementos tornam-se necessários para considerarmos a realidade no que tange aos velhos e novos dificultadores impostos à classe trabalhadora para acessar, manter e concluir a formação pós-graduada *stricto sensu*. Tal desafio se atualiza na conjuntura indicada, pois é significativo o número de profissionais que buscam essa formação, mas indica-se, também, a necessidade de compreender por que o outro percentual, significativamente alto, não o faz. Cabe interrogar: as formações pós-gradua- das não atendem às demandas dos/as profissionais? Elas são poucas, por isso a sua oferta fica aquém da necessidade? Os/as profissionais não têm interesse por esse tipo de formação continuada?

De qualquer modo, a agenda da formação continuada mantém-se como um desafio constante para a profissão, as suas organizações representativas têm papel fundamental na oferta, e as UFAS devem estar atentas às demandas que se colocam no exercício profissional, de modo que as estratégias de oferta dessa formação possam ser diversificadas e cheguem ao maior número possível de profissionais, ainda que se reconheçam todas as complexas exigências e os desafios que se evidenciam para a formação de tal natureza no tempo presente. Sublinha-se a potencialidade das formações ofertadas nos âmbitos das organizações representativas da profissão que permitem acesso a conteúdos e debates em torno de temas atuais. Logo, são muitos e diversos os espaços em que os/as profissionais podem buscar atualização, de modo a manter-se qualificados/as para as complexas demandas ao exercício profissional no tempo presente.

Avaliação da formação de graduação na perspectiva dos/as participantes da pesquisa

A inclusão de tal dimensão, no questionário enviado aos/ às profissionais, foi pensada para, justamente, dar visibilidade aos impactos que a formação promove no nível de graduação e para sub-

siदार as UFAS de uma visão ampla e distanciada das avaliações institucionais, que são praxe nos cursos de graduação, enquanto o/a aluno/a se encontra em formação. Isso permite uma avaliação *ex-post*, o que não é comum na realidade de boa parte das IES. Assim, ao serem questionados com relação ao que tiveram de acesso durante o curso de graduação, os/as respondentes indicaram o apresentado no quadro 6.

QUADRO 6 — Atividades ofertadas pelas UFAS aos/às participantes da pesquisa

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Atividades exclusivamente ligadas ao ensino	43,62%	1.107
Atividades de ensino e de extensão	36,49%	926
Atividades de ensino e de pesquisa	31,56%	801
Todas as anteriores	36,52%	937
Outro (especifique)	2,36%	60
Total de respondentes		2.538

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Os dados apresentados no quadro 6 instigam importante reflexão quanto ao índice de 43,62 % dos/as Assistentes Sociais participantes da pesquisa com formação, exclusivamente ligada ao ensino, sem articulação com a pesquisa e a extensão universitária. A articulação desta tríade tem-se tornado, a cada dia, mais desafiadora no processo de formação profissional que não se restringe à mera transmissão de conhecimentos e/ou à ênfase instrumental e operativa, desprovida de sua dimensão teórico-metodológica e ético-política. A universidade deveria fortalecer a articulação entre a formação e a sociedade no mercado de trabalho, não restringindo-os a simples adequação das suas dinâmicas, numa perspectiva meramente instrumental, mas explicitando o lugar privilegiado que ocupam, a fim de contribuir com a transferência do conhecimento produzido no seu interior, possibilitando experiências aos/às seus/suas alunos/as/docentes, de modo a colocá-los/as em contato com a complexa realidade que vivemos.

Em 2018, por meio da Resolução n° 7 do Conselho Nacional de Educação, foram estabelecidas as Diretrizes para a Exten-

são na Educação Superior Brasileira, que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/14, estabelecendo seus fundamentos, princípios e procedimentos, entre eles, o necessário processo de curricularização da extensão universitária. Este documento preconiza a obrigatoriedade mínima de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, a áreas de grande pertinência social. Ademais, deve alinhar-se ao que, institucionalmente, é desenvolvido no campo da extensão, considerando os Planos de Desenvolvimento Institucionais, os Projetos Políticos Institucionais, de acordo com o perfil do/a egresso/a, além do estabelecido nos projetos pedagógicos dos cursos e nos demais documentos normativos próprios.

Compreendemos, assim, que a curricularização da extensão se constitui como processo com potenciais positivos na formação dos/as Assistentes Sociais, considerando que a inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos poderá restaurar a sua indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Tal perspectiva reforça as condições favoráveis para que se possa rumar na direção da formação integral dos/as estudantes, em consonância com o que propõe o projeto de formação da área, bem como o papel e a missão que as instituições de ensino superior têm diante da sociedade, especialmente, a brasileira, que apresenta inumeráveis necessidades e demandas a ser contempladas com iniciativas desta natureza.

Em 2021, a ABEPSS socializou para a categoria profissional a produção de um documento preliminar sobre a curricularização da extensão, com vistas a construir, junto às UFAS e às entidades da categoria, possibilidades de avançarmos na apropriação e na incorporação de uma concepção de extensão popular, comunicativa, atenta às necessidades da população, estabelecendo um alinhamento entre a curricularização da extensão e o projeto de formação profissional da entidade. Nessa importante produção, evidencia-se que, após estudo e análise de um conjunto expressivo de documentos e levantamento junto às regionais da ABEPSS, a área não apresentava elementos suficientes para empreender o debate sobre essa função da universidade, pois: “[...] até 2020 não tínhamos experiências registradas e tramitadas no Serviço Social para atender a demanda da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC de curricularização da extensão” (ABEPSS, 2021, p.29).

Diante dessa realidade, é evidente o grande desafio que se apresenta para os cursos de Serviço Social no que tange a inserção das atividades de extensão em seus currículos, bem como a busca de uma formação que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão alinhadas às diretrizes curriculares da ABEPSS.

Os/as estudantes do ensino diurno que não trabalham vivem a universidade de uma maneira muito diferente dos/das estudantes que trabalham o dia todo e, somente à noite, conseguem participar da vida acadêmica. Tais alunos/as, geralmente, assistem às aulas, mas não conseguem, por exemplo, participar de atividades de pesquisa e/ou extensão; muitos/as, inclusive, não conseguem acessar bibliotecas e demais serviços da instituição que terminam o expediente no momento em que os estudantes do período noturnos estão chegando à universidade. O/A trabalhador/a que também estuda é, duplamente, um/a trabalhador/a, e o seu tempo de estudo está incluído na categoria de sobretrabalho (POCHMANN, 2004), ultrapassando jornadas de 44 horas semanais de trabalho e estudo.

Acerca da avaliação que os/as respondentes fizeram da formação que receberam, em nível de graduação, identificaram-se os aspectos indicados no quadro 7, abaixo.

QUADRO 7 — Nível de satisfação dos/as participantes da pesquisa com relação à formação oferecida nos cursos de graduação

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	TOTAL
Desenvolvimento de competências teórico-metodológicas	5,67%	3,19%	5,52%	56,06%	29,59%	2.538
	144	81	140	1.422	751	
Desenvolvimento de competências ético-políticas	6,50%	2,64%	4,93%	52,52%	33,41%	2.538
	165	67	125	1.333	848	
Desenvolvimento de competências técnico-operativas	5,36%	5,00%	9,42%	55,36%	24,86%	2.538
	136	127	239	1.405	631	
Experiência nos estágios curriculares	7,09%	5,75%	7,45%	41,17%	38,53%	2.538
	180	146	189	1.045	978	

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Observamos, no quadro 7 referente aos níveis de insatisfação, considerando os itens *insatisfeito* e *muito insatisfeito*, que o elemento contabilizado com maior fragilidade se refere às experiências nos estágios curriculares. Tal fato deve-se, certamente, ao constatarmos que esse componente da formação apresenta múltiplas complexidades, a saber: dificuldades de conciliar estágio com aulas e trabalho (para os/as alunos/as trabalhadores/as), dificuldade em ser selecionado/a para vagas de estágio, retração na oferta de campos de estágio, concentração dessa oferta em espaços sócio-ocupacionais limitados, dificuldades nas UFAS para a oferta e a execução da supervisão acadêmica, desafios postos pela supervisão direta e refrações nas condições de trabalho dos/as profissionais, impedindo as condições para o exercício da supervisão, não se descartando a frágil formação para o exercício dessa atribuição.

Estes dados e elementos merecem ser amplamente debatidos nas UFAS e, especialmente, nos fóruns de supervisão, já que se trata de níveis elevados de insatisfação em um dos momentos privilegiados da formação profissional, requerendo capacidade de análise dos aspectos que podem determinar tal avaliação, bem como propor estratégias e mediações para a sua superação.

O quadro 8, a seguir, evidencia o grau de satisfação dos/as participantes da pesquisa, no que se refere à articulação da formação com o movimento da realidade e de conjuntura, uma vez que este é um elemento fundamental para o desvendamento do objeto de trabalho da profissão.

QUADRO 8 — Grau de satisfação dos/as respondentes com relação à articulação da formação com o movimento da realidade e da conjuntura

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Muito insatisfeito	4,33%	110
Insatisfeito	8,47%	215
Nem satisfeito, nem insatisfeito	13,99%	355
Satisfeito	56,90%	1.444
Muito satisfeito	16,31%	414
Total	100%	2.538

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Ao somar os/as participantes que se sentem satisfeitos/as e muito satisfeitos/as com a articulação da formação, com o mo-

vimento da realidade e da conjuntura, identifica-se o cômputo de 73,21% diante de 12,80% que se sentem insatisfeitos/as ou muito insatisfeitos/as. Tais dados revelam a importância da formação no que se refere ao desenvolvimento das competências profissionais, alicerçadas numa matriz teórica consistente e crítica que favoreça a capacidade contínua de os/as profissionais empreenderem análises de conjuntura de modo concomitante ao seu exercício profissional. A mediação com o método de análise de conjuntura permite-lhes acompanhar os fatos e os acontecimentos nas suas relações de força e atores envolvidos, de modo a estabelecer relações com a estrutura que incide em cada momento histórico e realidade em que é desvelada. É importante registrar que, no Serviço Social, a análise de conjuntura propõe produzir um tipo de intervenção política, por ser um elemento fundamental na organização da política e na definição de estratégias e táticas das diversas forças sociais em luta.

Nessa direção, preocupa o percentual de profissionais que se manifestou insatisfeito/a e/ou muito insatisfeito/a, pois isto pode revelar alguma fragilidade no processo formativo ou dificuldade do/a profissional em realizar análises conjunturais no cotidiano do trabalho profissional, requerendo ampliação da reflexão sobre este indicador em conjunto com as UFAS e a categoria profissional, pois entende-se que a análise de conjuntura é condição indispensável para o exercício profissional, exigindo um conjunto de mediações teóricas, metodológicas, éticas e políticas.

No quadro 9 a seguir, evidenciam-se os achados da pesquisa que se referem à articulação da formação com a realidade do mercado de trabalho.

QUADRO 9 — Grau de satisfação dos/as respondentes com relação à articulação da formação com a realidade do mercado de trabalho

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Muito insatisfeito	5,08%	129
Insatisfeito	18,79%	477
Nem satisfeito, nem insatisfeito	19,54%	496
Satisfeito	47,68%	1.210
Muito satisfeito	8,90%	226
Total	100%	2.538

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Os percentuais expressos neste indicador demandam uma reflexão acerca do entendimento que se tem com relação ao mercado de trabalho por parte da profissão, pois preocupa que 43,41% dos/as profissionais tenham manifestado insatisfação em graus variados. Embora se acompanhem os índices de satisfação (56,58%) expressos pelos/as participantes da pesquisa no âmbito da sua formação, reiteramos a defesa de que a formação não se limite e não se submeta aos interesses particulares exclusivos de determinadas classes, frações de classes ou segmentos que as IES, por meio do saber nelas produzidos, estejam a serviço da coletividade, que incorporem os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014).

Neste sentido, é necessário atentar para uma formação que privilegie a dimensão instrumental, pois, conforme Guerra (2005), essa tendência instrumentalista tem sido predominante na profissão em detrimento do conhecimento sobre o porquê fazer. Sendo assim, é necessário contrapor a lógica da racionalidade hegemônica do mundo burguês, pois entendemos que o/a profissional, mesmo trabalhando na esfera particular, precisa apreendê-lo como constitutivo de uma totalidade e, assim, fazê-lo com competência técnica, além de teórico-metodológica e ético-política. Assim, é preciso vigilância para que a formação não contribua para o processo de adaptação diante das condições e das relações de trabalho precárias, sem priorizar os fundamentos da formação e do trabalho profissional.

No entanto, não se descarta que os dados indiquem a necessidade de ampliar as mediações do trabalho profissional com o debate acerca do mercado de trabalho, de modo a tornar mais evidentes os elementos sinalizados acima, favorecendo a reflexão dos/as profissionais sobre a conformação do mundo do trabalho, a sua relação com as múltiplas expressões da questão social e as respostas dadas por seus/suas empregadores/as nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais onde nos inserimos. A análise do trabalho profissional, à luz do lugar que ocupa na divisão sociotécnica e a apreensão das condições objetivas para materializá-lo, a partir do compartilhamento de experiências profissionais durante o processo de formação, podem favorecer a compreensão dos/as profissionais sobre o entendimento que a profissão tem da sua relação com o mercado de trabalho.

O quadro 10 sistematiza os achados da pesquisa quanto às vivências ou à participação, no período de graduação, em espaços e representações da categoria profissional ou da organização estudantil.

QUADRO 10 — Vivências ou participações, no período de graduação, em espaços e representações da categoria profissional ou da organização estudantil

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Não	44,01%	1.117
Sim	55,99%	1.421
Total	100%	2.538

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Observa-se neste dado que a maioria dos/as respondentes, 1.421 (55,99%), teve vivências ou participações em espaços de organização estudantil e de representação da categoria profissional, o que entendemos como relevante para a organização política da categoria e o fortalecimento das lutas sociais e do projeto ético-político do Serviço Social.

No entanto, 44% dos/as participantes da pesquisa não tiveram tais vivências ou participações, o que se constitui em um dado preocupante, pois a experiência contida nesta dimensão imprescindível da competência profissional, desde a graduação, contribui para a compreensão desses espaços e práticas como fundamentais para o fortalecimento de lutas em defesa da formação profissional de qualidade e implicada com nova sociabilidade.

Em meio a uma conjuntura de precarização do ensino superior, que impacta, diretamente, a formação e o trabalho de Assistentes Sociais brasileiros, o entendimento e o envolvimento político organizativo do(a)s/as alunos/as contribuem para a resistência a este processo e a sua articulação com os demais segmentos e entidades na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Conclusão

Este capítulo propôs atualizar os dados acerca da realidade da formação em Serviço Social, na particularidade do território gaú-

cho, de modo a resgatar breve histórico da constituição e da natureza das UFAS, sistematizar as principais características e os elementos centrais da avaliação da formação obtida durante a graduação, a partir da perspectiva dos/as participantes da pesquisa.

Os dados são significativos e, certamente, podem contribuir para a sintonia com a realidade da formação na área e no território eleito, de modo que se torna importante retomar os principais, a saber: a formação em Serviço Social no RS permanece sob domínio da oferta por IES privadas; a maioria dos/as participantes deste estudo (76,4%) foi composta por egressos/as de UFAS que ofertam o curso na modalidade presencial; 66% deles escolheram o curso como sua primeira opção; 23% dos/as participantes possuem formação pós-graduada em nível de especialização, apenas 8% possuem mestrado, e 3,7%, doutorado, revelando a necessidade de ampliarmos a oferta de formação continuada.

Com relação à avaliação da formação recebida no nível da graduação, destacaram-se os seguintes dados: em bons percentuais de satisfação, 43% somente acessaram atividades de ensino durante o processo de formação; 47,6% manifestaram-se satisfeitos/as com as relações estabelecidas entre a formação e o mercado de trabalho, mas 43,4% indicaram fragilidades nesse item; 55,9% tiveram vivências ou participações nas organizações políticas da categoria, mas um número igualmente expressivo não o teve.

O conjunto dos dados revela uma série de elementos acerca da formação em Serviço Social no RS que requerem apropriação e aprofundamento. Entre eles, destaca-se a recorrente e forte presença de UFAS privadas (um traço histórico que marca a identidade da profissão), a expansão das modalidades do ensino à distância ou semipresencial que, se associadas à conjuntura adversa do ensino superior no país, podem reforçar a tendência crescente da privatização e, logo, a mercantilização do ensino superior. Os desafios diante dessa conformação requerem a capacidade de resistir ao empobrecimento da formação profissional decorrente da subordinação da educação superior à lógica privada.

No que tange a realidade do RS, tratada neste capítulo, destacamos a relevância e a necessidade de mais estudos que considerem as particularidades regionais da formação e do trabalho em Serviço Social. Ao resgatar, de forma breve, o processo de imple-

mentação das UFAS no RS, percebemos que a implantação (ainda que tardia) e a ampliação do ensino superior público permitiram um espraiamento das possibilidades quanto ao acesso à formação superior graduada e pós-graduada gratuita, tanto na capital e na região metropolitana como em regiões do interior do estado impactadas pela dinâmica e pela articulação das UFAS, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Após 85 anos, desde a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil e dos 25 anos das diretrizes curriculares que balizam a perspectiva da formação e do trabalho profissional em Serviço Social, evidenciamos o amadurecimento da profissão no trato indissociável das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-política, ao passo que acompanhamos a intensificação dos desafios cotidianos que se apresentam na perspectiva de formação crítica, laica, pública, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com a transformação da sociedade.

Reiteramos, neste estudo, a relevância dos achados desta pesquisa interinstitucional e de todos os desdobramentos possíveis para que se fortaleça o necessário alinhamento entre o projeto de formação profissional e sua respectiva direção social com a luta maior da classe trabalhadora, envolvendo, permanentemente, neste processo, tanto os integrantes da categoria como os docentes, os/as supervisores/as de campo e os/as discentes do Serviço Social. Nesse sentido, propõe-se a realização de um encontro gaúcho entre a equipe de pesquisa e as UFAS, para o compartilhamento mais detalhado dos dados, de modo a favorecer a reflexão sobre eles e, principalmente, a identificação de estratégias que permitam a qualificação dos processos formativos.

Igualmente, reconhece-se a necessidade de novos desdobramentos investigativos, considerando a complexidade de uma pesquisa desta natureza, a fim de adensar algumas informações e atualizar, constantemente, o banco de dados sobre a profissão, no âmbito do RS, de modo a manter ativo o compromisso dos pesquisadores/as e das organizações representativas da categoria em acompanhar a realidade da formação em Serviço Social.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Brasília, DF: ABEPSS, 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 De Dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e daí outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZ-C2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 14 abr. 2022.

BULLA, L. C. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 3- 22, jan./jun., 2008.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de educação permanente**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

FORMASS (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL). **Banco de dados sobre a formação em Serviço Social**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 2020. (Uso interno do grupo de pesquisa).

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2. 2005.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no serviço

social brasileiro. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2019: divulgação dos resultados**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

MACIEL, A. L. S. Crise, trabalho e Serviço Social: o território gaúcho em análise. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 7., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UES, 2019. p. 1-12.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 jun. 2021.

REIDEL, T.; CANTALICE, L. Formação e Serviço Social em tempos de Covid-19. *In: ANDRADE, R. F. C. de; PRATES, J. C. (org.). Desafios à formação profissional em tempos de Covid-19*. Boa Vista: IOLE, 2021.

REIDEL, T. *et al.* **Banco de dados da pesquisa institucional: Perfil, formação e trabalho dos/as assistentes sociais no estado Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s. n.], 2020.

VILLAR, V. **Formação em Serviço Social: a implantação do curso em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/7357>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Tatiana Reidel
Thaís Teixeira Closs
Jane Cruz Prates*

Introdução

O trabalho, essa “servidão moderna”, para usar a expressão de Antunes (2018), na concepção marxiana, é toda a expressão e produção humana, portanto elemento fundamental ao processo de humanização e base para a produção do valor. Mas, no modo de produção capitalista, a vida do sujeito que trabalha é capturada e subsumida pelo capital. Esse processo, condicionado pela alienação e pelo estranhamento, naturaliza a subserviência do trabalho ao capital e o adoecimento progressivo dos/as trabalhadores/as, incidindo também no distanciamento da consciência humana genérica, necessária a seu processo de humanização. Como afirmaram Marx e Engels (1989, p. 748):

quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos/as trabalhadores/as sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (Adaptado).

Os dados divulgados pelo IBGE (2020), na PNAD, são contraprova do que afirmam os autores, uma vez que mostram a taxa de desemprego no Brasil bater recorde, considerando a série histórica realizada pelo Instituto desde 2012, atingindo 13,8%. Isso significa que 13 milhões de pessoas estavam desocupadas no Brasil, no ano passado. (REIDEL et al, 2021).

A pandemia provocada pela Covid-19 acentuou ainda mais esses indicadores negativos, que chegaram à taxa de 14,7% no primeiro semestre de 2021, atingindo 14,8 milhões de brasilei-

ros/as. Somam-se a esse dado mais 6 milhões de desalentados/as e 32,2 milhões de subutilizados/as (IBGE, maio de 2021). A taxa de desemprego entre mulheres também atinge recorde e chega a 17,9% enquanto, entre homens, ficou em 12,2%. No Rio Grande do Sul, a taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2021, foi de 9,2%, permanecendo abaixo da média nacional. (IBGE, PNAD, 2021).

Outrossim, é fundamental que se tenha consciência de que, mesmo antes da pandemia, o país já vivia uma situação de recessão intensa, o que foi agravado pelas medidas de austeridade, em especial a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que retirou recursos fundamentais da saúde, da proteção social e da educação e, juntamente com as reformas trabalhistas, impôs uma condição ainda mais precária e desigual aos/as trabalhadores/as brasileiros/as .

Os/AS Assistentes Sociais são parte da classe trabalhadora e reconhecem-se como tal, logo são afetados/as pelos processos de precarização e flexibilização do trabalho, além do desmonte avassalador das políticas de Seguridade Social, área que mais absorve o trabalho desse/a profissional no Brasil e no Rio Grande do Sul, como os dados evidenciam. Esse processo de precarização materializa-se não só no salário ofertado a cada categoria profissional, que tem como um de seus determinantes a hierarquização das profissões na divisão social e na técnica do trabalho, mas também inclui a jornada, as condições e as relações de trabalho, as pressões e as ausências de perspectiva de longo prazo na carreira e na melhoria dos meios de atendimento à população usuária. Pretende-se, neste capítulo, aportar dados sobre estes aspectos, para dar visibilidade ao modo como o trabalho do/da Assistente Social se configura no Rio Grande do Sul.

Tendências das relações do trabalho profissional dos/das Assistentes Sociais

Esta seção destina-se à análise das informações referentes às relações de trabalho dos/das Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul, dando visibilidade a sua inserção no mercado de trabalho, considerando os vínculos empregatícios, a jornada de trabalho, a remuneração, a natureza das instituições empregadoras e as

políticas sociais predominantes nas quais se dá o exercício profissional. O estudo mostra que a grande maioria (79,4%) dos(das) 2.552 pesquisados/as que responderam a essa questão trabalha na área do Serviço Social, conforme os dados apontados no quadro 11.

QUADRO 11 — Profissionais que estão (ou não) trabalhando na área do Serviço Social

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Sim	79,46%	2.004
Não	20,54%	518
Total	100%	2.522

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Os restantes, 20,5%, justificam não estarem inseridos/as como Assistentes Sociais no mercado de trabalho, porque há poucas ofertas de vagas (33,9%), por estarem estudando para concursos públicos (14%), por terem sido aprovados/as em concursos públicos e estarem aguardando a chamada para ingresso (7%), por não terem sido aprovados/as em concursos públicos ou porque não abriram vagas para tais concursos (7,3%). Apenas 0,5% dos/as pesquisados/as mencionou o fato de não se ter identificado com o trabalho ou não sentir-se em condições de assumir o trabalho como Assistente Social. Destaca-se, para além de a maior concentração de respostas justificar-se pelo número limitado de oferta de vagas, coerente com tempos de desemprego estrutural e de a justificativa explicitada estar associada a tentativa, expectativa ou falta de oferta de vagas no setor público, que soma 28,3% das respostas. Pode-se inferir, portanto, que boa parcela de Assistentes Sociais almeja inserir-se em espaços sócio-ocupacionais vinculados ao setor público, confirmando uma tendência histórica da área.

No entanto, há que se considerar o percentual de vínculos no setor público no Brasil, em relação ao total de ocupados/as formalmente, no conjunto da economia, reduzir-se de 22,3%, em 1995, para 17,4%, em 2016 (LOPEZ; GUEDES, 2018), dado que se relaciona diretamente com o mercado de trabalho da profissão. É importante observar que tal retração de vagas no setor público está imbricada na contrarreforma do Estado. Ademais, vive-se um processo brutal de desmonte das políticas sociais, em especial das de

Seguridade Social. Desde a aprovação da EC 95, que congelou, por 20 anos, os gastos públicos, o que se verifica é a redução progressiva dos investimentos em políticas de saúde, assistência social e previdência social, áreas que mais absorvem o trabalho de Assistentes Sociais no Brasil. Soma-se a esse determinante, a postura privatista do governo Bolsonaro, que desvaloriza tudo aquilo que é público. Marques e Nakatani (2019, p. 229) declaram, ao tratar do desmonte da educação e da proteção social, que:

Não é por acaso que, ao mesmo tempo em que o congelamento dos gastos públicos foi proposto, foram encaminhadas propostas que aprofundam a mercantilização da saúde, da educação e da previdência. Ao longo dos vinte anos de vigência da Emenda Constitucional 95, pouco restará da presença do Estado nessas áreas, se é que restará algo. Se a essa possibilidade somarmos a tendência de incorporar no serviço público a lógica da administração das empresas privadas, nada restará daquilo que chamamos de coisa pública.

Em relação à quantidade de vínculos empregatícios, identificou-se que dos/as 1.915 Assistentes Sociais que responderam a esta questão, a grande maioria (80,05%) possui somente um vínculo, sendo pequena a incidência de duplo vínculo (11,07%), conforme o quadro 12.

QUADRO 12 — Quantidade de vínculos de emprego

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Nenhum	7,94%	152
1	80,05%	1.533
2	11,07%	212
3	0,63%	12
4	0,31%	6
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Chama a atenção, embora com percentual reduzido em relação ao total, que 0,94% dos/as Assistentes Sociais, o que corresponde a 18 participantes da pesquisa, tem de 3 a 4 vínculos de trabalho. Em relação ao estudo do CFESS (2005), registra-se que, no RS, o contingente de profissionais com um vínculo é superior ao identificado nacionalmente (77,19%). A partir desse dado, é possí-

vel inferir que haja maior dedicação e apropriação por parte dos/as Assistentes Sociais a determinado espaço sócio-ocupacional, favorecendo a qualificação do trabalho exercido, o maior domínio de conhecimento e competências, além da possibilidade de potencialização de vínculo com a população usuária e as equipes. No contraponto, no entanto, é possível considerar a possibilidade de sobretrabalho imposto pelos locais onde os profissionais se inserem, impedindo a complementação a partir de outro vínculo, haja vista a imposição de horas de trabalho invisíveis e não pagas realizadas no espaço do domicílio, embora não componham a jornada formal de trabalho, a conformam. No que concerne ao destaque dado ao compromisso ético com o aprimoramento constante, ressalta-se que esse processo necessita estar ancorado em condições objetivas, ganhando relevo a importância de ações de educação permanente, ofertadas seja pelas instituições empregadoras, seja pelas entidades da categoria, em parceria com as unidades de formação.

No que se refere à carga horária de trabalho exercida, identifica-se a predominância da faixa de 31 a 40 horas semanais (44,28%), seguida pela de 25 a 30 horas semanais (27,47%). Registra-se os participantes da pesquisa que referem jornada semanal inferior a 25 horas (12,79%) serem superiores aos que referem exercer a profissão com carga horária acima de 40 horas (9,92%), como identifica o quadro 13.

QUADRO 13 — Carga horária semanal de trabalho

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Nenhum	5,54%	106
Menos de 20 horas semanais	5,01%	96
Entre 20 e 24 horas semanais	7,78%	149
Entre 25 e 30 horas semanais	27,47%	526
Entre 31 e 40 horas semanais	44,28%	848
Entre 41 e 50 horas semanais	6,37%	122
Entre 51 e 60 horas semanais	2,92%	56
Entre 61 e 70 horas semanais	0,42%	8
Mais de 70 horas semanais	0,21%	4
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel et al. (2021).

Comparativamente ao estudo nacional (CFESS, 2005), no RS, identifica-se a mesma tendência de concentração da jornada de trabalho entre 30 e 40 horas, embora com percentuais levemente menores. No entanto, há que se considerar a aprovação da jornada de 30 horas para o trabalho de Assistentes Sociais desde 2010, importante conquista da categoria após uma década da promulgação da Lei nº 12.317 (BRASIL, 2010), que não vem sendo implementada, uma vez que 54,2% dos/as Assistentes Sociais investigados/as, ou seja 1.038 profissionais de um universo de 1.915, realizam mais de 30 horas semanais de trabalho, dos/as quais 50,6% com jornadas que variam entre 31 e 50 horas semanais, portanto a maioria dos/as profissionais pesquisados/as. A partir da articulação dos dados dos quadros 13 e 14, verificam-se as dificuldades de concretização do direito à jornada de 30 horas no setor público, considerando os enquadramentos jurídicos do vínculo estatutário nos três níveis federativos e o contingente de Assistentes Sociais que ingressam na carreira pública por meio de cargos genéricos. Além disso, há que se considerar a redução da carga horária para 30 horas, quando não acompanhada da ampliação de profissionais de Serviço Social nas equipes, repercute na intensificação do trabalho, elemento que pode ser identificado posteriormente, nos dados apresentados no quadro 21, apontado como o principal desafio/dificuldade vivenciado no cotidiano do exercício profissional.

Os serviços públicos absorvem a grande maioria da mão de obra profissional de Assistentes Sociais do RS que participaram da pesquisa (66,5%), dos quais a maior concentração está no setor público municipal (46,11%), seguido, respectivamente, do setor público federal (10%) e do setor público estadual (9,2%). Na sequência, verifica-se que as organizações não governamentais e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) absorvem 15,2% dos/as profissionais, o que, somado com a inserção em empresas privadas, totaliza 23,7%. Os demais espaços, que representam menos de 5% do total, são constituídos por sindicatos, fundações, trabalho autônomo ou voluntário, entre outros, o que pode ser observado de modo discriminado no quadro 14:

QUADRO 14 — Natureza da instituição onde trabalha

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Setor público municipal	46,11%	883
Organização não governamental sem fins lucrativos	11,91%	228
Setor público federal	10,03%	192
Setor público estadual	9,19%	176
Empresa privada	8,51%	163
Nenhum	3,81%	73
Organização da sociedade civil de interesse público	3,34%	64
Outro	2,98%	57
Fundação	1,78%	34
Sindicato, associação, movimento social ou popular	0,89%	17
Organização social	0,68%	13
Autônomo	0,57%	11
Voluntário	0,21%	4
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Destaca-se que os municípios são os principais empregadores dos/das Assistentes Sociais no estado, o que se trata de uma tendência dos vínculos no setor público nacional. O crescimento significativo dos postos de trabalho nos municípios elevou a participação desse nível administrativo de 38%, em 1995, para 57%, em 2016, ao passo que os vínculos no setor público estadual caíram de 47% para 33%, no mesmo período, juntamente com a redução da participação do setor público federal de 15% para 10% (LOPEZ; GUEDES, 2018). Infere-se que um dos determinantes desse processo se explica pela descentralização das políticas de seguridade social, em especial da Política de Assistência Social, cujas equipes devem ter Assistentes Sociais em sua conformação. Por outro lado, pondera-se, que em alguns municípios de pequeno porte a baixa arrecadação dificulta a contratação de profissionais com salários mais adequados. Ademais, o processo de descentralização caracterizou-se, inicialmente, como o que se costumou chamar de “prefeiturização”, na medida em que as responsabilidades foram legadas aos mu-

nicipios, sem que os recursos respectivos para sua realização fossem igualmente descentralizados.

Quanto ao vínculo empregatício, verifica-se a predominância da condição de estatutário/a (46,21%), seguido de contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (29,66%). Registra-se que 12,9% dos/as profissionais têm vínculos de trabalho considerados flexíveis, acompanhando as tendências da desregulamentação do trabalho, tais como a condição de autônomo, os contratos temporários, a prestação de serviço, a terceirização e o trabalho intermitente. Acompanha-se no Brasil a efetivação de uma agenda para degradação e desregulamentação do trabalho, tendo como marco desse processo a aprovação da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acentua os efeitos nocivos aos/às trabalhadores/as brasileiros/as. Chama a atenção que 5,01% dos/as participantes referem não possuir nenhum vínculo e que 3,86% indicam outro tipo de relação de trabalho. Assim, a precarização das relações e das condições de trabalho vivenciada por Assistentes Sociais pode ser evidenciada nas formas de contratação em que se acentuam as subcontratações e a desregulamentação dos vínculos por meio dos contratos terceirizados e dos contratos por projetos, expondo a intencionalidade de que ocorra uma inserção subalterna, que reforça o modo de fazer fragmentado, imediato, emergencial com alto nível de rotatividade, conforme os dados do quadro 15.

QUADRO 15 — Tipo de vínculo empregatício

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Estatutário	46,21%	885
Celetista (CLT)	29,66%	568
Contrato temporário	6,21%	119
Nenhum	5,01%	96
Outro	3,86%	74
Autônomo	2,98%	57
Prestação de serviço	2,45%	47
Cargo comissionado	2,35%	45

Terceirizado	0,89%	17
Trabalhador intermitente	0,37%	7
Cooperativado	0,00%	0
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Os vínculos empregatícios predominantes no trabalho profissional do estado acompanham as tendências nacionais, considerando a pesquisa do CFESS (2005), que identificou também a prevalência dos enquadramentos funcionais do tipo estatutário (55,68%) e celetista (27,24%). Infere-se, portanto, que a maioria da categoria profissional se insere no mercado de trabalho mediante relações de trabalho estáveis e protegidas, em termos de direitos trabalhistas. Dois aspectos precisam ser considerados: o primeiro é o período temporal da pesquisa nacional, realizada em 2005, portanto há 16 anos; o segundo é o fato de que, nos últimos anos, em particular, há uma redução drástica nos investimentos públicos, com impactos na contratação de recursos humanos. Por outro lado, também é preciso que sejam verificadas as condições de trabalho de forma associada, tendo em vista apreender os processos de precarização que se têm intensificado significativamente, a partir da reforma trabalhista e da austeridade em relação aos investimentos públicos, o que se expressa na remuneração dos/as trabalhadores/as. Soma-se a isso o processo de enfraquecimento dos sindicatos, incluído na reforma trabalhista, o que reduz a potencialidade de luta pela reposição salarial e pela garantia de condições de trabalho adequadas. Assim, constata-se um esgarçamento dessas condições como parte do desmonte do setor público.

No que tange a remuneração mensal dos/as Assistentes Sociais, verifica-se a predominância das faixas salariais de R\$2.001,00 a R\$4.000,00 (39,63%) e de R\$4.001,00 a R\$7.000,00 (27,36%). Destaca-se a significativa incidência de baixos índices salariais, aproximados ao salário mínimo vigente (12,37%), que, somada ao contingente de 88 sujeitos que referem não receber nenhuma remuneração, totaliza 16,97%, como se pode observar no quadro 16 a seguir.

QUADRO 16 — Remuneração mensal

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Nenhum	4,60%	88
Até R\$1.000,00	2,92%	56
De R\$1.001,00 a R\$2.000,00	9,45%	181
De R\$2.001,00 a R\$3.000,00	19,53%	374
De R\$3.001,00 a R\$4.000,00	20,10%	385
De R\$4.001,00 a R\$5.000,00	13,84%	265
De R\$5.001,00 a R\$7.000,00	13,52%	259
De R\$7.001,00 a R\$9.000,00	7,99%	153
De R\$9.001,00 a R\$11.000,00	3,92%	75
De R\$11.001,00 a R\$13.000,00	2,40%	46
De R\$13.001,00 a R\$15.000,00	1,15%	22
Mais de R\$15.001,00	0,57%	11
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Verifica-se que as tendências de remuneração dos/as Assistentes Sociais acompanham as médias salariais do setor público, considerando ser este o maior empregador da profissão. O estudo de Lopez e Guedes (2018) aponta que, entre 2007 a 2016:

A remuneração média dos/as servidores/as federais passou de R\$ 6,5 mil para R\$ 8,1 mil, ao passo que a dos servidores/as estaduais variou de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil, e a dos municipais passou de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil, sendo que o Executivo municipal paga a menor remuneração mensal média.

Além disso, ressalte-se que o setor municipal se constitui no principal empregador, uma vez que 46,11% dos/as profissionais investigados/as neste estudo são servidores/as municipais. Aponta-se a pesquisa realizada por Neri (2013), que desenvolveu um ranking multivariado de carreiras universitárias e mercado de trabalho com base no Censo Demográfico de 2010 e na qual o Serviço Social aparece na 34ª posição em termos salariais, com média de remuneração de R\$ 3.061,08, e na 26ª posição, em termos de taxa de ocupação (92,82%).

Ademais, chama a atenção o dado, com base nas informações do quadro 16, de que somente 29,55% dos/as Assistentes Sociais recebem vencimentos aproximados ou superiores ao salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, o qual, em setembro 2020, é estimado em R\$ 4.892,75, processo que revela a precarização das condições de remuneração com impactos na qualidade de vida da categoria. Nessa direção, destaca-se que as três faixas salariais mais altas são justamente as que apresentam menor frequência. Outro aspecto que é pertinente considerar é a questão de gênero, uma vez que a expressiva maioria da categoria de Assistentes Sociais é conformada por mulheres, e o IBGE, na PNAD Contínua de 2018, já mostrava que elas podem ganhar até 25% a menos que os homens em todas as faixas salariais. Nesse sentido, infere-se que a questão de gênero pode ser um dos determinantes para a oferta de salários que variam entre R\$1.000 e R\$3.000 para 28,9% dos/as profissionais pesquisados/as, conforme explicitado no quadro 16.

Conforme os dados do quadro 17 a seguir, a grande maioria dos/as Assistentes Sociais respondentes trabalha na área da Seguridade Social (79,5%), constituída pelo tripé das Políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. A área da assistência social absorve a maioria (51,2%), seguida da saúde (24,9%) e, em menor número, da previdência (3,4%), o que mostra uma alteração significativa em relação ao último estudo realizado pelo CFESS, em 2005, quando a saúde absorvia o maior contingente de profissionais. As demais áreas somam 20,5% dos/as Assistentes Sociais.

QUADRO 17 — Política social predominante no espaço de trabalho

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Assistência	51,23%	981
Saúde	24,86%	476
Outro	20,52%	393
Previdência	3,39%	65
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Se, por um lado, há um crescimento bem-vindo da contratação de Assistentes Sociais pela política de assistência social, a

redução na área da saúde, que concentra apenas 24,9% dos/as profissionais pesquisados/as é preocupante, considerando a inserção histórica da profissão nessa área e a relevância de seu trabalho. Pode-se inferir que o congelamento de gastos, a suspensão de concursos e a diminuição de recursos para a área da saúde impactaram a redução de trabalhadores/as, o que, no caso particular da política de assistência social não se verifica de modo mais drástico, em relação a recursos humanos, porque o SUAS determina que esse profissional componha as equipes nos diferentes níveis de proteção ofertados pelo Sistema. Contudo, estudo realizado em 2019, sobre o SUAS no Brasil (RAICHELIS *et al.*, 2019) aponta que, no Rio Grande do Sul, onde foram contemplados para análise os municípios de Porto Alegre, Bento Gonçalves, São Borja, Butiá e Dom Feliciano, com um contingente de 108 Assistentes Sociais membros das equipes do SUAS, grande parte dos/as trabalhadores/as estão sob uma diversidade de vínculos profissionais, como contratos temporários, terceirizados, celetistas, entre outros.

Esse aspecto aparece na totalidade dos municípios, mas, na capital do estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma particularidade, uma vez que Porto Alegre tem serviços, quase na sua totalidade, terceirizados, o que expõe os/as trabalhadores/as a condições aviltantes, gerando aguda insegurança laboral. Destaque-se que somente a capital do Paraná dispõe de 172 Assistentes Sociais vinculados ao SUAS, número maior do que a totalidade de Assistentes Sociais contratados nos municípios gaúchos pesquisados. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 2019, dispunha de apenas 79 Assistentes Sociais, como mostra estudo (RAICHELIS *et al.*, 2019), embora a capital gaúcha tenha maior volume de habitantes (3.995.337 habitantes) do que Curitiba (3.235.490 habitantes).

A constituição do SUAS e a obrigatoriedade de contar com o trabalho de Assistentes Sociais nas equipes de CRAS e CREAS, como já mencionado anteriormente, sem dúvida, foram fatores fundamentais para o crescimento da absorção desse/a profissional pela política de assistência social. O fato de a grande concentração estar na esfera municipal mostra a capilarização do trabalho desse profissional nessa política. Reitera-se que concorrem também para a redução da presença de Assistentes Sociais em outros espaços o desmonte das políticas públicas, a pouca oferta de concursos para a

renovação de quadros e a ampliação de vagas nas áreas da saúde e da previdência.

Embora a política de assistência social também sofra os mesmos rebatimentos, o cumprimento das estruturas básicas para a obtenção de recursos federais impôs, especialmente às prefeituras, a contratação dos/as profissionais para realizarem seu trabalho. Ademais, em termos de produção do conhecimento, estudos mostram que aproximadamente 70% das produções acerca dessa política são oriundos da área do Serviço Social, o que dá visibilidade à expertise acerca dessa política.

Tendências das condições do trabalho profissional dos/das Assistentes Sociais

Esta seção destina-se à análise das informações sobre as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais no estado, considerando normativas profissionais relativas às condições éticas e técnicas, tendo como referência a Resolução do CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do trabalho profissional para o exercício da profissão, assim como as precarizações vivenciadas no trabalho, as possibilidades de resistência e os principais desafios e dificuldades que permeiam o cotidiano de trabalho.

No que se refere às condições éticas e técnicas, em que pese o reconhecimento dos/as profissionais quanto ao desmonte que vêm sofrendo as políticas públicas, o que impacta a estrutura ofertada para a realização do trabalho, a grande maioria dos/as pesquisados/as Considerou que as condições de iluminação, ventilação, espaço para a guarda de material, salas de atendimento que permitam o resguardo do sigilo profissional, guarda adequada e respeito a materiais sigilosos eram adequadas com índices que variaram entre 60,5% e 73,4%. Os percentuais relativos às mesmas condições que profissionais consideraram parcialmente adequadas variaram entre 13,5% e 23,5%, e os referentes às condições inadequadas, entre 3,9% e 9%. Isso leva a concluir que a maioria dos/as Assistentes Sociais estão satisfeitos/as com essas condições. Contudo, merece destaque o item relativo ao resguardo do material sigiloso, de acesso exclusivo do Assistente Social que, embora tenha percentual de 6,11%, é apontado como inadequado. Isso significa que esse resguardo não é

garantido a 117 Assistentes Sociais, o que é muito grave. Os dados detalhados podem ser verificados no quadro 18 que segue.

QUADRO 18 — Avaliação das condições éticas e técnicas para a realização do trabalho

	INADEQUADO		PARC. ADEQUADO		ADEQUADO		NÃO SE APLICA		TOTAL
Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional (Res. CFESS/2006, 493. Art. 2º, a);	4,02%	77	19,43%	372	69,97%	1.340	6,58%	126	1.915
Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional (Res. CFESS/2006493. Art.2º, b);	8,15%	156	23,50%	450	60,57%	1.160	7,78%	149	1.915
Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas (Res. CFESS/2006493. Art. 2º, c);	9,03%	173	20,63%	395	62,92%	1.205	7,42%	142	1.915
Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (Res. 493. CFESS/2006, Art. 2º, d);	8,51%	163	22,56%	432	60,99%	1.168	7,94%	152	1.915
O atendimento efetuado pelo Assistente Social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (Res. CFESS/2006 493. Art. 3º);	3,97%	76	13,58%	260	72,42%	1.406	9,03%	173	1.915
O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais (Res. CFESS/2006 493. Art. 4º) (podendo estar em outro espaço físico, conforme Art. 5º);	6,11%	117	20,47%	392	63,45%	1.215	9,97%	191	1.915
TOTAL RESPOSTAS									1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Sobre as precarizações vivenciadas cotidianamente no exercício profissional, os/as Assistentes Sociais apontam, predominantemente, o quesito condições e recursos insuficientes para a realização do trabalho (54,31%), seguido pelas condições salariais (37,65%), conforme indica o quadro 19 abaixo.

QUADRO 19 — Principais precarizações vivenciadas no trabalho

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Condições/recursos insuficientes para a realização do trabalho	54,31%	1.040
Condições salariais	37,65%	721
Outro	23,03%	441
Contrato de trabalho	17,96%	344
Total		1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Destaca-se a importância de a precarização social do trabalho ser compreendida como “um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231), expressando-se de diferentes formas. Por tratar-se de um fenômeno multidimensional, abrange diferentes aspectos, tais como (DRUCK, 2011): a vulnerabilidade e as desigualdades das formas de inserção ocupacional; a intensificação do trabalho e a terceirização, ampliando o ritmo e as jornadas de trabalho, as metas inalcançáveis, a polivalência; a insegurança e a saúde no trabalho; a perda das identidades individual e coletiva; a fragilização da organização dos/as trabalhadores/as.

Cabe considerar que os/as Assistentes Sociais, como funcionários/as públicos/as, estão submetidos ao processo decorrente de enxugamento da máquina estatal, ao mesmo tempo em que têm a necessidade de lutar contra as propostas de negação de direitos imposta pelo ideário neoliberal no funcionamento do Estado. Desse modo, é relevante considerar que a precarização do trabalho de Assistentes Sociais está associada à própria natureza aviltante das políticas sociais desde a sua gênese, e, como o/a profissional atua diretamente com essas políticas, o seu trabalho também participa da precarização (CAVALCANTE; PREDES, 2010).

Esses aspectos permeiam as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais, destacando-se especialmente que a articula-

ção entre recursos insuficientes para realizar as atividades profissionais e os baixos salários, dimensões que impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados à população e a realização do trabalho cotidiano. Logo, infere-se que essa articulação se relaciona com a vivência de situações referentes à incerteza, à injustiça, às imposições e às metas das instituições empregadoras, podendo agravar o sofrimento no trabalho, conformando “o pano de fundo da precarização do trabalho: o esvaziamento vivenciado a partir do empobrecimento do significado do trabalho” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241). Portanto, o agravamento das expressões da questão social e da precariedade de meios e recursos para atendê-las, marcas da conjuntura atual, pode demarcar a experiência subjetiva de impotência, de não realização de princípios profissionais, com consequências diretas em termos do sofrimento psíquico no trabalho.

Apesar desses processos de precarização, a maioria dos/as Assistentes Sociais (82,14%) identificam possibilidades de resistências, embora apontem essa possibilidade como parcial, o que pode ser observado no quadro 20 a seguir.

QUADRO 20 — Possibilidades de resistência diante das precarizações vivenciadas no trabalho

OPÇÕES	RESPOSTAS	
Não	17,86%	342
Sim	32,01%	613
Parcialmente	50,13%	960
Total	100%	1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Chama atenção a parcela significativa dos/as Assistentes Sociais (50,13%) que identifica, parcialmente, possibilidades de resistências. Infere-se que esse dado revela uma abordagem realista da conjuntura atual e relaciona-se com a natureza das principais precarizações referidas no quadro 19, cujo caráter é predominantemente estrutural, condicionado pelas limitações impostas pela política econômica neoliberal de austeridade fiscal no âmbito das políticas sociais. Outro aspecto que corrobora esse processo é o reconhecimento

dos limites do assalariamento e da autonomia relativa de que dispõe o/a profissional. Nessa direção, destaca-se a importância da mobilização e da organização política da categoria de forma associada com movimentos mais amplos, na defesa da Seguridade Social pública, com vistas à reversão de medidas restritivas ao financiamento dos serviços e à contratação de pessoal em âmbito local ou nacional, juntamente com a relevância do trabalho educativo com a população usuária sobre a defesa de direitos e a qualificação das estruturas de atendimento, especialmente as municipais. Esse processo também se associa com a articulação de ações no âmbito da organização sindical, com vistas à melhoria das condições salariais de trabalho, bem como com as instâncias existentes nas entidades da categoria, na perspectiva do aprimoramento das atribuições, das competências profissionais e da consolidação do projeto ético-político.

Na sequência, o quadro 21 indica que a intensificação do trabalho consiste na dificuldade predominante (40%), que pode ser associada com a precarização em termos das exigências das instituições empregadoras aos/às profissionais, sendo relevante articulá-la com outros quesitos pesquisados, tais como a pressão pelo aumento de produtividade (23,13%) e por resultados imediatos (29,61%), que, somados, aparecem em 52,7% das expressões dos sujeitos. Logo, a precarização e a pressão para a intensificação do trabalho, que também a conforma, constituem-se na principal dificuldade apontada pelos/as pesquisados/as. Na sequência, os/as profissionais destacam aspectos relativos à capacitação, valorização e mobilidade funcional. Chama a atenção que os menores índices sejam verificados nas formas precárias de contratação, na baixa remuneração e na insegurança no emprego. Todos esses aspectos podem ser verificados no quadro que segue.

QUADRO 21 - Principais desafios e dificuldades para o exercício profissional no espaço sócio-ocupacional

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Intensificação do trabalho	40,00%	766
Ausência de educação permanente	35,25%	675
Falta de perspectivas de progressão na carreira	31,80%	609
Pressão por resultados imediatos	29,61%	567
Ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo	26,53%	508
Falta de perspectivas de ascensão na carreira	26,01%	498
Pressão pelo aumento de produtividade	23,13%	443
Insegurança do emprego	22,45%	430
Aviltamento dos salários	21,62%	414
Precárias formas de contratação	14,99%	287
Outro	14,15%	271
Total		1.915

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Infere-se que as quatro dimensões de desafios e dificuldades apontadas se relacionam diretamente com os impactos da precarização social do trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que, conforme pesquisas, expressam-se mediante:

[...] insegurança do emprego, das precárias formas de contratação, da intensificação do trabalho, do aviltamento dos salários, da pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, da ausência de horizontes profissionais de longo prazo, da falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, da ausência de políticas de capacitação profissional. (RAICHELIS, 2011, p. 422).

No que se refere à primeira dimensão, relativa às exigências das instituições empregadoras aos/às profissionais de Serviço Social, destacam-se as consequências negativas que a intensificação do trabalho e da pressão por resultados, alimentada pela cultura gerencialista, vem imprimindo na direção social e ética do exercício profissional. Como apontam Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010):

[...] no trabalho intensivo, não há tempo para pensar nem para entrar em contato com os próprios sentimentos. O medo de divergir e receber sanções intensifica a restrição imposta pela velocidade. Dessa forma, é potencializado o impedimento às reflexões de ordem crítica. Em suma, na atividade impedida, estão boicotados, conjuntamente: iniciativa ao agir e ao pensar a partir do próprio ser, a formação de juízos críticos. (p. 242).

Nessa direção, a vivência da intensificação do trabalho e a busca por momentos reflexivos podem estar associadas com a significativa frequência da educação permanente como desafio profissional. Esse dado revela a importância de fortalecimento de iniciativas, salientando-se, nesse sentido, a relevância da Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS para a efetivação de espaços formativos regionalizados que versem sobre a realidade do exercício profissional. Na sequência, aponta-se que as duas últimas dimensões das dificuldades profissionais se encontram com precariedade dos planos de cargos, carreiras e salários no setor público, sendo essa uma pauta fundamental a ser enfrentada pela categoria pela articulação sindical por ramo de atividade ou pela incidência política das entidades profissionais, no âmbito dos fóruns de defesa das políticas de Seguridade Social.

Considerações finais

O Brasil vive uma conjuntura completamente adversa, dramática e sem precedentes, e, num país de amplitude continental e de profundas desigualdades históricas, as crises econômica, política e sanitária ampliam essas mazelas, precarizando ainda mais o trabalho e a vida da classe trabalhadora. Esses impactos fazem-se mais agudos se consideradas as questões étnico-raciais e de gênero. Fazem parte desse processo o desmonte de políticas estruturantes, identificadas como novos nichos de mercado, as contrarreformas, a banalização da violação de direitos sem qualquer constrangimento e a imposição da austeridade sob o discurso de ser necessária ao desenvolvimento econômico. Contudo, o verdadeiro desenvolvimento econômico pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento social.

No caso brasileiro, em particular, um governo fundamentalista, privatista, de ultradireita, assumidamente conservador, que se contrapõe à ciência e à liberdade de pensamento, que nega os

avanços civilizatórios conquistados a duras penas pelos/as trabalhadores/as, faz que esse processo seja ainda mais penoso. Nesse contexto, instâncias de participação popular e de controle social são destituídas, movimentos sociais, criminalizados, a violação de direitos, banalizada, a diversidade humana, negada, e o reconhecimento de que o Estado deve garantir a proteção social e a atenção à sociedade é questionado. Na contramão de tudo isso, esses são valores que balizam os espaços mediante os quais o trabalho do/da Assistente Social se potencializa em qualquer área onde seja materializado para o enfrentamento das desigualdades que explicitam as refrações da questão social.

Embora os/as Assistentes Sociais pesquisados/as, na sua grande maioria, tenham-se mostrado satisfeitos/as com as estruturas ofertadas no trabalho, ficou evidenciado em suas expressões o crescimento avassalador do sobretrabalho, a ampliação progressiva de contratações precárias, o pouco investimento em formação permanente, e, sem dúvida, a falta de investimentos, progressivamente, será percebida nas estruturas ofertadas para que o trabalho seja materializado. Os cortes brutais no financiamento das políticas públicas, em especial as de seguridade social, têm restringido o alcance social e a efetividade dessas políticas, o que tende a agravar-se diante das propostas de focalização em curso e da redução de recursos humanos, em razão da suspensão de concursos. Isso tem significado a ampliação progressiva do trabalho precário, do desemprego e do desalento que atinge não só ao/à Assistente Social, mas ao conjunto dos/as trabalhadores/as. Contudo, é bom lembrar as políticas que conformam o tripé da Seguridade Social — Saúde, Previdência e Assistência Social — empregarem, no RS, conforme aponta este estudo, 79,5% dos/as profissionais, na sua grande maioria, no setor público, que sofre um desmonte ainda mais profundo.

Como agravante, crescem vertiginosamente as expressões de conservadorismo na sociedade brasileira, fruto de uma história que mantém velado o machismo, o racismo, a misoginia, a xenofobia, e, no âmbito da profissão, verificam-se movimentos revisionistas que reeditam um trabalho subjetivista, fragmentado e conservador que se alimenta do solo histórico atual brasileiro, talhado pelo governo Bolsonaro.

Desde a sua constituição, a sociedade burguesa separa o campo da cidade, os/as que planejam dos/as que executam, os/as que

pensam dos/as que fazem, divide o trabalho, hierarquiza as profissões, desvaloriza os processos de execução, separa o/a trabalhador/a do produto de seu trabalho, alienando-o do processo de trabalho, inclusive em relação aos/às demais trabalhadores/as, que, ao invés de cooperarem entre si, são estimulados/as a competir. Marx, em suas obras, ressalta que esses são os alicerces da propriedade privada, e é importante destacar que divisão do trabalho e propriedade privada são elementos da mesma unidade: o primeiro é relacionado ao processo, e o último, ao produto. A alienação, o individualismo e a fragmentação são dissimulados no trabalho abstrato, característico da sociedade burguesa. Separar a teoria da prática é parte fundamental desse processo, porque, assim, a ação se limita a simples reprodução do que interessa ao capital, perdendo a substância política que lhe acrescenta a teoria (PRATES; CARRARO, 2017).

A destituição dos espaços potencialmente emancipatórios é, sem dúvida, um entrave para o desenvolvimento do trabalho do/da Assistente Social, à luz de seu projeto ético-político, o que se agrava pela flexibilização, pela precarização e pela intensificação do trabalho, razão pela qual a articulação coletiva é absolutamente imprescindível. Na contramão desse processo, novas lutas da categoria expressam-se na participação desse/a profissional pelas liberdades democráticas, na defesa do SUS e do SUAS, na luta por um piso salarial digno e na expressão da grande maioria dos/as profissionais (82,1%) pesquisados/as que, apesar das adversidades do contexto, afirmam as resistências serem possíveis, mesmo que parcialmente.

Referências

CAVALCANTE; G. M. M.; PRÉDES, R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18195/9446>. Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, DF: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário. **DIEESE**, São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 35, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006. Acesso em: 21 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. Brasília, DF: IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130703_radar27.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

LOPEZ, F.; GUEDES, E. **Atlas do Estado brasileiro: uma análise multidimensional da burocracia pública brasileira em duas décadas (1995-2016)**. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34501&Itemid=432. Acesso em: 21 out. 2020.

MARQUES, R.M.; NAKATANI, P. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. e36288, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36288>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Capital**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

PRATES, J. C.; CARRARO, G. Na prática a teoria é outra: ou separar é armadilha do capitalismo? **Revista Argumentum** Vitória, v.

9, n. 2, p. 161-171, 2017. Disponível em: <http://10.18315/argum..v9i2.15424>.

RAICHELIS, R; SILVA E SILVA, M.O; COUTO, B.R; YAZBEK, M.C. **O sistema único de assistência social no Brasil: Disputas e resistências em movimento.** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios diante das violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 21 out. 2020.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

REIDEL, T. *et al.* **Banco de dados da pesquisa interinstitucional: Perfil, formação e trabalho dos/as assistentes sociais no estado Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: [s. n.], 2020.

A CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

Tatiana Reidel

Loiva Mara de Oliveira Machado

Eliana Mourgues Cogoy

Introdução

A supervisão de estágio em Serviço Social configura-se como importante ferramenta na relação entre a formação profissional e o trabalho dos/as Assistentes Sociais. Para tanto, é regida por determinações legais e normativas, a fim de garantir a qualidade da formação de profissionais que lutam pelo acesso aos direitos sociais de usuários/as de políticas públicas.

Concebido como atividade curricular obrigatória, o estágio no Brasil orienta-se pela Lei nº 11.788, publicada no Diário Oficial da União de 26/9/2008, que demarca todos os processos de estágios para além do Serviço Social e, entre outras contribuições, estabelece normatização de carga horária de 6 horas máximas e não mais de 8 horas diárias, evidencia os direitos dos/as estagiários/as (mesmo que ainda avaliados como parcos) e demarca a necessidade de existir concomitância entre experiência no campo e na sala de aula, tendo disciplina específica que dê suporte ao que é vivenciado no campo de estágio, o que pressupõe a supervisão sistemática. Com base nesta orientação legal, a perspectiva do estágio não pode ser reduzida ao treinamento em serviço ou a espaço de mera observação, embora se compreenda a relevância da observação para uma intervenção qualificada.

Especificamente em relação ao estágio em Serviço Social, acompanha-se a ousadia da profissão, que, ao longo dos anos, vem consolidando as bases legais para contribuir na garantia da qualidade do processo de estágio, conforme se observa na Resolução 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que define o estágio como “[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, obje-

tivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática”. (CFESS, 2008, p. 1). Assim, pressupõe-se a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, e o estágio não pode ser compreendido como apêndice no processo formativo, pois requer uma conjugação das bases da formação e do trabalho profissional.

No que se refere ao aspecto teórico, a produção sobre supervisão direta em Serviço Social ainda é exígua diante das necessidades apresentadas, de modo especial, em tempos de contexto desafiador no ensino superior. No campo das ações político-pedagógicas, das orientações e de outras instruções normativas, a categoria profissional vem alcançando significativo suporte do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS, com o intuito de dirimir processos e procedimentos na sua dimensão normativo-disciplinadora.

Considerando o contexto atual e os crescentes desafios que se apresentam para consolidar esta perspectiva de estágio, faz-se fundamental avançar nos estudos e nas produções que possibilitem refletir sobre o processo de supervisão, a partir de dados da realidade vivenciados nos distintos campos de estágio que, por sua vez, atendem as mais diversificadas demandas e as populações usuárias, além de considerar as particularidades que envolvem estagiário/a, supervisor/a acadêmico/a e supervisor/a de campo.

Considerando o compromisso ético-político das Unidades de Formação Acadêmica (UFAS) e das entidades político-organizativas da categoria com a formação de qualidade em Serviço Social, este capítulo objetiva refletir sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social, como atividade acadêmica essencial à formação profissional e a supervisão de estágio, no campo de trabalho e na instituição de ensino, como atribuição privativa do/da Assistente Social. O tema constitui-se em um dos eixos específicos da pesquisa interinstitucional *Perfil, formação e trabalho profissional do(a) Assistente Social no Rio Grande do Sul*, cujo percurso e parcerias já foram apresentados.

Os dados da pesquisa revelam um conjunto de desafios no âmbito da formação profissional, com o processo de reestruturação da modalidade de oferta nas instituições de ensino e a incidência da lógica mercadológica que destitui a educação, neste caso, o ensino superior como direito social. De outra parte, as novas configurações do mundo do trabalho, terceirizado, horista, contratos temporários,

com flexibilização de direitos trabalhistas, entre outros, impactam diretamente a vida material e espiritual e o cotidiano da classe trabalhadora.

São cada vez mais frequentes os relatos de Assistentes Sociais, em várias áreas, sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimento que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho etc. (VICENTE, 2018, p. 129).

Os/As Assistentes Sociais como classe trabalhadora vivem cotidianamente essa realidade nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados em que se inserem. Isso nos faz refletir sobre a necessária compreensão e a defesa do exercício das atribuições privativas e das competências profissionais e a constante vigilância quanto à observância dos fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos que norteiam a profissão, sustentados na profícua interlocução com a teoria social marxista.

Nessa direção, o percurso da reflexão aqui desencadeada possibilita a articulação teórico-prática sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social, observando-se dois eixos principais: inicialmente, estrutura-se o presente capítulo a partir da abordagem referente à concepção de supervisão em Serviço Social, o significado e à execução da supervisão direta de estágios, além de suas legislações e normativas; a seguir, apresenta-se o desenvolvimento da análise dos dados no que se refere à configuração da supervisão de estágio no estado do Rio Grande do Sul, refletindo sobre o número de estudantes em estágio, a carga horária semanal de trabalho utilizada para supervisão de estágio de campo e acadêmica e a participação nos fóruns de estágios, considerando-os como espaços de educação permanente e fortalecimento da direção social da profissão.

Por fim, espera-se contribuir no deliamento de proposições e pautas estratégicas para a articulação das entidades da categoria, o fortalecimento do projeto ético-político e o compromisso com a formação de qualidade em Serviço Social.

Estágio supervisionado em Serviço Social: desafios do tempo presente

Conforme o CFESS (2013), a supervisão direta de estágio em Serviço Social configura-se como uma atribuição privativa

dos/as assistentes sociais. Para tanto, contém regulamentação e está vinculada a processos sociais, políticos e normativos, tais como a formação, o mercado de trabalho e os trâmites internos à profissão. No seu aspecto normativo, a supervisão orienta-se pelo Ministério da Educação (MEC), nas normativas de competência das entidades de fiscalização, como o conjunto (CFESS-CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Buriolla (1996) afirma que, para analisar e compreender a supervisão em Serviço Social, é necessário configurá-la como parte integrante da formação e do exercício profissional. Não há como adotar uma concepção de supervisão acabada, tendo em vista que se vai configurando conforme as determinações e a partir de como os profissionais estruturam suas visões de mundo e suas propostas de ação, para responder às demandas da sociedade. Segundo Lewgoy,

[...] pensar a supervisão de estágio por meio de suas relações e processos é um desafio, pois implica analisar dialeticamente o seu fazer pedagógico o que inclui postura investigativa diante dos elementos novos que se apresentam à universidade nos aspectos referentes à formação. (2009, p. 27).

Conforme o CFESS (2013, p. 7), “falar da Supervisão Direta de Estágio implica abrir um campo de reflexão e debate em que Estágio e Supervisão figurem como ações e relações intrínsecas ao saber-fazer do Serviço Social”.

Ao abordar a temática de estágio, não podemos prescindir do significado da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) como patrimônio construído coletivamente pela categoria profissional, por meio de debates descentralizados nas Unidades de Formação Acadêmica, em todas as regiões do Brasil, num conjunto de 80 eventos que contaram com a participação de 175 UFAS e 4.445 participantes (ABEPSS, 2010, p. 2), que confirmaram o compromisso com a formação e o trabalho profissional de qualidade. O Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui-se como: “[...] atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do/a estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os/as Assistentes Sociais, capacitando-o/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 14).”

Portanto, inegavelmente, a atividade de estágio é presencial em um campo de trabalho concreto de onde emergem as múltiplas expressões da questão social que se constituem como “[...] o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...]” (IAMA-MOTO, 2007, p. 156), presentes nos territórios.

É na instituição de estágio e no estágio supervisionado o lócus onde o estudante, com a contribuição dos supervisores, mobiliza os conhecimentos adquiridos na academia. Esse espaço completa a via-gem do conhecimento, permitindo o caminho de volta. (GUERRA, 2016, p. 106).

Destaca-se que, embora seja de fundamental importância tanto a supervisão acadêmica como a de campo, faz-se necessário sinalizar características que constituem as particularidades de cada uma delas pois:

[...] envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do/a professor/a -supervisor/a no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais do/a estudante pelo/a Assistente Social, nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p. 19).

A inserção do/a estagiário/a no campo de estágio expressa o início de um processo de corresponsabilidade na construção da supervisão direta, o que requer a devida execução das atribuições de cada um/a dos/as partícipes do processo de estágio: estudante estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a. Esse processo em tríade, segundo Guerra (2016, p.112), possibilita:

[...] Aprender a aprender numa dupla dimensão: a do conhecimento e a da ação. Então, conhecer e fazer exige aprendizagens relacionadas ao ser, ao fazer, a conhecer, ao conviver, ao pensar e impõe desenvolver aptidões, habilidades, atitudes, posturas, compromissos.

A Política Nacional de Estágio, em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), com o Código de Ética Pro-

fissional (1993), com as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e as resoluções que dispõem sobre as condições éticas e técnicas do trabalho profissional (Resolução CFESS nº 493/2006) e do exercício da supervisão direta (Resolução CFESS nº 533/2008), está alinhada a valores, princípios e diretrizes expressos no projeto ético-político profissional, uma vez que:

[...] subsidia, no âmbito teórico, ético, político e metodológico os/as profissionais Assistentes Sociais, supervisores/as de campo, supervisores/as acadêmicos/as e discentes para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social, na modalidade obrigatória e não-obrigatória. (MACHADO, 2018, p. 57).

Considerando o processo de renovação da profissão que, especialmente a partir da década de 1990, aponta para a unidade entre as dimensões investigativa e interventiva, conforme dispõem as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), o estágio supervisionado em Serviço Social apresenta relevância nessa articulação, pois “[...] os dilemas e desafios da supervisão revigoram a pertinência desse processo e seu aperfeiçoamento como defesa da direção crítica do projeto de formação [...]” (RAMOS, ABREU, 2016, p. 79).

Em tempos de ofensiva do modo de produção capitalista, que incide diretamente nas formas de gestão e organização do trabalho, a partir de um conjunto de (contra)reformas trabalhistas e previdenciárias, num contexto de crescente violação de direitos humanos e das formas de organização e manifestação coletiva dos/as trabalhadores/as, em tempos de agravamento da crise política, econômica, social, ambiental e sanitária, em decorrência da pandemia da Covid 19, os/as Assistentes Sociais são demandados/as ainda mais nos espaços de trabalho, sejam públicos ou privados, o que desafia o processo de vigilância quanto ao exercício de suas atribuições privativas e de suas competências profissionais.

Num contexto como este, é fundamental ter a clareza do que é imprescindível garantir nos marcos da formação acadêmica, além da evidente necessidade de fortalecer, no âmbito da categoria e da ABEPSS, as Diretrizes construídas (1996), estimulando estudos que adensem conceitos e estratégias para sua materialização, de modo que sejam aprofundadas e ampliadas para o alcance das competências que pretende fundamentar, absolutamente atuais e necessárias ao enfrentamento das refrações da questão social, cada vez mais ofuscadas e acirradas por manobras do capital. (LUSA; REIDEL, 2016, p. 34-35).

A supervisão direta de estágio como atividade privativa dos/as Assistentes Sociais prevê, conforme previsto na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), no artigo 5º - “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários/as de Serviço Social” (BRASIL, 2012, p. 46), e a Resolução CFESS nº 533/2008 estabelece: “[...] atividade privativa do Assistente Social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação”. Portanto, pressupõe-se a observância de critérios essenciais, como estar em situação regular junto ao conselho profissional, para realizar o exercício da supervisão.

Considerando que esta forma de supervisão está

[...] consubstanciada pela direção social da profissão, que a compromete com a universalização dos valores democráticos e igualitários, exigindo, para tanto, o conhecimento de respostas instrumentais perante o cotidiano. (LEWGOY, 2009, p. 120).

Assim, não cabe a profissionais de outras áreas do conhecimento supervisionar estudantes de Serviço Social, o que levaria à violação do disposto na Lei nº 11.788/2008.

A configuração da supervisão de estágio em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul

Conforme apontado na introdução, pretende-se apresentar os dados referentes à configuração da supervisão de estágio no estado do Rio Grande do Sul, obtidos pela pesquisa realizada em 2019. De acordo com o CFESS (2013), cabe ressaltar que existem duas configurações de supervisão de estágio: a de campo e a acadêmica. A primeira realiza-se sob a supervisão direta de um/a profissional Assistente Social atuante na instituição onde ocorre o estágio, comumente designado/a de “supervisor/a de campo” e de professor/a Assistente Social vinculado/a à Instituição de Ensino Superior, designado/a “supervisor/a acadêmico/a”.

Aspectos relacionados à supervisão de campo e à supervisão acadêmica

Os dados quantitativos da pesquisa indicam que, dos/as 1.858 respondentes desta questão, 66,31% não exercem a supervisão

de campo de estágio. Dos 33,69% que a exercem, 29,22% fazem-no por motivação própria, e 4,47 % exercem-na mediante pressão institucional. Cabe destacar que a Lei nº 8.662, no artigo 5º, prevê que: “[...] supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social, bem como treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” consiste em atribuição privativa do/a Assistente Social. No que se refere ao estudo sobre o número de estagiários/as supervisionados/as por supervisor/a de campo, destacam-se os dados conforme o quadro 22.

QUADRO 22 — Número de estagiários/as por supervisor/a de campo

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS/AS	RESPOSTAS	
1	69,00%	394
2	21,02%	120
3	8,06%	46
4	0,70%	4
5 ou mais	1,23%	7
Total	100%	571

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Observa-se a partir dos dados apresentados que 90,02% possuem até 2 estagiários/as, e, se somarmos o quantitativo de até 3 estagiários/as por supervisor/a), totalizam-se 98,08%, sendo que, de 3 até 5 ou mais estagiários/as, não totalizam 10% do que vivenciam os/as supervisores/as de campo. Este achado vai ao encontro do que está disposto na Resolução CFESS nº 533/2008, no artigo 3º, parágrafo único, que versa sobre a orientação de que o número total de estagiários/as a ser supervisionados/as “[...] deve levar em conta a carga horária do supervisor/a de campo (...) sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um/a) estagiário/a para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho”. Além disso, devem ser consideradas as particularidades de cada campo de estágio e o nível de complexidade do trabalho exercido pelos/as profissionais nas equipes de trabalho, de acordo com a natureza das instituições e dos territórios em que se inserem. É importante lembrar que a carga horária de trabalho de 30 horas semanais do/a Assistente Social, conforme dispõe a Lei nº 12.317/2010; assim, cada supervisor/a deveria ter, no máximo, três estagiários/as.

No que se refere à carga horária semanal de supervisão no campo de estágio, observa-se uma variação significativa, o que possibilita refletir sobre as condições de trabalho referidas anteriormente, o significado e as formas de exercício dessa supervisão. São 20% os/as profissionais que referem o tempo de supervisão ser de até duas horas semanais e, com esse mesmo percentual, o tempo de 4 horas. Cerca de 15% dos/as profissionais referem que o tempo de supervisão semanal é de 1 hora. Esse mesmo índice é encontrado para a carga horária de supervisão de 6 e 10 horas. Menos de 10% dos profissionais realizam a supervisão com até 3 horas semanais, e menos de 5% dos/as respondentes referem de 5 até 7 horas semanais. Esses dados indicam que:

[...] o estágio tem potencial didático-pedagógico, pois ele se realiza nas mesmas condições e relações que condicionam os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais, comportando as tendências mais recentes de tais espaços laborais. (GUERRA, 2016, p. 104).

Neste sentido, cabe destacar os desafios de garantir o potencial didático-pedagógico deste processo, considerando os impactos vivenciados pela contrarreforma trabalhista (2017), que ignora os direitos da classe trabalhadora na qual se reconhecem os/as Assistentes Sociais e cujos impactos podem ser apreendidos a partir dos seguintes aspectos:

a) o negociado sobre o legislado; b) terceirização irrestrita em que todas as atividades, meio e fim poderão ser terceirizadas; c) o trabalho intermitente, que amplia a precarização do trabalho sem garantia de salário fixo; d) rescisão de contrato de trabalho retirando a exigência de que a homologação seja feita pelo sindicato ou na delegacia regional do trabalho, o que permite ampliar os abusos e o não pagamento de direitos; e) jornada 12x36, que estabelece 12 horas de trabalho seguidas de 36 horas de descanso, contrariando a Constituição, posto que a partir da 8ª hora de trabalho os trabalhadores não recebem hora extra [...]; f) novas regras para a Justiça do Trabalho [...]; g) acordos individuais [...]; h) trabalho *home office* que se refere à remuneração do trabalho feito em casa; i) representação: trabalhadores não precisam de sindicatos. (ABRAMIDES, 2019, p. 187-188).

Esses processos, legitimados a partir da última contrarreforma trabalhista, instauram a sensação de insegurança no contexto

e nas perspectivas de inserção no mercado de trabalho para os/as estudantes de graduação. Assim, os/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo explicitam a dimensão da construção de estratégias de resistência ao contexto como desafios ao processo de supervisão de estágio.

Pensar o processo de supervisão coerente com o projeto ético-político requer afirmar compromisso com a concepção de luta pela efetivação da educação como instrumento de transformação da vida social, mediada por lutas e resistências aos ditames do capital, e que pode possibilitar uma educação libertadora, permanente, emancipadora e não engastada na lógica do ideário neoliberal que atravessa este momento histórico da sociedade brasileira. (CAPUTI, 2016, p. 391).

As condições objetivas do trabalho profissional, marcadas por processos de precarização e mercantilização das políticas sociais, afetam diretamente as instituições de ensino superior e os espaços sócio-ocupacionais campos de estágio, incidindo nas condições da oferta do estágio e na realização da supervisão direta. Esse processo possibilita a reafirmação de que “a concretização das diretrizes expressas na PNE no cotidiano da formação e trabalho profissional em Serviço Social não se traduz como tarefa abstrata ou meramente tecnicista [...]” (MACHADO, 2018, p. 7), uma vez que tem materialidade no processo de supervisão direta, exercida na base concreta do mundo do trabalho.

No que se refere à supervisão acadêmica, destaca-se que se constitui em atribuição de Assistente Social-Docente que responde pela disciplina de supervisão acadêmica, responsável por articular junto com o/a estagiário/a os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Cabe ressaltar que a organização da supervisão deve observar o previsto em lei, considerando a carga horária de trabalho disponível para essa atividade e o número de estudantes supervisionados. Quanto ao número de estágios/as por supervisor/a acadêmico/a, os dados da pesquisa revelam informações importantes conforme indica o quadro 23.

QUADRO 23 — Número de estagiários/as por supervisor/a acadêmico/a

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
De 1 a 15	95,97%	119
De 16 a 30	2,42%	3
Acima de 31	1,61%	2
Total	100%	124

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Quanto aos/às profissionais que exercem a atribuição de supervisor/a acadêmico/a, 95,97% referem que o quantitativo de estudantes supervisionados/as é de 1 a 15 estudantes, e 2,42%, que supervisionam de 16 a 30 estudantes. Todavia, surpreende que 1,61% realize a supervisão de mais de 30 estudantes.

Constata-se, sobre a quantidade de estagiários/as supervisionados/as, que a expressiva maioria dos/as Assistentes Sociais supervisores/as acadêmicos/as que participaram da pesquisa estão de acordo com as determinações legais e normativas nesse âmbito, especialmente com a PNE, a qual prevê que:

A supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio, bem como critérios de avaliação institucional previstos pelo INEP, em relação às disciplinas que articulam teoria e prática. (ABEPSS, 2010).

No que se refere à carga horária semanal destinada à supervisão, os dados revelam uma discrepância no quantitativo de horas, o que implica a reflexão sobre as condições e a qualidade do trabalho profissional no espaço acadêmico, conforme dados do quadro 24 a seguir.

QUADRO 24 — Quantitativo de carga horária semanal destinada à supervisão acadêmica

CARGA HORÁRIA	RESPOSTAS	
1 hora	17,74%	22
2 horas	14,52%	18
3 horas	12,90%	16
4 horas	28,23%	35
5 horas	3,23%	4
6 horas	6,45%	8
7 horas	3,23%	4
10 horas	13,71%	17
Total	100%	124

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Quanto à carga horária semanal de trabalho utilizada para a supervisão acadêmica, a PNE prevê que seja de, no mínimo, 3 horas-aula semanais de supervisão acadêmica, ou seja, a maioria dos/as respondentes, de acordo com o quadro 24, atende ao previsto na Política Nacional de estágio, na área do Serviço Social. Este dado demonstra que há o empenho das unidades de formação acadêmica na garantia da supervisão acadêmica com qualidade e que atenda ao projeto ético-político da profissão.

Todavia, destaca-se que as exigências da supervisão acadêmica de estágio incluem, além da carga horária de supervisão, o atendimento às demandas dos/as estudantes e dos campos de estágio, as quais ganham maior intensidade, considerando as mudanças no mundo do trabalho que afetam tanto as instituições de campo de estágio quanto as de ensino. Nesse processo, não se pode considerar as limitadas condições materiais para o desenvolvimento do processo de supervisão, uma vez que supervisores/as acadêmicos/as, por vezes, financiam, por meio de recursos próprios, o desenvolvimento de suas atribuições, como, por exemplo, as visitas aos campos de estágio.

Verifica-se no cotidiano da supervisão que os/as Assistentes Sociais docentes que exercem a supervisão acadêmica são absorvidos/as por uma dinâmica exaustiva de trabalho, uma vez que

realizam atividades de ensino em sala de aula, supervisão acadêmica, gestão, pesquisa e extensão e são constantemente desafiados/as a alcançar os índices de produção acadêmica impostos e avaliados por meio das agências de Ciência e Tecnologia e pelas normas que determinam as progressões e as promoções. Essas pautas que incidem diretamente no cotidiano da supervisão ganham lugar de debate nos espaços de educação permanente, a exemplo dos fóruns de supervisão conforme veremos a seguir.

Fóruns de supervisão: espaços de educação permanente e incidência política

Os fóruns de supervisão constituem-se como espaços de educação permanente uma vez que possibilitam “[...] aglutinar docentes e profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática [...]” (ABEPSS, 2010, p. 35).

Os Parâmetros para Organização dos Fóruns de Supervisão, sugeridos pela ABEPSS, referem que “os Fóruns de Supervisão são locais privilegiados de articulação entre os sujeitos envolvidos nos processos de estágio supervisionado, espaços de formação e construção política no fortalecimento do processo de formação com qualidade” (ABEPSS, 2018, p. 21). Portanto, a constituição desses espaços não se configura como mera formalidade, mas como parte de um processo político-pedagógico de organização da atividade de estágio como componente curricular obrigatório e imprescindível à formação profissional com qualidade em Serviço Social. O quadro 25 evidencia elementos que provocam a reflexão sobre a participação dos/as profissionais nos espaços denominados fóruns de estágios.

QUADRO 25 — Participação nos fóruns de estágios

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Não	87,27%	1.604
Sim	12,73%	234
Total	100%	1.838

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Nesta pesquisa, observa-se o dado expressivo de 87,27% dos/as respondentes referirem não participar de fóruns de supervisão. Esse dado é instigante uma vez que:

[...] A dinâmica de corresponsabilidade das UFAS e entidades representativas da categoria na organização do FESSS possibilita a constituição deste como espaço de educação permanente que contribui para subsidiar e mobilizar a organização de Fóruns Locais de Supervisão [...]. (MACHADO, 2018, p. 62).

Outrossim, não é possível desconsiderar as condições de trabalho cada vez mais precarizadas, quanto a vínculos trabalhistas, condições de assalariamento, carga horária de trabalho, condições éticas e técnicas para o exercício profissional, os quais impactam diretamente as condições de supervisão e a participação em espaços de articulação e construção coletiva enquanto categoria.

Verifica-se nesse contexto que as pautas não podem ser trabalhadas de forma isolada; daí a necessária constituição e o fortalecimento de espaços ampliados, a exemplo dos fóruns de supervisão, no sentido de ampliação dos debates e construção de estratégias coletivas entre supervisores/as de campo, acadêmicos/as e estagiários/as, com vistas a fortalecer a oferta do estágio com qualidade, em consonância com o previsto nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e na Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010). Os fóruns de estágios configuram-se nesta perspectiva coletiva, como:

[...] espaço de valorização dos conhecimentos e experiências de cada um dos membros da tríade, sendo que a troca e o compartilhamento tornam-se importantes estratégias de ensino e aprendizagem. Mas, principalmente, como uma possibilidade de aproximar a tríade, pois no cotidiano da supervisão (tanto de campo como acadêmica), a articulação e os momentos de diálogo e reflexão conjuntos ainda são um desafio a ser superado, limitando-se muitas vezes (pelos mais variados motivos) a um ou dois encontros semestrais. (GOIN; MACHADO; PEDERSEN, 2018, p. 81).

Sabemos que “[...] os caminhos da supervisão de estágio devem orientar-se aos da construção de uma formação profissional que sedimente o significado social da profissão” (ABEPSS, 2018, p. 14). A contribuição dos/as supervisores/as de campo e dos/as supervisores/as acadêmicos, juntamente com os/as estudantes em estágio,

possibilita um processo de tríade (LEWGOY, 2006) que incide diretamente no perfil profissional que se deseja formar. Nesse ínterim, destaca-se que “O espaço do Fórum é fundamental no processo de formação, uma vez que articula formação e exercício profissional” (ABEPSS, 2018, p. 19).

A experiência de organização dos fóruns de supervisão no estado do RS vem sendo dinamizada desde o processo de discussão da Política Nacional de Estágios. Há uma diversidade quanto à organização de fóruns locais de supervisão, de acordo com a dinâmica de cada instituição de ensino. Destaca-se a riqueza desse processo que levou, desde o ano de 2010, à realização dos Encontros Estaduais do Fórum de Supervisão de Estágios de forma sistemática, como espaço de socialização dessas experiências locais, de formação e de construção de pautas coletivas entre instituições de ensino, supervisores/as de campo, estudantes e entidades da categoria, para incidência na pauta dos estágios, na direção de um projeto de formação com qualidade em Serviço Social.

Considerações finais

As reflexões sistematizadas neste capítulo possibilitam refletir sobre o contexto atual de supervisão de estágio em Serviço Social no Rio Grande do Sul. Constata-se que ainda há expressivo número de Assistentes Sociais que não exercem essa atribuição privativa seja como supervisor/a de campo, seja como supervisor/a acadêmico/a. Ao desvendar esta realidade, consegue-se dar materialidade à dificuldade que, frequentemente, as unidades de formação acadêmica têm em conseguir campos de estágio para os/as estudantes de Serviço Social. De outra forma, no âmbito da supervisão acadêmica, desafios também são pertinentes quanto às condições de trabalho para o desenvolvimento da supervisão.

Diante do exposto, deve-se ressaltar que o estágio curricular obrigatório é um componente elementar na formação em Serviço Social, tendo em vista o processo de aprendizagem das dimensões constitutivas da profissão e a apreensão da realidade em suas múltiplas facetas, objetivando a intervenção qualificada diante das manifestações da questão social.

Pensar o processo de supervisão coerente com o projeto ético-político requer afirmar compromisso com a concepção de luta

pela efetivação da educação como instrumento de transformação da vida social, mediada por resistências aos ditames do capital, o que pode possibilitar uma educação libertadora, permanente, emancipadora e não engastada na lógica do ideário neoliberal que atravessa este momento histórico da sociedade brasileira.

Ao finalizar a análise, pode-se inferir que grande parte dos/as participantes, supervisores/as da pesquisa, tanto na supervisão de campo quanto na acadêmica, estão em consonância com o previsto na Política Nacional de Estágio (PNE) e na Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, no que se refere ao número de estagiários/as e à carga horária destinada à supervisão.

Em decorrência da baixa participação junto aos fóruns de estágios, compreende-se a necessidade de que seja retomada a importância desses espaços na articulação entre docentes, profissionais e estagiários/as, pois, como a PNE sinaliza, trata-se de uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre o tema, a fim de garantir a troca de experiências e a construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social.

Por fim, considera-se relevante destacar que os achados desta pesquisa estão interligados ao contexto da educação superior no Brasil e ao intenso processo de precarização dos processos de trabalho e das políticas sociais nas quais se inserem os/as Assistentes Sociais. Neste sentido, instiga adensar novos estudos no que se refere ao estágio profissional, buscando reconhecer as condições e o modo de vida dos estagiários/as e refletir sobre as estratégias vivenciadas para garantia e o fortalecimento de uma formação de qualidade orientada por uma direção crítica, ética e política, que se vislumbra por meio do fortalecimento coletivo enquanto classe trabalhadora.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. **ABEPSS**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizescurriculares-da-abepss-10>>. Acesso: 12 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio. **ABEPSS**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 8 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para a organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, 2018, ano 18, n. 36, p. 435-451, jul./dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CAPUTI, L. Supervisão de estágio em serviço social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./ dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente Social**: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004. p. 15-30. (Coletânea de Leis e Resoluções).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Meia formação**

não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2013.

GOIN, M.; MACHADO, L. M. de O.; PEDERSEN, J. R.. A tríade no processo de supervisão de estágio em Serviço Social: significado, indissociabilidade e fortalecimento. *In:* GOIN, M.; MACHADO, L. M. de O.; PEDERSEN, J. R. (org.). **Estágio Supervisionado em Serviço Social: Os (des)caminhos das Experiências nos Espaços Sócio-Ocupacionais.** Jaguarão: Claec, 2018. p. 70-86.

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. *In:* SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (org.) **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101-124.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LUSA, M. G.; REIDEL, T. Formação Profissional na Região Sul: construção histórica de ousadia e sonhos, materializando no presente estratégias de enfrentamento ao cenário do ensino superior. *In:* LUSA, M. G.; CARLOS, S. A. (org.). **Formação e Trabalho em Serviço Social: Desafios, resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro.** Porto Alegre: Prorext UFRGS, 2016. p.21-51.

MACHADO, L. M. de O. Política de Estágio Supervisionado em Serviço Social: Uma conquista coletiva da categoria. *In:* GOIN, M.; MACHADO, L. M. de O.; PEDERSEN, J. R. (org.) **O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Os (des) caminhos das Experiências nos Espaços Sócio-Ocupacionais.** Jaguarão: Claec, 2018. p. 52-69.

RAMOS, S. R.; ABREU, M. H. E. Estratégias de enfrentamento e lutas do Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e do trabalho profissional e suas implicações no estágio supervisionado. *In*: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (org.). **A Supervisão de Estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016. p. 79-97.

REIDEL, T. O projeto ético-político e suas implicações no trabalho e na formação profissional. *In*: LEWGOY, A. M. B.; CARLOS, S. A. (org.). **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: uma perspectiva de formação permanente. Porto Alegre: Prorext UFRGS, 2014. p. 25-40.

VICENTE, D. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 127-149.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: RELEVÂNCIA E POSSIBILIDADES

*Rosa Maria Castilhos Fernandes
Loiva Mara de Oliveira Machado
Tatiana Reidel*

Introdução

Não é de hoje que temos consciência de que os processos educacionais são considerados essenciais para a formação humana e vitais para sua própria existência. A educação sempre desempenhou diferentes papéis, atendendo matrizes ideológicas de reprodução da acumulação do capital, de processos de controle, opressão e dominação ou de promoção da cidadania e construção da emancipação política e humana. A educação é aqui apreendida como aquela que não se restringe aos sistemas escolarizados, mas como processo social que os sujeitos vivenciam no âmbito do trabalho ou em espaços de participação social e que vai caracterizar sua especificidade de ser social, de querer conhecer, de saber, de ter consciência das conjunturas sociais, econômicas e políticas para poder transformá-las, tomar decisões, como refere Mészáros (2008), entre tantos outros aspectos que definem os sujeitos e suas relações sócio-históricas.

Neste sentido, também se concebe a educação como uma perspectiva de resistência, conformada no âmbito do contexto de produção capitalista que acirra a competição como expressão dos distintos níveis de alienação. Assim, refletir sobre a complexa e contraditória tarefa de resistir às matrizes ideológicas da educação formal de reprodução da acumulação do capital, analisar as possibilidades das vivências de educação permanente e trazer à tona o princípio educativo do trabalho desenvolvido pelos/as Assistentes Sociais participantes da pesquisa que provoca esta reflexão é a intenção deste texto.

O coletivo de Assistentes Sociais que participaram da referida investigação, mais precisamente 1.796 (99,39%), reafirmou a importância de participar de processos de educação permanente.

Embora em número reduzido, entendemos ser necessário elucidar a manifestação de 11 profissionais que referem essa pauta não ser importante. Nesse conjunto, identificou-se, quanto à vinculação ao trabalho profissional, que oito Assistentes Sociais estavam trabalhando na política de assistência social e na saúde; dois não estavam trabalhando e um participante não estava desenvolvendo trabalho como Assistente Social. Esse dado remete-nos à reflexão sobre a relação entre as mudanças ocorridas na forma de vínculo do/a profissional e as condições de trabalho nas diferentes instituições públicas, privadas ou mistas, assim como sobre as condições de assegurar processos de educação permanente nos espaços de trabalho ou de militância político-profissional, na luta pela garantia de direitos.

Atribuímos a importância dada pelas/os Assistentes Sociais à educação permanente como resultado do reconhecimento das múltiplas determinações da realidade social, tais como as mudanças no processo de produção e reprodução do capital, a precarização das relações e das condições de trabalho, a disseminação das ideologias conservadoras, as respostas omissas ou violentas, por parte do Estado, às reivindicações por direitos da classe trabalhadora. Da mesma forma, o redimensionamento das lutas sociais e o acirramento das manifestações da “questão social”, assim como a destituição de diversos direitos e os cortes no financiamento público para a operacionalização das políticas de proteção social (saúde, assistência social, previdência social, educação, entre outras), atingem diretamente a classe trabalhadora e, portanto, os espaços sócio-ocupacionais dos/as Assistentes Sociais, além de ampliar a precarização das condições de vida da população.

Tal contexto sócio-histórico exige a reflexão e o aprofundamento acerca das formas de intervenção nos contextos sociais e das mediações possíveis no trabalho concreto das/os Assistentes Sociais. É diante deste contexto que as/os Assistentes Sociais vêm afirmando seu compromisso com a garantia inalienável dos direitos humanos, com a luta por um projeto societário comprometido com nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração, a defesa da liberdade, da democracia e o combate a todas as formas de preconceito, barbárie e violência (CFESS, 2012).

Considerando esses argumentos introdutórios,

apresentamos, neste capítulo, resultados da pesquisa que tratam da educação permanente, iniciando pelas bases conceituais que permitem a interlocução com o Serviço Social. Na sequência, destacamos, na segunda parte do texto, os resultados da pesquisa evidenciados a partir do trato analítico dos dados, assim como as modalidades de educação permanente que os/as Assistentes Sociais consideram relevantes, de que participam ou manifestam interesse em participar. A finalização provisória desse debate, em permanente construção, permite-nos alguns apontamentos, considerando a manifestação dos/as profissionais respondentes da pesquisa quanto à incorporação da educação permanente no cotidiano do trabalho profissional. Nesse movimento, reconhecemos que a expressão do projeto ético-político profissional não pode prescindir dos saberes, das experiências e dos conhecimentos construídos coletivamente, a partir dos processos de educação permanente, nos espaços de trabalho e de incidência no campo das políticas sociais.

Educação permanente e Serviço Social: premissas que fundamentam a discussão

A educação permanente constitui-se em uma dimensão formativa dos/as Assistentes Sociais enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional, legitimada pela construção coletiva da Política Nacional de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS (PNEP, 2012), assumida como mais “um instrumento político direcionado a fortalecer a formação e o exercício profissional e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2012, p. 6). A consolidação dessa política tem como objetivo voltar-se

[...] Para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as Assistentes Sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho, bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as. (CFESS, 2012, p.45).

É fundamental reconhecer que a importância da educação permanente para o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais,

ao ser documentada pelo conjunto das entidades de organização da categoria no ano de 2012, ratifica a dinâmica da formação diante da complexidade da realidade social e do cumprimento de um dos princípios do código de ética: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012).

Outro aspecto a ser considerado é que a conformação da política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS reafirma a institucionalização de iniciativas no âmbito das políticas de proteção social em que se inserem os/as Assistentes Sociais para o exercício profissional. A educação permanente como uma proposta política e pedagógica de formação dos/as trabalhadores/as é pautada nas agendas de diferentes políticas sociais no Brasil — como no caso da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS, 2007) e da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS, 2013). Ambas consideram a educação permanente como princípio para orientar os processos de formação dos/as trabalhadores/as inseridos/as nos mais diversos processos de trabalho, em instituições públicas e privadas. Além disso, trata-se de importante estratégia para o desenvolvimento de iniciativas qualificadas ao enfrentamento das necessidades e das dificuldades dos referidos sistemas, no que diz respeito tanto à reorganização do trabalho quanto ao atendimento dos direitos dos segmentos que acessam os diferentes serviços e programas dessas políticas de proteção social.

É importante sublinhar que, embora existam essas políticas de educação permanente, não são determinantes para que os/as trabalhadores e trabalhadoras da saúde ou da assistência social vivenciem tais experiências formativas, que, necessariamente, dependem de um conjunto de fatores relacionados com a dimensão ético-política dos sujeitos coletivos. Por isso, é preciso reconhecer que são modelos de gestão que se tornam relevantes, dependendo das intencionalidades daqueles que colocam em prática essas propostas pedagógicas de formação dos/as trabalhadores/as, ou seja, os/as gestores/as e os/as próprios/as trabalhadores/as envolvidos/as com a operacionalização das políticas e o nível da discussão nas instâncias de controle social democrático.

Por outro lado, o fato de não haver diretrizes formativas instituídas como política da gestão do trabalho voltada aos/às

trabalhadores/as de outras políticas sociais, como na previdência social, ou no campo sócio-jurídico ou de algum outro espaço sócio-ocupacional, como nas organizações da sociedade civil, não se descarta a possibilidade de a classe trabalhadora — como as/os Assistentes Sociais — vivenciar, no seu cotidiano de trabalho, processos de educação permanente. Entendemos que há aí o que chamamos de pré-disposição política e ética das/os profissionais para reconhecer a necessidade de aprendizagem diante das situações de trabalho. Assim sendo, a educação permanente, enquanto proposta pedagógica de formação das/os trabalhadoras/es, surge como “estratégia profissional capaz de constituir-se como uma função mediadora na proposição de respostas competentes às exigências éticas e políticas da profissão” (BORBA; FERNANDES, 2020, p. 158).

No que se refere ao trato conceitual sobre educação permanente, é preciso reconhecer que não se restringe a tudo aquilo que diz respeito à formação das pessoas, de várias modalidades, em espaços formais e não formais, entre outras situações que excluam de sua concepção o viés crítico, político e ético pertinente a esta categoria. Os questionamentos sobre a real compreensão da concepção atribuída à educação permanente emergem, em tempos, de valorização de algo que não foi suficientemente prestigiado na história da educação e da formação da humanidade ou, quem sabe, da própria revalorização do movimento da educação permanente dos anos 1970, com nova roupagem tecida pelos ideários neoliberais (FERNANDES, 2016).

Em muitas situações, observamos as pessoas falando de educação continuada como se tivesse o mesmo significado da educação permanente. Entretanto, a educação permanente não se sobrepõe à educação continuada nem a inviabiliza, sendo ambas apenas diferentes em seus processos. A perspectiva da educação permanente aparece como um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos/as trabalhadores/as. Esta orientação propõe-se a superar as concepções dominantes e as práticas escolarizadas, disseminando novas práticas de formação, como, por exemplo, no âmbito do trabalho dos/as Assistentes Sociais, valorizando as aprendizagens advindas das situações de trabalho, das reflexões dos coletivos, das experiências sociais e dos desafios no cotidiano de trabalho e de incidência política no campo das políticas sociais.

São experiências educativas que podem e devem contribuir com a reorganização do trabalho, seja em qual for o espaço e/ou ambiente, instigando, assim, a partilha dos saberes entre os coletivos de trabalho, e o debate sobre estudos e experiências vivenciadas pelos profissionais que atuam no âmbito de determinada política social (FERNANDES, 2016).

É nesse sentido que o conceito de educação permanente se diferencia do de educação continuada, pois esta última compreende somente os espaços formais e as práticas escolarizadas de formação, ao passo que aquela valoriza as situações advindas dos processos de trabalho, ou seja, são as possibilidades de problematização destes contextos que levam o trabalhador e a trabalhadora a obter novo saber. A educação continuada diz respeito à continuidade da formação inicial, visando ao aperfeiçoamento profissional, conforme já citado, que nem sempre atende às necessidades oriundas do trabalho e tampouco modifica as estruturas e os processos de trabalho no sentido de qualificá-los, no que diz respeito ao atendimento das necessidades e das demandas sociais dos sujeitos de direitos (FERNANDES, 2016).

O/a profissional, quando tem a iniciativa de dar continuidade aos seus estudos, está, sim, investindo na sua aquisição de conhecimentos, no aprimoramento profissional, mas necessariamente não estará adquirindo saberes que serão usados diretamente em uma situação real de trabalho. Tudo vai depender das suas intencionalidades e do uso que fará com os conhecimentos adquiridos. Por isso, interessa-nos evidenciar a importância das situações de trabalho que caracterizam as experiências de aprendizagens vivenciadas pelos/as Assistentes Sociais. O trabalho tem uma centralidade, pois é nele que os sujeitos podem tomar decisões de forma consciente, sobre a sua própria vida, incluindo aquela vivida no próprio trabalho como estratégia de sobrevivência e de organização da classe trabalhadora diante dos processos de exploração do capital (BORBA; FERNANDES, 2020).

Com relação às experiências de educação permanente, identifica-se que 60,69% (1.090) dos/das Assistentes Sociais que responderam à questão afirmam vivenciá-las, e 39,31% (706 profissionais) manifestam não tê-las vivenciado. Assim, embora se considere a relevância de a maioria ter tido essa vivência, atenta-se ao

fato de que ainda há expressivo número de Assistentes Sociais com vínculo trabalhista que refere não ter experienciado a educação permanente em seu cotidiano de trabalho.

Outro aspecto a salientar trata daquelas situações em que os trabalhadores e as trabalhadoras são convocados/as a participar de qualificações, cursos, treinamentos cujos conteúdos, quando são impostos pelos gestores, tornam essas experiências um fracasso, pois, além de não haver relação com as demandas reais do trabalho, não caracterizam uma aprendizagem significativa, o que requer a participação direta dos trabalhadores e das trabalhadoras como protagonistas no planejamento, na organização e na execução desse processo. As aprendizagens, para ter significado, precisam ter sentido de uso, aplicação e sensação de saberes em construção que fazem toda a diferença para o sujeito na posição de aprendiz e de uso daquilo que aprendeu.

Além disso, processos de formação de cima para baixo, ou seja, impostos pelos/as gestores/as podem estar a serviço da implantação de programas e projetos que fogem ao escopo do desenho organizacional da própria política construída de forma democrática e em tempos de participação popular. É neste sentido que a educação permanente carrega em sua concepção, a dimensão ética e política no compromisso com as situações de trabalho que exigem um repensar e um refazer cotidiano do trabalho dos/as Assistentes Sociais, fundamentado no projeto ético-político do Serviço Social, para dar conta da defesa intransigente dos direitos sociais materializados pelas políticas sociais ainda que com todas as suas contradições, em tempos de ofensiva dos processos de acumulação engendrados na forma de sociabilidade capitalista.

É nesse contexto que os coletivos de trabalho — em que se vinculam os/as Assistentes Sociais — organizam-se cotidianamente para o atendimento das necessidades sociais dos sujeitos de direitos e/ou dos/as usuários/as que requerem por parte dos/as profissionais uma intervenção ética, teórica e metodológica. Cabe aqui sublinhar que trabalhar exige “habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante aprendizado” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 31). Esse aprendizado dá-se nos processos de trabalho em que se inserem diferentes profissionais desafiados/as a mostrar nitidez sobre a intencionalida-

de de suas ações e articular saberes na perspectiva interprofissional e interinstitucional. Para tanto, as atividades desenvolvidas nos programas, projetos e serviços mediados pelo trabalho de um/a Assistente Social partem de uma finalidade antecipada idealmente pelos sujeitos que as executam, ou seja, as suas escolhas são essenciais. De acordo com Netto e Braz (2006, p.33), “tais escolhas não se devem a pulsões naturais, mas avaliações que envolvem elementos (útil, inútil, bom, mau etc.) pertinentes à obtenção dos resultados do trabalho”. Seguindo essa lógica, a escolha de investir ou não em processos de educação permanente no âmbito do trabalho também é um ato consciente dos sujeitos comprometidos ou não com a efetivação de uma política pública de defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as (FERNANDES, 2016).

As experiências imediatas do trabalho desafiam os sujeitos a estabelecer o diálogo, a partilha dos saberes, a organização coletiva, a construção de estratégias para a superação das adversidades e das contradições que fazem parte do trabalho, ainda mais no âmbito de políticas sociais que vêm sendo corroídas pelos profundos cortes orçamentários, pelas contrarreformas (trabalhista, previdenciária, ambiental entre outras) e pelos desmontes acionados pela lógica do mercado e do modelo de gestão do Estado brasileiro, especialmente a partir de 2016, com a Emenda Constitucional nº 95 e outras medidas de desconstrução das garantias constitucionais em vigência.

Nesse sentido, a busca pela qualificação dos serviços por meio de ações pedagógicas que tenham como premissa os processos de educação permanente aponta para perspectivas capazes de propor um trabalho que permita o diálogo entre os trabalhadores e as trabalhadoras e que, conseqüentemente, contribua para o seu aprendizado e o do coletivo envolvido (trabalhadores/as de diferentes áreas profissionais, gestores/as, conselheiros/as de direitos, usuários/as, participantes de fóruns das políticas sociais, entre outros). Por isso, é preciso considerar que a construção de uma cultura de educação permanente não é algo dado por uma política nacional, pois é algo a ser construído coletivamente e que, no universo do trabalho, requer um sistema de comunicação e organização para superação das atitudes e dos contextos alienadores. Nesse processo, é fundamental a participação como “[...] exercício da liberdade e da autonomia, quanto à capacidade de reflexão, tomada de

decisão e construção de estratégias desencadeadoras de mudanças” (MACHADO; FERNANDES, 2018, p. 258).

É por conta desses fundamentos que se costuma fazer referência à educação permanente como processo construído e vivenciado coletivamente, pois, assim como o trabalho, as experiências de formação nas situações de trabalho não se desenvolvem individualmente, portanto não se constitui em uma atividade isolada. As aprendizagens vivenciadas no trabalho são experiências coletivas, pois as necessidades não são somente individuais, são de um conjunto de trabalhadores/as e até mesmo dos sujeitos de direitos reconhecidos como usuários/as — diga-se classe trabalhadora — das instituições em que os/as Assistentes Sociais exercem o trabalho profissional.

É preciso considerar também que os processos formativos vivenciados pelos/as Assistentes Sociais do estado do Rio Grande do Sul (RS) devem contemplar a reflexão crítica sobre os interesses que estão em jogo, as contradições pertinentes à conformação das políticas sociais, entre tantos aspectos. A começar pelo reconhecimento de atribuir prioridade à questão social sobre a política social como “eixo fulcral da formação acadêmico-profissional - ainda que a política social seja uma mediação incontornável na constituição do trabalho profissional [...]” (IAMAMOTO, 2007, p.185). Sobre isso, é importante afirmar com as palavras de Iamamoto que “a questão social explica a política social, mas a política social não explica a questão social *tout court*.” Isso significa considerar que, num processo de operacionalização e “avaliação de uma política pública, é necessário o conhecimento do espectro das necessidades sociais que ela se propõe a responder [...]” (IAMAMOTO, 2007, p.185). Portanto, não se trata somente de processos formativos que deem conta do *como fazer*, pois, para além disso, é preciso compreender e explicar as razões do trabalho, qual é o conteúdo, a direção social, a política, a ética e os efeitos na sociedade, na instituição à qual se vincula e nas condições de vida das pessoas que demandam a intervenção profissional de um/a Assistente Social.

Iamamoto (2007) refere que é preciso formar Assistentes Sociais que tenham a “tarefa de pensar a sociedade” (p.28). Aqui, tomamos essa tarefa como um fio condutor para tecer as estratégias e os saberes a serem construídos, a partir das situações de trabalho

e nelas intervir. É, então, o trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para o atendimento das necessidades sociais dos/as usuários/as cidadãos/ãs de direitos e até mesmo as estratégias para a organização da classe trabalhadora diante das ofensivas do capital.

Apontamentos dos/das Assistentes Sociais do RS sobre educação permanente

Para os/as Assistentes Sociais do RS que participaram da pesquisa, quando questionados/as sobre a modalidade de educação permanente de que têm interesse em participar, constatamos que 71,66% (n. 1.287) citam os cursos de curta duração; 65% (n. 1.166), os seminários; 59,41 % (n. 1.067), os cursos de especialização. Verifica-se ênfase quanto à formação *lato sensu*, seja pela carga horária, pela proposta metodológica, pelas possíveis condições de abordagens de temáticas específicas que atendam às necessidades formativas desses coletivos e da viabilidade para execução dos cursos de curta duração. Também são indicadas as oficinas teóricas e práticas por 57,18% (n. 1.027) dos/as participantes, e, sendo assim, podemos aferir que é bem significativa essa modalidade como uma estratégia de instrumentalização dos/as profissionais e possibilidade de vivências com base nos fundamentos do Serviço Social.

Embora com menor relevância, é fundamental destacar outros espaços reconhecidos pelos/as profissionais como possibilidades de educação permanente: 47% (n. 842) dos/as participantes fazem referência às rodas de conversa; 34% (n. 606) destacam os cursos de mestrado; 33,52% (n. 602) destacam grupos de supervisão profissional. Os dados também evidenciam a relevância da educação continuada quando 16,26% (n. 292) dos/as participantes da pesquisa destacam os cursos de doutorado. Considerando a análise das respostas, de acordo com o quadro 26, temos um contingente de 898 Assistentes Sociais que buscam qualificação por meio da pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado.

QUADRO 26 — Atividades educação permanente priorizadas pelos/as participantes

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Cursos de curta duração	71,66%	1.287
Seminários	64,92%	1.166
Cursos de especialização	59,41%	1.067
Oficinas teórico-práticas	57,18%	1.027
Rodas de conversa	46,88%	842
Cursos de mestrado	33,74%	606
Grupos de supervisão profissional	33,52%	602
Cursos de doutorado	16,26%	292
Outros	1,73%	31
Total de respondentes		1.796

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Como visto, as experiências de educação permanente podem dar-se em diferentes tempos, espaços e contextos formais e informais, incluindo os de trabalho, pois tratam de processos de aprendizagem não escolarizada que devem estar comprometidas com a construção de nova ordem social, conforme já discutido neste texto. Por isso, a inserção em diferentes contextos formativos e modalidades citadas pelos/as participantes da pesquisa indica pistas para investimentos por parte das instâncias organizativas da categoria profissional e das instituições de ensino superior da região de abrangência da pesquisa, considerando que é preciso disseminar a cultura da educação permanente como uma dimensão formativa no Serviço Social, desde a formação acadêmica, por meio da articulação de atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, reafirmando, assim, a interlocução da educação e do trabalho para a apreensão da dinâmica das múltiplas expressões da questão social e seu reatamento nas condições de vida da população.

Afinal, a educação permanente como política é contraditória e complexa, podendo desencadear, concomitantemente, processos

[...] hegemônicos e contra-hegemônicos, visto que a educação contribuiria para a formação dos/as trabalhadores/as, desenvolvendo

sujeitos aderentes ao *status quo*, mas também com aptidões críticas, que, a depender das condições objetivas, poderiam mudar esse *status quo*. (LEITE; PINTO; FAGUNDES, 2020, p. 11).

Esse é um dos desafios dos/das Assistentes Sociais especialmente em tempos em que o conservadorismo ganha capilaridade em todos os espaços da sociedade e, a depender da correlação de forças presentes na disputa entre projetos societários e projetos profissionais, pode ter repercussão e legitimação também nos processos de educação permanente. Daí advém a importância de que o trabalho profissional seja pautado pela reflexão crítica da realidade e pela intervenção comprometida com a transformação social e, conseqüentemente, do próprio trabalho.

No que se refere aos saberes considerados como emergentes e necessários ao exercício da profissão, os/as Assistentes Sociais participantes da pesquisa evidenciam três temas. Com maior frequência, 75,5% (n. 1.356) apresentam o trabalho interdisciplinar e intersetorial. Sobre essa pauta, é importante ressaltar a noção de intersetorialidade na direção de rupturas com a lógica de fragmentação, no campo das políticas sociais. A concepção de intersetorialidade que subsidia essa reflexão aponta para um caráter polissêmico do conceito, concebido por Pereira 2014, como: “[...] uma nova *lógica* de gestão, que transcende um único ‘setor’ da política social; e/ou uma *estratégia* política de articulação entre ‘setores’ sociais diversos e especializados”. Assim, requer-se a construção de relações sinérgicas que potencializem o alcance de objetivos por meio do planejamento, da execução e da avaliação de ações conjuntas. No campo das políticas sociais, é fundamental reconhecer que a intersetorialidade tem vínculo direto com a interdisciplinaridade, que, concebida a partir de um caráter dialético, como refere Pereira, contribui para “[...] romper com a visão de mundo positivista, que não apenas impera no reino da disciplinaridade, mas também se infiltra em muitas propostas de superação dessa visão” (2014, p. 28).

Alguns reflexos dessa lógica que precisam ser enfrentados pelos/as profissionais no campo das políticas sociais podem ser verificados por meio da focalização, do pragmatismo, da seletividade e do imediatismo que incide no cotidiano do trabalho profissional. Daí, nota-se a importância dos espaços de educação permanente, inscritos no território onde as políticas sociais são executadas, ou

seja, na realidade concreta em que se inserem os/as profissionais, no sentido de potencializar a partilha de conhecimentos e experiências, com a devida valorização das competências de cada área profissional, contribuindo para o alcance de objetivos comuns.

Outro destaque dos/as profissionais, com índice de 72,27% (n. 1.298), refere-se ao trabalho com famílias. Sobre essa pauta, é importante ressaltar que, na contemporaneidade, emergem diferentes configurações familiares, rompendo com a concepção de um modelo de família “tradicional”, marcada por padrões heteronormativos e por um modo de vida considerado “padrão” na forma de sociabilidade capitalista. Contemporaneamente, temos:

[...] uma família transformada em seus elementos, em suas ocupações, nas formas de relacionamento que aparecem repetidamente nas análises mais “tradicionalistas” como caracterizando a fragmentação, crise, ou até um suposto fim das realidades familiares. Na verdade, trata-se de famílias no plural, porque encontramos, no dia a dia, uma multiplicidade de tipos. (FREITAS; BRAGA; BARROS; 2013, p. 16-17).

Apreender essas particularidades que caracterizam as configurações familiares no cotidiano dos serviços vinculados às políticas públicas requer a construção de habilidades e competências profissionais, o que poderá ser potencializado por meio dos espaços de troca e construção coletiva, no âmbito da educação permanente. Em terceiro lugar, com 64,42% (n. 1.157), não menos importante, outro tema destacado pelos/as profissionais refere-se ao planejamento, ao monitoramento e a avaliação conforme se observa no quadro 27.

QUADRO 27 — Saberes identificados como emergentes e necessários

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Trabalho interdisciplinar e intersetorial	75,50%	1.356
Trabalho com famílias	72,27%	1.298
Planejamento, monitoramento e avaliação	64,42%	1.157
Abordagem grupal	52,28%	939
Análise territorial	49,89%	896
Fundamentos em serviço social	46,44%	834
Pesquisa social	43,65%	784

OPÇÃO DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Outros	6,12%	110
Total de respondentes		1.796

Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Com relação aos elementos que compõem o ciclo das políticas públicas e, neste caso, “planejamento, monitoramento e avaliação” citados pelas/os participantes, é preciso reconhecer que esse processo de planejar, monitorar e avaliar políticas, programas e projetos desenvolvidos no âmbito das políticas sociais requer a superação da aplicação de meros instrumentos e técnicas, o que significa “se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado” (BOSCHETTI, 2009, p. 577). Para Boschetti, a avaliação de políticas sociais públicas, e inserimos o planejamento também, “deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.” (2009, p. 578).

É possível observar o quão significativa é a indicação da abordagem grupal com 52,28%, da análise territorial com indicação de 49,89% dos/as participantes da pesquisa e os fundamentos do Serviço Social com 46,44% apontados por 834 participantes. Não há como deixar de reconhecer a relevância da discussão permanente dos fundamentos do Serviço Social, e, para tanto, a sua compreensão deverá sempre partir do pressuposto de que “a história da sociedade é o terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados e construídos ao longo do seu desenvolvimento” (IAMAMOTO, 2007, p. 26). A discussão dos fundamentos em serviço social é indissociável de qualquer possibilidade de vivenciar experiências de educação permanente, ou seja, é parte e razão da permanência da educação na vida profissional dos/as Assistentes Sociais.

A abordagem grupal, como outro saber citado, é uma forma de intervenção dos/as Assistentes Sociais desde os primórdios da profissão. Considerando a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que orientam o trabalho profissional do Serviço Social, verifica-se a necessidade de “[...] desenvolver uma instrumentalidade inspirada na razão

dialética, que seja capaz de construir novas competências e legitimidades, que permita ao profissional dar novas respostas qualificadas em oposição às tradicionais respostas instrumentais” (GUERRA, 2017, p. 75), reafirmando, assim, o compromisso profissional com valores de uma sociedade emancipada. Sob esse prisma, constatamos, a partir de uma perspectiva crítica, que a abordagem grupal não pode constituir-se em instrumento em si ou como requisito para o cumprimento de condicionalidades para o acesso às políticas sociais, mas precisa ser incorporada como estratégia político-educativa e interventiva, para que seja possível “[...] criar as condições necessárias para se fomentar uma série de processos político-organizativos (...), coletivizar questões que se apresentam mistificadas como individuais, fazendo necessariamente a crítica pela raiz” (MOREIRA, 2013, p. 139).

Ainda sobre os/as participantes da pesquisa, destacamos que estão vinculados a um conjunto de políticas sociais, sendo 51,23% dos/as participantes na Política de Assistência Social, 24,86% na política de saúde, 3,39% na previdência social e o cômputo de 20,52% em outras políticas. Embora a vinculação de trabalho dos/as Assistentes Sociais participantes da pesquisa se concentre no campo das políticas sociais, com vínculos e contratos diferenciados, ressaltamos ser neste âmbito de diferentes disputas, interesses, contradições e constantes desafios que se instalam modos de gestão que incidem diretamente na precarização dos serviços públicos, nos processos de alienação dos/as trabalhadores/as e na capacidade organizativa de resistência e superação da ordem do capital imposta a largos passos pelo Estado capitalista.

A precarização, igualmente, incide nos serviços executados por instituições privadas e nas condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais por meio de contratos temporários, por hora de trabalho (horistas), por projeto e atividade, entre outros, contribuindo para a descontinuidade dos serviços, o adoecimento dos/as profissionais, a perda de vínculo no atendimento às demandas dos/as usuários, entre outras expressões que caracterizam esses processos. É importante reafirmar que essa precarização é estrutural, constitutiva de um projeto de gestão do Estado, que privilegia interesses do capital em detrimento dos direitos básicos da classe trabalhadora, inscritos em lei, a partir da participação e da incidência da sociedade civil organizada.

Frente a essa realidade, os/as Assistentes Sociais podem encontrar, nos processos e nos espaços de educação permanente, possibilidades de construção coletiva, interdisciplinar, participativa e democrática para o fortalecimento de resistências necessárias à efetivação dos direitos e de políticas públicas, junto à classe trabalhadora da qual são parte.

Reflexões finais

A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou ela está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital?

(Mészáros em A educação para além do capital, 2008, p. 47)

Eis que trazemos Mészáros (2008) na epígrafe destas reflexões finais para reafirmar a importância do questionamento sobre aquilo que, com quem e para quê aprendemos. São perguntas fundamentais a serem feitas pelo coletivo dos/as trabalhadores/as, e, neste texto, referimo-nos aos/as Assistentes Sociais. Se tomarmos como princípio de que todo “ser humano contribuirá, de uma forma ou de outra, para a formação de concepção de mundo predominante” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50), por consequência, interessa-nos dizer que tal contribuição poderá incidir na mudança da ordem social dominante ou na sua manutenção.

Tais situações acentuam-se, dependendo do grau das forças sociais em vigência, dos conflitos, dos interesses, dos projetos societários em disputa e que incidem nas condições de vida e de trabalho da população. Neste contexto, os movimentos contra-hegemônicos, engendrados pela classe trabalhadora e por diferentes coletivos de luta social e de resistência, também definem a dinâmica da história, pois não se trata de uma força misteriosa externa “e, sim, de uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da manutenção e/ou mudança” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

Neste sentido, faz-se necessário fortalecer a perspectiva da educação para além do capital, que impacta as condições e as

relações de trabalho dos/as Assistentes Sociais. Assim, diante deste contexto, entendemos que a educação permanente se encontra como potente estratégia coletiva de resistência, luta e defesa intransigente dos direitos humanos. Não se trata de uma compreensão ingênua ou despreziosa; ao contrário, é uma estratégia de organização de classe por meio do trabalho profissional, como ensino em trabalho, aprender no serviço ou nas situações de trabalho.

Os dados da pesquisa evidenciam a valoração dos processos de educação permanente pelos/as Assistentes Sociais vivenciados no cotidiano profissional, para além da graduação. Todavia, esses/as profissionais, participantes da investigação, apresentam um conjunto de atividades voltadas à educação continuada como equivalentes às da educação permanente, o que requer algumas inferências. Educação permanente não é equivalente à educação continuada; é diferente; não se sobrepõe nem a inviabiliza, nem é mais ou menos importante. O ponto é dar ênfase às situações de aprendizagens e aos saberes que o trabalho indica como necessários e, neste caso, alinhados ao projeto ético e político do Serviço Social.

Isto não significa considerar que as motivações para a continuidade e/ou o interesse traçado pelos/as Assistentes Sociais a seus estudos por meio de processos escolarizados não estejam relacionadas às situações que o trabalho demanda e requer de conhecimentos. O que está em questão é se essas formações podem contribuir de maneira significativa com o atendimento às necessidades postas pelos sujeitos de direitos nas situações de trabalho e com a reorganização e as transformações nos processos de trabalho. É, pelo visto, sim, possível. As/os Assistentes Sociais trouxeram conteúdos emergentes para que sejam orientadores das aprendizagens nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem, mas arriscamos pautar que, também, trata-se de conteúdos a ser adensados no processo de formação acadêmica.

É preciso reconhecer, também, o quanto as entidades da categoria profissional, a ABEPSS, o conjunto CFESS/RS e a ENESSO, vem empenhando esforços no sentido de criar pautas comuns de formação e mobilização da categoria, por meio de bandeiras de lutas assumidas de forma conjunta. Nesse contexto, destaca-se o papel dos Núcleos de Base do CRESS (NUCRESS) e dos Fóruns de Supervisão de Estágios (locais, estaduais e regionais) como lugares

de educação permanente.

Considerando a análise dos dados e das reflexões gerados a partir da pesquisa, podemos afirmar que orientada à materialização de valores e princípios inscritos no projeto ético-político profissional, a educação permanente contribui para o reconhecimento de saberes, experiências e conhecimentos construídos de forma coletiva pelos/as trabalhadores/as nos espaços em que se inserem. São processos coletivos de formação profissional que requerem um viés crítico, ético e político.

Por fim, não podemos deixar de destacar os desafios deste tempo que se apresentam de forma ainda mais emergentes, no contexto de pandemia da Covid-19 e de corrosão dos direitos sociais e que, portanto, requerem análise crítica da realidade e construção de estratégias coletivas entre os/as Assistentes Sociais e outras áreas profissionais. Afinal, o contexto de crise sanitária, social e político, agravado pelo governo Bolsonaro leva-nos à condenação de uma geração Covid-19 e do próprio sistema de proteção social onde se insere a grande maioria dos/as Assistentes Sociais que participaram deste estudo.

Reiteramos, assim, o quanto a perspectiva da educação permanente como uma dimensão do processo de trabalho e da formação profissional requer direcionamento político voltado à concretização do projeto ético-político do Serviço Social. Não podemos abrir mão daquilo que nos pertence: o direito à educação e a possibilidade da emancipação política e humana. Façamos a nossa parte!

Referências

BORBA, M. P.; FERNANDES, R. M. C. Serviço Social e Poder Judiciário: aproximações com uma agenda de educação permanente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 155-173, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hb-qb9hgc7Sg5FpJz8vgKnWF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2020.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/CRESS, 2009. p. 575-592.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/1993, de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012.

FERNANDES, R. M. C. **Educação permanente e políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.

FREITAS, R. de C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o debate. *In*: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). **Família & família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, C. M.; PINTO, I. C. de M.; FAGUNDES, T. de L. Q. Educação permanente em saúde: reprodução ou contra-hegemonia? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/4BZcBgr5mXVpkqQygzM9hrG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MACHADO, L. M. de O.; FERNANDES, R. M. C. Cultura, política e participação popular no SUAS: nenhum direito a menos. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 249-277, 2018. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12759>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, C. F. N. **O trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. *In*: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. de. (org.) **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Prefácio de Vanda Maria Costa Ribeiro. Campinas: Papel Social, 2014.

ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS/AS E AS INSTÂNCIAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS

*Tatiana Reidel
Láís Duarte Corrêa
Agnaldo Engel Knevez*

Introdução

Entre as resistências e as conquistas da categoria profissional, podemos destacar a organização política que, ao longo de sua trajetória histórica, fortalece-se por meio de suas entidades representativas: o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que, associadas aos movimentos sociais e a outros sujeitos coletivos, defendem uma ordem societária livre de exploração e de opressões. A articulação entre essas entidades e o nível de organização dos segmentos profissional e estudantil são reconhecidos como patrimônio político, historicamente conquistado na profissão, que contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social, constituindo-se como elemento fundante para a manutenção do projeto ético-político profissional.

Historicamente, as entidades resistem ao contexto ameaçador para os espaços político-organizativos e para o projeto ético-político profissional. O contexto no qual nos inserimos atualmente está marcado pelas mudanças operadas na questão social desde a crise do capitalismo dos anos 1970, com a reestruturação produtiva, com o projeto neoliberal e pela contrarreforma do Estado, sob a égide do capital transnacionalizado. Num país de economia dependente como o Brasil, as frágeis ou inexistentes políticas sociais e as precárias condições de trabalho inerentes à superexploração da força trabalho, a partir deste período, radicalizam-se, repercutindo diretamente em precárias condições de (sobre)vida da classe trabalhadora.

No atual quadro político nacional, vivemos sob um terreno de avanço de tendências conservadoras e de crise sanitária, afetando

do, com garras e dentes, a classe trabalhadora, que tem as suas já precárias condições de vida agravadas. Se nos referimos à classe trabalhadora, referimos, portanto, a nós, Assistentes Sociais, que acompanhamos a intensificação das dinâmicas de exploração no país e a expropriação dos direitos de trabalhadores/as que incidem não só na vida das pessoas que atendemos no cotidiano de nosso trabalho, mas também nas nossas próprias vidas e nas condições e nas relações de trabalho na quais nos inserimos.

Somos submetidos/as a processos de trabalho cada vez mais intensos na exaustão, na expropriação e na extração de sobretrabalho. Com direitos cada vez mais reduzidos, quando não extintos ou inexistentes, não só o trabalho, mas também a formação profissional de Assistentes Sociais sofre rebatimentos, tendo em vista a sua expansão no âmbito do ensino privado, à distância (EaD) e, durante a pandemia da Covid-19, na modalidade de ensino remoto emergencial (ERE).

Diante do quadro em tela, que desafia o projeto ético-político profissional, ganha centralidade a seguinte questão: como poderemos resistir? Para responder a isso, ancoramo-nos na teoria marxista, a partir da qual compreendemos que é somente pelo coletivo, ou seja, pela união dos/as trabalhadores/as que poderemos construir respostas efetivas tanto de resistência quanto de superação desta realidade sob uma análise que explora as contradições nela existentes e contrapõe-se ao imediatismo a-histórico, naturalizado e sem profundidade com que se apresenta.

Em outras palavras, a reafirmação deste projeto ético-político depende tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais quanto das ações dos/as profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas, associadas diretamente ao trabalho e à formação profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Partindo desta compreensão, abordamos neste capítulo, a partir dos dados coletados na pesquisa *Perfil, formação e trabalho dos/das Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul* (REIDEL, et.al.2020), a relação dos/das Assistentes Sociais gaúchos/as com as entidades representativas da categoria e os demais espaços participativos na sociedade brasileira, buscando compreender a sua singularidade no Rio Grande do Sul (RS), na particularidade brasileira. É importante salientar que esses espaços se inscrevem na universalidade corres-

pondente ao conjunto organizativo da classe trabalhadora, e, portanto, não se trata de análise ou compreensão endógena e corporativista da profissão.

Antes de adentrarmos na análise, embora tenhamos o reconhecimento de outras instâncias representativas da categoria, damos ênfase às entidades representativas do Serviço Social já mencionadas. A análise destas entidades é apresentada primeiramente, por meio de breve resgate histórico, com elementos pontuais que evidenciam sua trajetória no Brasil e algumas particularidades no RS; em seguida, faz-se a exposição e a análise a partir dos dados coletados na pesquisa.

Compreendemos que as entidades representativas da profissão, juntamente com as associações profissionais, acadêmicas e as organizações sindicais, representam as instâncias político-organizativas do Serviço Social, que conformam, em seus posicionamentos, articuladas à produção de conhecimento e à dimensão jurídico-política da profissão, expressa na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), no Código de Ética Profissional do/da Assistente Social e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, os componentes que materializam os elementos constituintes do projeto ético-político profissional, quais sejam os princípios e os valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora, a crítica radical à ordem social vigente e nas lutas e nos posicionamentos políticos acumulados pela categoria mediante suas formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Nesta produção, apresentamos uma reflexão sobre os dados que se referem à relação de Assistentes Sociais gaúchos/as com as entidades representativas, as associações e fóruns de trabalhadores/as, os sindicatos, os partidos políticos, os espaços de incidências no campo dos direitos humanos e das políticas públicas e sociais, seguida das considerações finais e das referências.

Breve resgate histórico das entidades representativas do Serviço Social

As entidades representativas do Serviço Social surgiram uma década depois da sua gênese, que se dá na década de 1930, vinculado à Igreja e às frações das classes dominantes, quando do pri-

meiro curso de Serviço Social no Brasil “[...] fruto de um esforço coletivo de jovens mulheres engajadas na militância da Igreja Católica, na cidade de São Paulo, em 1936” (ABRAMIDES, 2016, p.458). Trata-se de um contexto, marcado pelo aprofundamento da questão social por meio da generalização do trabalho livre, que submeteu o operariado à exploração abusiva, levando-o a entrar no contexto político para o reconhecimento de suas necessidades pelo Estado, mediante a implementação de políticas públicas que o atendessem. Assim, o Estado retoma sua aliança com a Igreja diante da conjuntura política e social da época, determinada por fatores internos e externos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010).

Entretanto, como assinala Castro (2011, p.35), “a criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão”. O Serviço Social daí deriva, mas avança para a institucionalização quando do desenvolvimento das grandes instituições sociais, durante o período do Estado Novo (1937-1945), que desempenham o papel de zelar pelo disciplinamento e pela reprodução da força de trabalho, por meio do papel político, econômico e ideológico, vital para a manutenção da dominação de classe.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais, estatais, autárquicas ou privadas, é também o de legitimação e institucionalização do Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). Nesse sentido, ampliaram-se as escolas de Serviço Social, estimulando-se a criação de uma organização no âmbito da formação profissional: a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946⁴. A ABESS, que, inicialmente, tinha a finalidade de definir e coordenar uma política de formação profissional, buscando imprimir unidade ao ensino (SILVA, 2011), em 1979, é redimensionada para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mudança impulsionada pelo início da pós-graduação em 1972 e pelo movimento de constituição do projeto ético-político profissional hegemônico. Somente em 1996, redimensiona-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dado o avanço da graduação e da pós-graduação no país,

4 De acordo com Iamamoto e Carvalho (2010, p.330), neste mesmo ano surge também a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). Essas duas entidades, especialmente a ABESS, “desempenharão um papel extremamente importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil”.

nos anos 1980 e 1990, que fundamenta a necessidade de um organismo acadêmico-político e de uma associação científica, com vistas ao fortalecimento da articulação entre “[...] os dois níveis de formação acadêmica e profissional, tendo a pesquisa e a produção acadêmica como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social” (ABREU, 2008, p.175).

Vale pontuar que as entidades representativas nem sempre se constituíram como espaços contra-hegemônicos, representando, durante longo período, os interesses conservadores das classes dominantes, sendo, inclusive, “[...] dirigidas por profissionais de tendências tecnicistas e conservadoras” (ABRAMIDES, 2016, p.459).

A ruptura com esse conservadorismo iniciou-se nos anos 1970, em meio à ditadura militar, e teve como momento marcante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, o Congresso da Virada, na cidade de São Paulo, reflexo das aproximações junto aos interesses da classe trabalhadora, a partir do qual parcela da categoria se organiza para assumir a direção do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, objetivando fortalecer e adensar o novo projeto de intenção de ruptura em âmbito profissional (CFESS, 2010), verificando-se que a categoria não apoiava o movimento de fora, mas fazia-o como um sujeito vivo (SILVA, 2011).

Ressaltamos que a criação da ABESS, hoje, ABEPSS, deu-se no período de hegemonia do projeto profissional tradicional conservador que prevaleceu, conforme Cardoso (2013), como único e hegemônico projeto do Serviço Social brasileiro até os anos de 1960, cuja “[...] teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto das classes dominantes, portanto contribuindo para a manutenção da ordem social vigente” (CARDOSO, 2013, p.121).

Foram inscritos também neste período, nos anos 1950, os Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil, a partir da regulamentação das profissões e dos ofícios liberais pelo Estado, com caráter corporativo e funções burocráticas e controladoras sobre os/as profissionais. Além disso, constituíam-se como entidades autoritárias, requerendo apenas o pagamento de tributo e inscrição profissional, sem configurar-se como espaço coletivo de aproximação com os/as profissionais (CFESS, 2008).

Essas características, conseqüentemente, marcam a origem da organização da categoria no âmbito do exercício profissional: os

Conselhos no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que é na mesma década que se constituem. Isso ocorre, porque, já em 1957, aprova-se a Lei nº. 3.252, de 17 de agosto, que regulamenta a profissão, fazendo do Serviço Social uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei. Posteriormente, o Decreto nº. 994, de 15 de maio de 1962, regulamenta a Lei 3252/1957 e determina que o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) teriam a incumbência da disciplina e da fiscalização do exercício profissional, marcando, assim, a criação dos Conselhos de Serviço Social no Brasil. (CFESS, 2008). Assim, ainda naquela década, 10 Conselhos Regionais foram criados. “[...] Com esta divisão, a regional do Rio Grande do Sul ficou denominada como CRESS 10ª Região, sendo composta pelos estados do RS, de [Santa Catarina] SC e do [Paraná] PR dentro de suas respectivas jurisdições.” (REIDEL, 2005, p.32, entre colchetes nosso). Assim, conforme a autora, em 26 de novembro de 1963, na sede do Sindicato dos/as Assistentes Sociais de Porto Alegre (SAS-PA), é criado o CRAS 10ª Região, cujas primeiras reuniões foram realizadas na sala de monitoria da Faculdade de Serviço Social da PUCRS (REIDEL, 2005).

Demarca-se, contudo, que as características da gênese dos conselhos, já mencionadas, passaram a reproduzir-se pelos conselhos da categoria. Além disso, são o reflexo dos pressupostos neotomistas e positivistas que orientavam a profissão na época, evidenciados, inclusive, nos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 (BARROCO, TERRA; 2012).

Coaduna-se com a exposição de Barroco e Terra o que traz Silva (2011, p. 254) acerca do Conselho, que, então, era CFAS e que, para autora, contém uma trajetória “[...] marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do Estado, atuando, durante muito tempo, no interior da categoria, especialmente no período da ditadura militar, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática [...]”.

Trata-se de um período no qual, dadas as mudanças históricas no contexto brasileiro, latino-americano e internacional, não sem disputas no interior dos projetos societários, outros projetos profissionais entraram em disputa pela hegemonia na profissão, tendo como marco o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social

na cidade de Porto Alegre, em 1965. Competem, portanto, nesse período, o projeto modernizador (1960-1970), o projeto fenomenológico (ou de reatualização do conservadorismo) (1975-1979) e o projeto de intenção de ruptura (1979-1990) (CARDOSO, 2013). Embora não tenhamos condições de aprofundar esta reflexão, cabe destacar que Scheffer, Closs e Zacarias (2019) exploram a existência da possível quarta tendência mais presente no RS, a qual denominam como o “reformismo reconceituador”. No interior dessas disputas, foram criadas as Delegacias Seccionais, de Pelotas, em 1971, e de Caxias do Sul, em 1985. Nos anos de 1980 e 1983, houve o desmembramento dos CRAS e a criação dos Conselhos da 11ª e da 12ª Região, correspondendo, respectivamente, aos estados do PR e de SC. (CRESS, 2020).

Foi após o III CBAS, em 1979, que parcela da categoria se organizou para assumir a direção do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, objetivando fortalecer e adensar o projeto de intenção de ruptura, conforme já exposto. Nesse sentido, a partir de 1983, teve início um amplo processo de discussões realizadas por meio dessa organização e da nova direção, que passa a assumir o CFAS, culminando na aprovação do Código de Ética de 1986, revisado e concluído em 1993. É importante mencionar que essas transformações, mediante produtos, como a revisão do Código de Ética, mais tarde, a Lei de Regulamentação, que, após longo processo, são aprovados em 1993, dão-se também no que diz respeito ao caráter do Conselho, uma vez que tem transformada sua atividade de fiscalização e a desburocratização das suas entidades. (CFESS, s/a). A Lei nº. 8.662/1993 renomeou os então CFAS e CRAS, passando a denominá-los Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

O CFESS, atualmente, é concebido como uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a Assistente Social no Brasil, em conjunto com os CRESS (CFESS, s/a). Organiza-se por meio de 27 Conselhos Regionais e 24 Seccionais, distribuídas em oito estados, visto que, a Resolução CFESS nº. 470, de 13 de maio de 2005, no parágrafo 2º do artigo 6º, determina a criação de espaços descentralizados de articulação e organização dos/das Assistentes Sociais, com a intenção de promover a interiorização e a democratização da gestão pública dos CRESS.

Nessa perspectiva, o CRESSRS, além de conter duas Delegacias Seccionais, em Pelotas e Caxias do Sul, apresenta também 38 Núcleos de Base do CRESS (NUCRESS), os quais tiveram início na gestão correspondente aos anos de 2004 a 2007, que instituiu a Comissão de Descentralização e Interiorização, a qual permaneceu inativa em gestões subsequentes, com o objetivo de apoiar a organização da categoria por meio dos que se denominavam, à época, de Núcleos Regionais de Assistentes Sociais. Posteriormente, no triênio da gestão de 2008-2011, os Núcleos foram, pela primeira vez, normatizados, passando a denominar-se de Núcleos de Assistentes Sociais do CRESSRS (NUCRESS), chegando ao número de 20 até então. Em 2015, após a instituição de um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, tivemos a aprovação de importante instrumento com as Diretrizes Nacionais acerca da interiorização das ações políticas dos CRESS, que subsidiam os processos de nucleação e interiorização dos CRESS, também renomeando estes espaços de articulação em todo território nacional como Núcleos de Base do CRESS (NUCRESS).

Na gestão de 2017-2020, o CRESSRS passou a contar, novamente, com a então renomeada Comissão de Interiorização e Nucleação, que tinha por objetivo acompanhar os 38 NUCRESS criados até 2018, dos quais 30 se encontravam ativos até maio de 2020. Os NUCRESS constituem-se em espaços de valorização do Serviço Social, do exercício profissional, de defesa do projeto ético e político da profissão e de divulgação do CRESSRS enquanto Conselho de representação da categoria na sua região. A constituição dos Núcleos tem uma natureza de interiorização das ações do CRESSRS, correspondendo a uma das estratégias do Conselho de aproximar-se do cotidiano dos/das Assistentes Sociais mediante ações político-pedagógicas que visam fortalecer a mobilização destes/as profissionais, necessária à defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados às/aos usuárias/os.

No que diz respeito à organização político-sindical, estabeleceu-se, em primeiro momento, por meio das entidades sindicais de Assistentes Sociais, como sindicatos e Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), no âmbito nacional, estaduais e regionais, a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) (1979 a 1983) e a

ANAS, a federação autônoma de Assistentes Sociais (1983 a 1994) (ABRAMIDES; 2019; ABRAMIDES; CABRAL, 2019).

Em relação aos/às Assistentes Sociais Gaúchos/as, é válido acrescentar que o sindicato foi criado em 1958, primeiro do Brasil, na cidade de Porto Alegre (SASERS, 2021), organicamente vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às gestões brizolistas das décadas 1950 e 1960, conforme depoimentos históricos desse período (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018) profundamente marcado pelo envolvimento de muitos/as Assistentes Sociais nas lutas da sociedade brasileira pelas reformas de base, que aconteceram nos anos 60 e que participaram dos movimentos de educação de adultos/as e cultura popular (BULLA, 2003).

O CRAS 10ª Região, referido anteriormente, é criado na sede desse sindicato gaúcho que acompanha a trajetória de assistentes sociais na década de 1950, “[...] que eram os sindicatos existentes pela legislação e que lutaram por reivindicações trabalhistas, salariais, por plano de cargos e carreiras, por serviços públicos de qualidade” (ABRAMIDES, 2014, p.232). Conforme a autora, até o início da década de 1970, o Serviço Social contava com sindicatos em cinco estados, que, no período ditatorial, foram fechados, rearticulando-se somente no final dos anos 1970, quando se alinham ao sindicalismo classista e desenvolvem uma ação sindical voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, referenciados na Central Única dos Trabalhadores (CUT) (ABRAMIDES, 2019).

Nessa perspectiva, na ambiência do III CBAS, “a crítica de profissionais e estudantes [...] estava latente, e as entidades sindicais que estavam organizadas assumiram sua direção política, por decisão da categoria” (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p.40), culminando “na virada” do referido Congresso, que, até então, estava sendo organizado pelo CFAS e pelo CRAS de São Paulo, os quais evidenciavam uma organização nitidamente conservadora e autoritária.

Com a “virada”, o conjunto CFAS/CRAS é disputado pelos setores de esquerda da profissão que se organizavam nas entidades sindicais da categoria e na APAS e passaram a incentivar, em todo o território nacional, a formação de chapas para a disputa das eleições nos CRAS, objetivando a sua democratização e a articulação às demais entidades representativas (ABRAMIDES, 2019).

Mesmo reconhecendo a importância que as entidades sindicais da profissão tiveram nesse período, foi aprovada, em 1986, a nova estrutura sindical no II Congresso Nacional da CUT, na qual as entidades deliberaram pela construção de “[...] sindicatos por ramo de atividade econômica; em sindicatos gerais por esfera de contratação (servidores/as públicos/as municipais e estaduais) ou por atividade de trabalho (sindicato de trabalhadores/as da saúde, da previdência)”, em que a maioria dos/as Assistentes Sociais se insere. (ABRAMIDES, 2019, p.45).

Esse posicionamento levou à extinção da ANAS e dos sindicatos de Assistentes Sociais, decidida por unanimidade em 1989 (ABRAMIDES, 2014). Mesmo assim, alguns sindicatos profissionais, inclusive no RS, permanecem em funcionamento ou foram retomados nos últimos anos, representando as contradições e as disputas que perpassam a profissão inscrita na realidade brasileira.

No trânsito para a década de 1980, outra importante entidade representativa do Serviço Social que teve influências também no já referido III CBAS é o Movimento de Estudantes de Serviço Social (MESS), representando a organização político-estudantil. Esse Congresso teve implicação não só na politização e na mobilização dos/as profissionais que redirecionaram o Conselho profissional, como também na organização dos/as estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais no país. (NETTO, 2009).

Até então, os/as estudantes de Serviço Social estavam organizados/as em nível nacional na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), vinculada à União Nacional de Estudantes (UNE). Essa organização se constitui no RS por articulação de Herbert de Souza e Maria Becker incidindo, em 1962, na criação da ENESS em Porto Alegre, a qual foi presidida pelos gaúchos Nilo Jardim e Eva Faleiros (SCHEFFER et al, 2021). Abramides (2017) destaca que, em 1968, no Congresso da ENESS, já se debatia a necessidade de construção de um projeto de formação profissional desde a realidade brasileira. Além disso, no mesmo ano, o XXX Congresso da UNE sofreu repressão policial, e os/as estudantes ali presentes, incluindo os/as de Serviço Social, foram todos/as presos/as e enquadrados/as na Lei de Segurança Nacional, que, até a Anistia, pesou muito sobre todos/as que permaneceram no país ou no exílio.

Ainda durante a ditadura, em 1978, realiza-se o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade de Londrina – PR, o qual inaugurou a possibilidade da unidade das lutas, do debate da profissão, da formação profissional e da universidade, entre outros, reunindo 24 escolas do país. No ano seguinte, com a reconstrução da UNE, constituiu-se a comissão nacional para discussão e encaminhamento do currículo e organização do II ENESS, realizado em 1979. Dos encontros que se sucederam, em 1981 começa-se a discutir a criação de uma Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE). A SESSUNE, no entanto, é criada somente em 1988, durante o X ENESS, no Rio de Janeiro. Buscando maior autonomia em relação à UNE, no ano de 1993, a SESSUNE passa a ser nomeada de Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), decorrente de longo debate e análise de que a UNE não cumpria mais seu papel representativo. (ENESSO, 2014a).

A ENESSO, desde a sua base, os Centros Acadêmicos de Serviço Social (CASS) e os Diretórios Acadêmicos de Serviço Social (DASS), representa os/as estudantes de Serviço Social, e é a entidade de representação máxima dos/as estudantes em seus respectivos cursos, por isso é denominada como organização política estudantil de área ou movimento de área. Atualmente, a ENESSO organiza-se em sete regiões compostas por diferentes estados da federação, lutando por uma sociedade mais justa e por uma formação de qualidade aos/às estudantes de Serviço Social (ENESSO, 2020), articulando-se e participando junto às demais entidades representativas da categoria, em unidade com as organizações da classe trabalhadora.

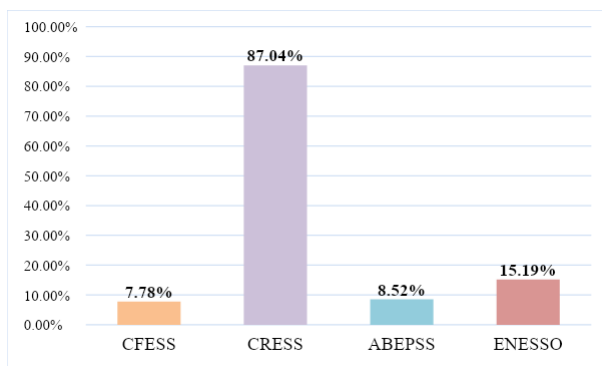
Apresentadas as entidades representativas da categoria nesta seção, alguns de seus marcos históricos e seu papel ao longo da trajetória da profissão, reafirmamos sua importância para a categoria profissional, sem entendê-las de forma desvinculada à organização da classe e da realidade brasileira. Portanto, consideramos essas entidades como orgânicas à profissão ao mesmo tempo em que são inscritas na universalidade da classe trabalhadora. Posto isso, a seguir, apresentamos a análise acerca da relação dos/as Assistentes Sociais gaúchos/as com as entidades representativas da categoria profissional.

Assistentes Sociais gaúchos/as e sua relação com as entidades representativas do Serviço Social

É importante refletir sobre a forma como nos sentimos em relação às entidades representativas da profissão, na medida em que, não raras vezes, percebemos discursos depreciativos, reproduzindo a tônica um tanto cruel, em que não há o reconhecimento de que as nossas entidades, enquanto espaço de organização coletiva, constituem-se de todos/as nós, portanto somos pertencentes e partícipes deste processo.

Cientes da importância das entidades para a categoria profissional, o questionário permitiu visualizar a participação de Assistentes Sociais na gestão destes espaços. Observou-se que a maioria, 81,43% dos/as respondentes, afirmou que não participa e não participou. Em relação aos 18,57% que participam/ram, é possível evidenciar no gráfico 5 as entidades nas quais participam ou já participaram da gestão. O espaço do Conselho Regional aparece com maior índice de participação, com 87,04% dos/as respondentes, referente às demais entidades representativas, embora devamos reconhecer a vinculação orgânica do CRESSRS no conjunto CFESS/ CRESS. Sobre as demais entidades, 15,19% participaram da gestão da ENESSO, e 8,52% participam ou já participaram da gestão da ABEPSS.

GRÁFICO 5 — Entidades nas quais os/as Assistentes Sociais gaúchos/as participam ou já participaram da gestão



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Embora se reconheça que a participação não se restrinja às entidades representativas da categoria, tendo em vista que se constituem como espaços de organização na particularidade da organização da classe trabalhadora, enfatizamos que esta tem sido cunhada em um processo democrático que envolve os/as profissionais e os/as estudantes de Serviço Social nas diferentes entidades representativas, tanto no conjunto CFESS/CRESS quanto na ABEPSS e na ENESSO. Atenta-se ao fato da banalização da terminologia *participação* e do quanto a sua reprodução constante em distintos discursos, na maioria das vezes, está distante de sua materialização e destituída de sua dimensão, ação e intencionalidade política, esvaziando-se de seu principal sentido. A ação política das entidades constitui-se como um elemento fundante para a manutenção do projeto ético-político profissional, uma vez que “[...] um projeto profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como o meio adequado à sua realização” (BARROCO, 1999 apud RAMOS, 2011, p. 113).

Sabemos que há muito a avançar, mas gostaríamos de enfatizar importantes construções nos últimos anos que buscam maior aproximação com a categoria. Exemplo disso são as ações desenvolvidas em cada uma das entidades ou em conjunto por elas. Tendo o CRESSRS como parte desta pesquisa, apresentamos algumas ações que extrapolam a função precípua delegada por lei aos Conselhos e às Ordens de Profissões Regulamentadas pelo Estado brasileiro, destacando a dimensão pedagógica empreendida nos diferentes âmbitos de atuação do CRESSRS, e que buscam romper com a histórica identificação desses espaços como restritos à metodologia de fiscalização de caráter mais “punitivo” que tiveram em sua gênese.

O CRESSRS, conforme regulamentado pela Lei nº. 8.662/93, é definido, a priori, como entidade de personalidade jurídica de direito público, objetivando essencialmente disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição, em todo o estado do RS. Todavia, é possível destacar três âmbitos de atuação, e, entre as suas principais funções, estão: a) a regulamentação, a orientação e a fiscalização do exercício profissional desde a formação acadêmica até o trabalho profissional; b) as atividades técnico-administrativas, qualificando

os processos cartoriais, administrativos, financeiros e a comunicação com o conjunto de Assistentes Sociais do RS; c) a efetivação de seu papel político participativo junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora, buscando a ampliação e a defesa de direitos.

Pode-se perceber o quanto todo o trabalho político-pedagógico desenvolvido pela ação da fiscalização e as demais iniciativas se constituem como ação preventiva no âmbito da função precípua do Conselho, para evitar possíveis violações de valores, princípios, direitos, deveres e vedações inscritos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Portanto, faz parte da natureza desse Conselho o fortalecimento do exercício profissional comprometido com as liberdades democráticas, os direitos humanos, a eliminação de todas as formas de violência, preconceito e discriminação, a qualidade dos serviços prestados e um projeto societário emancipador para além da lógica do capital.

Ao realizar a orientação e a fiscalização da categoria profissional nos espaços de trabalho públicos ou privados, na área das políticas públicas, em instituições de formação em Serviço Social e em espaços de organização coletiva a partir dos Núcleos de Base do CRESS (NUCRESS), a fiscalização, a partir de um processo político-pedagógico, visa assegurar a materialização dos instrumentos jurídicos normativos da profissão. Nessa direção, destaca-se a Lei nº. 8.662/1993, que regulamenta a profissão, o Código de Ética de 1993 e as resoluções específicas, como a Resolução CFESS nº. 493/2006, que visa assegurar as condições éticas e técnicas do exercício profissional, e a Resolução CFESS nº. 533/2008, que dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social.

Enfatiza-se que o Conselho existe, eminentemente, para cumprir a função precípua, ao configurar-se como guardião do Código de Ética do/a Assistente Social, regulamentando, orientando e fiscalizando o exercício profissional. Atentamos, neste caso, para a forma de efetivação da fiscalização, que, a priori, exerce um caráter educativo com foco na dimensão político-pedagógica. Este trabalho é realizado, cotidianamente, não só pelas agentes fiscais do Conselho, mas também pelos/as profissionais que integram a gestão institucional, no acompanhamento, na orientação e no desenvolvimento de processos de educação permanente junto aos/as profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, bem como, por meio da participação e da incidência política em espaços de controle social, no

âmbito das políticas públicas.

Diante das ações do Conselho explicitadas, acreditamos que essas iniciativas têm possibilitado, sem sombra de dúvidas, a participação de profissionais na entidade, mas refletimos sobre as implicações advindas da intensificação da precarização das condições e das relações de trabalho a que estão submetidas/os profissionais e estudantes. Nesse sentido, observamos que a baixa participação nas entidades representativas da categoria, já inicia com a baixa participação dos/as estudantes desde o movimento estudantil (VASCONCELOS, 2015), em que, conforme demonstrado na pesquisa, apenas 15,19% dos/as profissionais respondentes afirmaram já ter participado.

Ponderamos, nesse sentido, que o perfil de estudantes de Serviço Social consiste, em sua maioria, de trabalhadores/as que conciliam atividades de trabalho (formais e informais) com a formação profissional e que realizam estágios não obrigatórios os quais, mesmo tendo caráter formativo, subsidiam financeiramente os estudantes para o atendimento de suas necessidades mínimas mediante o pagamento de bolsa. Trata-se de vínculos precários e ausentes de proteção trabalhista e social, e, ao mesmo tempo em que são formativos, incentivam a desvalorização da mão de obra. Com essas condições, questionamos quais são as possibilidades objetivas de participação em espaços político-formativos, entre eles o MESS, para além da sala de aula. Ressaltamos, diante disso, a importância da realização de pesquisas em que o perfil de estudantes de Serviço Social seja objeto de investigação, com vistas não só à construção de estratégias pedagógicas pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAS), mas também à publicação e ao compartilhamento, para a construção de estratégias pelas entidades representativas que possibilitem a participação de estudantes nesses espaços.

Como sinaliza Vasconcelos (2015), desde a formação, já há baixa participação no MESS e isso se reproduz, posteriormente, na participação nas demais entidades, após a formação graduada, por exemplo. Assim, refletimos sobre a importância de intentarmos esforços, desde a formação, para produzir sentido acerca das entidades e de sua importância para a profissão, como meio de galgarmos forças coletivas para a defesa da formação e do trabalho ancorados no projeto ético-político profissional, articulando ENESSO, CFESS/

CRESS e ABEPSS com o conjunto de trabalhadores/as organizados/as.

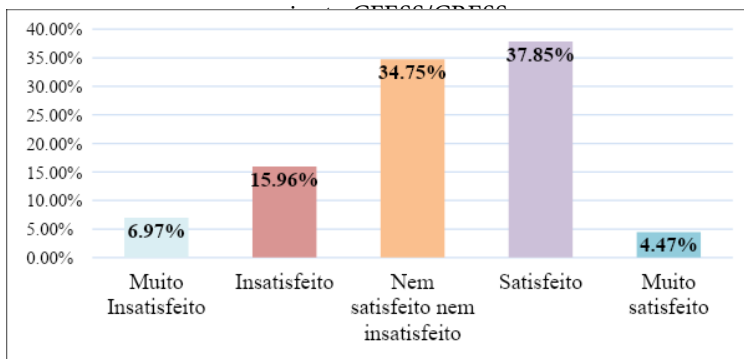
Diante do esforço de aproximação com a categoria profissional no decorrer dos últimos anos, é oportuno reconhecer que, com o advento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), percebe-se uma mudança metodológica significativa na efetivação das atividades, não só dos Conselhos, mas também das demais entidades representativas, que empreenderam diversas ações no que diz respeito à realização de *lives*, encontros, fóruns, reuniões ampliadas na modalidade *online*. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que possibilita a participação descentralizada, essa modalidade também a restringe somente àqueles/as que possuem *internet* e aparelhos eletrônicos necessários. Ao mesmo tempo em que algumas plataformas permitem também o registro e o acesso posterior dessas ações, por outro lado, viabilizam a participação restrita somente à presença, sem efetiva participação à construção coletiva e política desses espaços. Não buscamos criticar a utilização destas plataformas digitais pelas entidades representativas da categoria. Pelo contrário, queremos dar ênfase ao quanto essas plataformas têm mantido vivos nossos espaços político-organizativos, possibilitando a articulação e a interlocução das entidades com a categoria, por meio de movimentos e ações concretas, cujo canal tem permitido maior pertencimento e envolvimento das/os Assistentes Sociais, ao mesmo tempo em que provoca a categoria a refletir sobre sua concepção de participação para além de um login e do IP (*Internet Protocol*).

Considerando que a maioria dos/as profissionais respondentes revelaram nunca ter participado da gestão das entidades da categoria, podemos inferir, com exceção da ENESSO, sem generalizações, que aqueles/as que participam, permanecem ocupando os espaços da categoria. Além disso, aqueles/as que participaram da ENESSO na qualidade de estudantes continuam participando, após formados/as, do conjunto CFESS/CRESS e, quando pós-graduandos/as, também da ABEPSS.

Na sequência, apresentamos a avaliação dos/as profissionais participantes em relação ao papel das entidades. Dos dados coletados, intriga-nos o fato de que a maior participação refere-se aos/às não satisfeitos/as nem insatisfeitos/as quanto ao papel das entidades e de que essa representação seja maior em relação à ENESSO (60,46%), a segunda maior seja a ABEPSS (47%), e a menor, no

conjunto CFESS/CRESS (34,75%). O que levaria os/as profissionais a essa avaliação? Relação de proximidade com as entidades? Conhecimento sobre as entidades? Seria o conjunto CFESS/CRESS mais próximo dos/as profissionais no estado do que a ABEPSS e a ENESSO? Diante destas indagações, iniciamos pela avaliação dos/as profissionais ao conjunto CFESS/CRESS, cujos dados obtidos estão dispostos no gráfico 6:

GRÁFICO 6 — Avaliação dos/as Assistentes Sociais quanto ao papel do

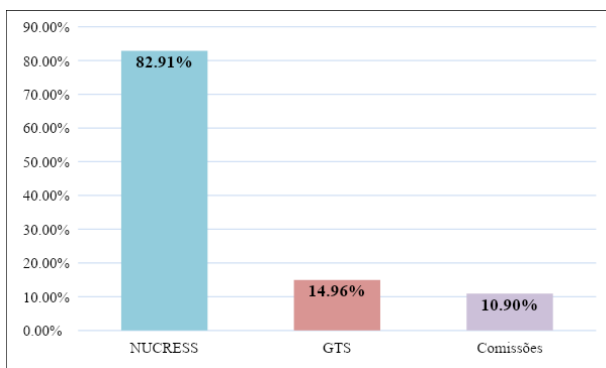


Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Conforme o gráfico 6, 6,97% das/os profissionais mostraram-se muito insatisfeitos/as, 15,96%, insatisfeitos/as, e 34,75%, nem satisfeitos/as, nem insatisfeitos/as em relação a essa entidade. Dessa forma, a totalidade dessas respostas somou mais da metade delas, ou seja, 57,68%. Por sua vez, 37,85% mostraram-se satisfeitos/as, e apenas 4,47%, muito satisfeitos/as. Entendemos que os motivos de insatisfação devem ser investigados e analisados, mas partimos da hipótese de que haja desconhecimento das ações e das funções do Conselho já explicitadas neste capítulo. Quanto à expressiva incidência dos/as nem satisfeitos/as, nem insatisfeitos/as, denotando certa “indiferença” em relação à entidade, que somam 34,75%, inferimos que se relaciona com a mesma hipótese, podendo advir também da não participação. Quanto ao/às satisfeitos/as ou muito satisfeitos/as, que totalizaram 42,32% das respostas, apesar de não termos explicitados os indicadores da avaliação, entendemos que podem estar relacionados às estratégias político-pedagógicas e aproximação com a categoria profissional, construídas nos últimos anos.

Refletindo sobre as estratégias de aproximação com a categoria, cabe destacar as Comissões Permanentes e os Grupos de Trabalhos Temáticos (GT) do CRESSRS, que, em sua maioria, são abertos à participação de Assistentes Sociais e estudantes de Serviço Social, e a realização de reuniões descentralizadas junto aos NUCRESS ou às Seccionais, além de um evento de âmbito estadual ao ano, com ampla participação da categoria. Até maio de 2020, as reuniões eram mensais, e a divulgação era feita por meio da agenda no site do CRESSRS e das redes sociais, além dos grupos de *WhatsApp*. Entretanto, conforme foi possível identificar nesta pesquisa, 26,01% dos/as profissionais afirmaram participar de espaços vinculados ao CRESS (contra 73,99% que não participam). O espaço com maior incidência de participação, como é possível visualizar no gráfico 7, são os NUCRESS.

GRÁFICO 7 — Espaços vinculados ao CRESSRS em que participam os/as Assistentes Sociais Gaúchos/as



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Sobre os NUCRESS terem maior participação dos/as Assistentes Sociais gaúchos/as, retoma-se que, no RS, esses espaços foram pioneiros em relação às demais regiões do Brasil, o que possibilita o maior conhecimento e a aproximação dos/as profissionais com esses locais organizativos que se vão consolidando no solo gaúcho como uma estratégia acertada de descentralização política e interiorização das ações do CRESSRS.

O segundo espaço com maior participação, 14,96%, são os Grupos de Trabalho (GT), e em terceiro, vêm as comissões, com

10,90% de participação entre os/as respondentes. Todos os GT estão ligados a alguma comissão e são instituídos para garantir maior adensamento de pautas específicas abrangidas por determinada comissão. A priori, são espaços que permitem acúmulo teórico, técnico e político, configurando-se, à semelhança das comissões, também em locais de articulação, educação permanente e formação continuada. Entre as comissões, atualmente, o CRESSRS contém algumas internas e outras externas, permanentes e regimentais, dada a sua natureza e função precípua.

As comissões internas são mais relacionadas ao funcionamento da entidade, e, mesmo não sendo abertas à ampla participação, contam com Assistentes Sociais de base, como é o caso da Comissão Administrativo-Financeira, à qual estão ligadas outras 10 comissões: Comissão de Interiorização e Nucleação, Comissão de Gestão do Trabalho, Comissão de Arquivamento e Eliminação de Documentos, Comissão de Desfazimento, Comissão de Patrimônio e Almoxarifado, Comissão Permanente de Licitação, Comissão de Transparência, Comissão de Enfrentamento à Inadimplência, Comissão de Registros e Comissão de Compra da Nova Sede. Todas as demais comissões e os GT a elas ligados são abertos à ampla participação.

Temos as Comissões Regimentais, que cumprem a função precípua, como é o caso da Comissão de Orientação e Fiscalização e da Comissão Permanente de Ética, com designação de seus membros, e todas as demais são Comissões Temáticas: a Comissão de Ética e Direitos Humanos, tendo a ela também ligados o GT do Serviço Social no Sociojurídico, o GT Lutas, Movimentos Sociais e Diversidades e o GT Direito à Cidade em Meio Urbano e Rural; a Comissão de Seguridade Social Ampliada, tendo a ela também ligados o GT do Serviço Social na Assistência Social, o GT do Serviço Social na Educação, o GT do Serviço Social na Previdência e o GT do Serviço Social na Saúde; a Comissão de Formação e Trabalho Profissional; a Comissão de Relações Internacionais; a Comissão de Comunicação.

Como vemos, os GT e as Comissões são importantes espaços de debate e construção coletiva, os quais são abertos e sem qualquer custo para a participação. Mas, a participação da categoria não se dá apenas nas reuniões dos GT e das comissões, pois com-

preende a participação nas assembleias gerais e em demais eventos e atividades promovidas pelo Conselho ou ofertadas em parceria com os NUCRESS, as UFAS e as instâncias representativas da profissão.

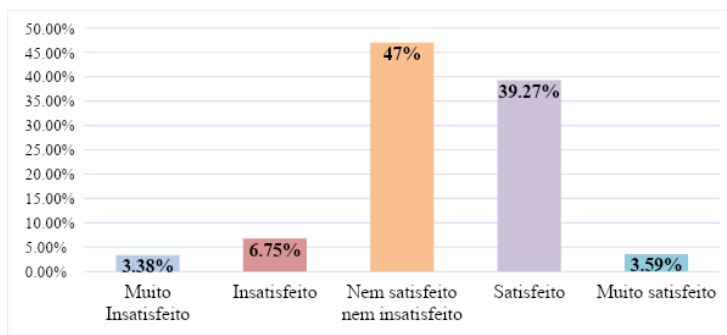
Por fim, é importante destacar as atividades e as ações formativas promovidas pelas entidades da categoria, sobre as quais a maioria, 58,48% dos/as respondentes, afirmou participar (contra 41,52%, que preferiu não participar). Destaque importante é o Plano de Ações do CRESSRS com os NUCRESS, que, desde 2018, buscou articular uma série de atividades formativas, destinadas à média de 20 a 30 Assistentes Sociais em cada uma delas e que incluiu diversas modalidades, como as edições do curso *Ética em Movimento*, os cursos sobre temáticas do dia do/a Assistente Social, os minicursos sobre Trabalho Profissional, as reuniões descentralizadas de GT e comissões e atividades devolutivas de ações da fiscalização, além da articulação com os NUCRESS para o fortalecimento dos fóruns locais e regionais de supervisão de estágio nas regiões em que há UFAS com oferta do curso de Serviço Social.

Essas atividades de cunho formativo também objetivam fortalecer as representações existentes e ampliar espaços de participação e incidência política, enfrentando articulações antidemocráticas, que visam impedir a participação de sujeitos coletivos com projetos divergentes, em espaços de organização da sociedade civil, com promoção de falsas polêmicas de quem pode ou não representar os/as trabalhadores/as, por exemplo, nos conselhos de direitos.

Cabe lembrar que, no período de coleta dos dados, as atividades eram promovidas de forma presencial e, posteriormente, com o advento da pandemia da Covid-19, passaram a ser desenvolvidas de forma *online*, possibilitando maior participação dos/as profissionais. Dessa maneira, acreditamos que àqueles/as Assistentes Sociais entre os 41,52%, que não participavam das atividades por conta de deslocamento e horário de trabalho, foi oportunizado o acesso a partir do desenvolvimento das ações e das atividades na modalidade *online*.

Na sequência, abordamos a relação da categoria com a ABEPSS, no gráfico 8, que dispõe sobre a avaliação dos/as profissionais em relação à entidade:

GRÁFICO 8 — Avaliação dos/as Assistentes Sociais quanto ao papel da ABEPSS



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Conforme o gráfico 8, identificamos que a avaliação do papel da ABEPSS se assemelha àquela quanto ao papel do conjunto CFESS/CRESS: 47% dos/as respondentes não estão nem satisfeitos/as, nem insatisfeitos/as; 6,75% estão insatisfeitos/as; 3,38%, muitos insatisfeitos/as. Quanto à satisfação, 39,27% referiram estar satisfeitos/as, e apenas 3,59%, muito satisfeitos/as.

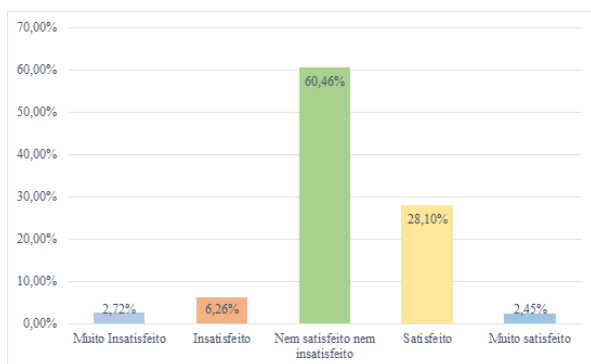
Ao analisar esses dados, é importante destacar a natureza da ABEPSS e o perfil de seus/suas associados/as, pois trata-se de uma entidade com amplitude nacional e associados/as institucionais e/ou individuais em todos os estados brasileiros, de acordo com a previsão em seu Estatuto. Desse modo, os sócios institucionais são as UFAS de Serviço Social presenciais com o compromisso de conduzir o processo formativo a partir dos fundamentos teórico-metodológicos e da direção ético-política do Serviço Social brasileiro expressos nos princípios do atual Código de Ética dos/das Assistentes Sociais, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e em sua Política Nacional de Estágio. Os/as sócios/as individuais são todos/as aqueles/as profissionais de Serviço Social ou estudantes filiados/as que compartilham dos princípios e das plataformas de lutas da entidade.

Enfatizamos ainda o Projeto da ABEPSS Itinerante, que teve início no ano de 2011. Trata-se de uma iniciativa da entidade que objetiva fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, permitindo a difusão dos princípios, dos conteúdos e dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares na direção social construída nos últimos anos pela profissão por meio da capilarização da ABEPSS junto às UFAS.

Destaca-se também a realização de fóruns de supervisão de estágio, que, na pandemia da Covid-19, fortaleceram-se mais como espaços de trocas, orientações e construção de estratégias diante dos desafios atuais. A ABEPSS tem-se utilizado das plataformas digitais para realização de suas ações, no contexto da pandemia, possibilitando a participação de estudantes, profissionais e docentes. Além disso, tem elaborado documentos com posicionamentos e orientações importantes, no sentido de reafirmar o projeto de formação profissional e que explicitam não só a defesa da educação superior de qualidade e da profissão, mas também das medidas necessárias ao enfrentamento da crise sanitária e defesa dos/as trabalhadores/as, o que denota a compreensão e o direcionamento da categoria para além dela mesma, cuja luta se articula com movimentos gerais no âmbito da defesa pelo ensino superior de qualidade e, no âmbito da profissão, perpassa, necessariamente, a articulação ampliada aos setores diversos da sociedade.

Conforme o gráfico 9, outro dado importante é a avaliação dos/as profissionais quanto ao papel da ENESSO, para o qual 60,46% expressaram não estar nem satisfeitos/as, nem insatisfeitos/as, representando a maior porcentagem. Quanto à satisfação, obteve-se a segunda maior porcentagem com 28,10%.

GRÁFICO 9 — Avaliação dos/as Assistentes Sociais quanto ao papel da ENESSO



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

A Região VI da ENESSO é composta pelos estados do PR, do RS e de SC, com coordenadoras/es regionais dos três estados que

se articulam com os CASS e os DASS, tendo um papel importante, no intuito de pensar formas estratégicas, para garantir o acesso e à permanência estudantil e fortalecer a luta contra o desmonte na educação pública. Historicamente, a organização coletiva de estudantes exerce importante papel na sociedade, travando lutas históricas que contribuíram para a garantia de direitos dos respectivos públicos aos quais estão ligados, por isso configuram representatividade organizativa.

O incurso no período histórico de constituição do movimento estudantil, doravante denominado Movimento Estudantil e MESS, enquanto organização institucionalizada, permite compreender as peculiaridades e as especificidades desses organismos no âmbito da formação acadêmica e sua inserção nas lutas gerais da sociedade, considerando as particularidades de cada região na organização das lutas em nível nacional, regional e local, partindo das demandas dos CASS e DASS ligadas aos eventos das vidas particulares de cada sujeito, participe ou não dessas organizações.

Além da precarização da educação superior e do ensino em Serviço Social, marcados, entre outros fatores, pelo advento da formação à distância ou semipresencial, que não privilegia o ensino, a pesquisa e a extensão, temos vivenciado a realidade de estudantes trabalhadores/as conforme já refletimos neste capítulo. Estes, por sua vez, são pais e, em maioria, mães, tratando-se de uma categoria profissional composta majoritariamente por mulheres com poucas condições objetivas para a efetividade das atividades acadêmicas que propiciem o envolvimento e a participação orgânica no movimento estudantil. Todavia, reconhecemos que a organicidade do MESS tem permitido, ao longo dos anos, que os/as estudantes sejam partícipes no processo de construção do projeto ético-político profissional que representa amplamente os sujeitos nele implicados.

A participação da ENESSO com significativa atuação junto aos Grupos de Trabalho e às Comissões dos CRESS, na construção de eventos do conjunto CFESS/CRESS e a composição na Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABEPSS, desde 1993, possibilitam a compreensão da indissociabilidade entre as entidades e de seu papel, representa constante articulação entre as entidades e ganha ânimo na contemporaneidade, para o enfrentamento de todas as formas de opressão e de retirada de direitos dura-

mente conquistados pela classe trabalhadora, comungando diversas bandeiras de luta, as quais passam a ser assumidas coletivamente.

Diante disso, destacamos que, apesar dos diferentes papéis e atribuições de cada entidade, a atuação articulada entre elas tem culminado em diversas ações e esforços para maior aproximação com a categoria profissional. Nesse sentido, mencionamos que a Região Sul protagonizou, no ano de 2019, a implementação do primeiro Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com Qualidade em Serviço Social, num interessante processo de unidade das entidades representativas (CRESSRS, CRESSSC, CRESSPR, ABEPSS REGIÃO SUL I e ENESSO REGIÃO VI) com as Instituições de Ensino Superior (IES) dos três estados, também representadas pelos fóruns locais e regionais de estágios. Neste Fórum, foram debatidas ações de enfrentamento à precarização do ensino de graduação presencial e a distância em Serviço Social, no âmbito das IES públicas e privadas. A implementação do Fórum Regional está em consonância com a implementação do Fórum Nacional desde 2017, que vem reunindo integrantes das comissões e câmaras temáticas de formação do CFESS e dos CRESS, da ABEPSS, da ENESSO, das IES, dos CASS e dos DASS, além de entidades diversas e movimentos sociais que atuam em defesa da educação com qualidade socialmente referenciada, em conformidade com as bandeiras de lutas do Serviço Social brasileiro.

A incidência política no controle social e na defesa de direitos: um retrato de Assistentes Sociais gaúchos/as

Compreendendo que os espaços de participação política não se limitam à profissão e, como já retomamos na introdução deste capítulo, reconhecemo-nos como classe trabalhadora, filiados/as à matriz marxista, entendemos que a participação política deve estender-se a outros espaços de luta que visem à ampliação dos direitos da classe trabalhadora, fortaleçam-na e organizem-na para a superação da sociedade desigual na qual vivemos. Não obstante, a pesquisa identificou que 81,14% dos/as respondentes não participam de quaisquer atividades políticas em relação a apenas 19,86%, que participam.

Quanto ao dado revelado sobre a não participação em atividades políticas pelos/as Assistentes Sociais gaúchos/as, cabe res-

saltar que é superior ao nacional obtido por meio da pesquisa sobre o perfil dos/as Assistentes Sociais no Brasil, promovida pelo CFESS em 2004, uma vez que, naquele momento, 68% dos/as profissionais registraram não ter qualquer participação.

Com isso, os dados da pesquisa do RS indicam que a participação de 19,86% é inferior ao da pesquisa nacional, que registrou 32% de participação em 2004 (CFESS, 2005). Devemos considerar que, desde então, os direitos sociais e as condições de trabalho têm sido profundamente afetados, e cabem maiores aprofundamentos sobre as incidências nas possibilidades de participação política. Entretanto, podemos registrar que, entre aqueles/as que participam, temos uma porcentagem maior no estado em relação ao movimento partidário e ao movimento sindical do que em nível nacional, como disposto no Quadro 28:

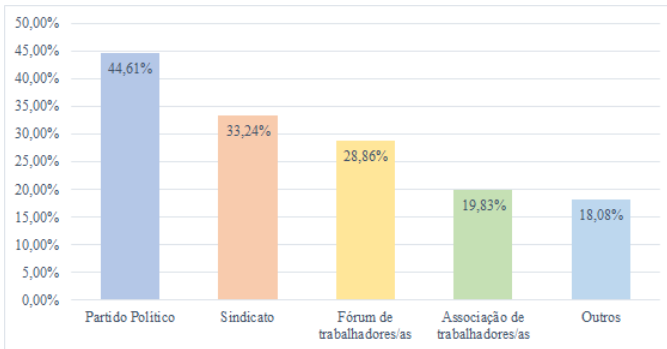
QUADRO 28 — Participação de profissionais em atividades políticas

Variável	CFESS 2004	CRESS 2020
Participação no movimento partidário	12,62%	44,61%
Participação no movimento sindical	10,40%	33,24%

Fonte: Reidel *et al.* (2021); CFESS (2005).

No que diz respeito à particularidade gaúcha, identificamos que o espaço a concentrar maior participação são os partidos políticos (44,61%), seguidos dos sindicatos (33,24%). Também se registram participações em fórum de trabalhadores/as (28,86%), associações de trabalhadores/as (19,83%), entre outros (18,08%). Para melhor visualização, elaboramos o gráfico 10.

GRÁFICO 10 — Espaços de participação política dos/as Assistentes Sociais gaúchos/as



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Dos/ as 33,24% que participam de atividades políticas vinculadas ao sindicato, identificamos que a grande maioria (32,34%-585) é sindicalizada. No Serviço Social, acompanhamos a ousadia da categoria profissional em superar a lógica de organização corporativa, que isola e restringe os grupos profissionais em função de interesses que atingem a todo o conjunto de trabalhadores/as. Sendo assim, a categoria apresenta um acúmulo histórico e decide pela filiação em sindicatos por ramo de atividade, os quais congregam diferentes segmentos profissionais ao longo do percurso histórico.

Compreendemos, no entanto, o sindicato ultrapassando a atribuição de negociação salarial, contemplando sua dimensão de resistência “[...]de contestação ao poder do capital, respondendo à construção da dignidade e da liberdade em termos coletivos e aglutinando as forças individuais na junção dos interesses dos/as trabalhadores/as. (CATTANI; ARAÚJO, 2011, p. 335)”. No estado do RS, por meio de informações da Secretaria de Relações do Trabalho – SRT, do Ministério do Trabalho e Emprego, identificamos o total de 1.240 entidades sindicais de trabalhadores/as com sede e registro no RS, envolvendo as distintas esferas da unidade federativa: 118 municipais, 25 estaduais, 10 federais, 31 denominadas nacionais e 1.056 da esfera privada.

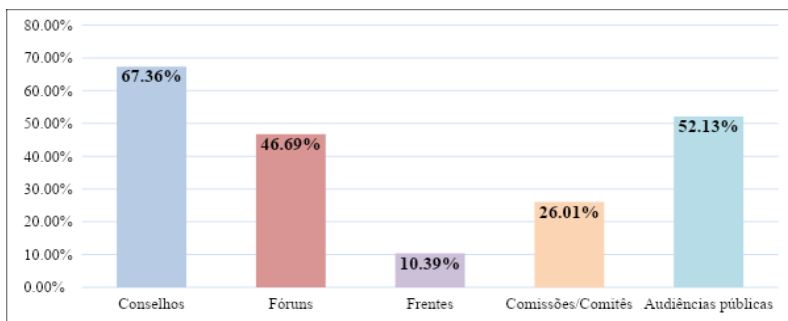
A crise no mundo trabalho mostra-se latente nas privatizações e na precarização das condições vivenciadas pela classe trabalhadora, no desemprego estrutural, na superexploração, no adoe-

cimento, no acirramento da terceirização, na política de redução de custos e outros aspectos. Diante disso, desafiados pela lógica capitalista que incentiva o processo de individualização, reiteramos a relevância da articulação coletiva e organizada da classe trabalhadora, embora estejamos cientes das manobras realizadas para a desmobilização dessa esfera coletiva de organização, em que se aproveita da instabilidade no trabalho e realizam-se ameaças de demissão, acarretando o recuo da mobilização sindical como estratégia de sobrevivência na manutenção de empregos.

Ao tratar-se do RS, não podemos deixar de mencionar a falsa polêmica em torno do processo de sindicalização de Assistentes Sociais em que, não raras vezes, há a afirmativa por parte do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul (SASERS) de que o CRESSRS e o conjunto CFESS/CRESS são contrários à sindicalização. Porém, há que se mencionar, primeiramente, haver a defesa da autonomia e da liberdade quanto ao desejo ou não de sindicalização, repudiando qualquer tentativa de filiação ou contribuição compulsória e, em segundo lugar, haver a defesa da sindicalização por ramo de atividade, compreendendo que a categoria profissional tem muito a contribuir com a luta geral da classe trabalhadora, como já vem participando de várias formas ao longo do tempo, o que significa ser preciso estimular a sindicalização dos/as Assistentes Sociais, considerando os espaços de trabalho no qual estão inseridos/as. Assim, somos desafiados a superar a perspectiva de uma lógica de organização que isola e restringe os grupos profissionais aos interesses corporativos de cada categoria e temos buscado filiação em sindicatos por ramo de atividade, os quais congregam diferentes segmentos profissionais.

Considerando a participação dos/as Assistentes Sociais nos espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas sociais, identificamos que, daqueles/as 1.821 respondentes, 57,66% manifestaram participar de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas sociais, em contraponto a 43,34%, que afirmam não participar. Por outro lado, é importante observar como se dá a representação, pois, daqueles/as 1.817 respondentes, apenas 21,79% estão nos espaços de representação da categoria, e 78,21% compõem outras representações. Quanto às participações, o gráfico 11 apresenta os espaços de maior incidência nesses campos.

GRÁFICO 11 — Espaços de incidências no campo dos direitos humanos e das políticas sociais em que participam os/as Assistentes Sociais



Fonte: Reidel *et al.* (2021).

Na pesquisa sobre o perfil dos/as Assistentes Sociais no Brasil, promovida pelo CFESS, com base em dados de 2004 (CFESS, 2005), cabe destacar a presença de 30,44% de Assistentes Sociais nos Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais, como profissionais e militantes de base envolvidos/as no exercício democrático do acompanhamento de gestão e avaliação da política, dos planos que as orientam e dos recursos destinados à sua implementação. Por sua vez, nesta pesquisa interinstitucional, temos um dado bastante significativo: 67,36% estão presentes nos Conselhos, conforme explicitado no gráfico 11.

Cabe destacar que profissionais Assistentes Sociais têm a sua inserção a partir de diferentes representações, muitos/as deles/as em representação governamental ou poder público. Quando representam a sociedade civil, muitas vezes, trata-se de representação de entidades empregadoras ou de que são parte. Vale destacar que somente o CRESSRS, por meio da inserção dos/as Assistentes Sociais, enquanto representação da categoria profissional nos espaços de controle social, vêm participando de, aproximadamente, 110 espaços em diferentes conselhos de políticas públicas, de defesa de direitos, fóruns e frentes em âmbito municipal, estadual e nacional, totalizando, até maio de 2020, a média de 220 representações quando considerados/as titulares e suplentes.

Destacamos que a inserção militante dos/as Assistentes Sociais nos espaços de controle social, a qual ocorre mediante os Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, as Audiên-

cias Públicas, as Frentes de Luta, os Fóruns Temáticos e os processos de conferências, congressos, simpósios e seminários, consiste em uma estratégia metodológica para a defesa e a promoção dos direitos humanos, em resposta ao recrudescimento das expressões da questão social, numa sociedade orientada sob a égide do capital, portanto, complexa, contraditória e mantenedora de privilégios das classes dominantes.

Nesse sentido, podemos concluir a importância das ações que o CRESSRS buscou desenvolver no último período, no que se refere a subsidiar as representações para que tenham efetiva organização, mobilização e incidência nos espaços decisórios, no âmbito das políticas públicas. Essas ações vão desde a socialização de informações, processos de educação permanente e formação continuada até a intervenção para a viabilidade de condições materiais e de infraestrutura que possibilitem o acesso e a intervenção de todas as pessoas que constituem esses espaços nos processos de decisões como condição essencial de cidadania.

Considerações finais

Vivenciamos um contexto adverso ao projeto societário ao qual se vincula o projeto profissional do Serviço Social crítico e radical. Temos um contexto de restrição de direitos, avanço de forças conservadoras e reacionárias, censuras às lutas sociais, criminalização dos movimentos sociais e inibição de todas as formas de organização coletiva, entre outros. Assim, efetivamos esta pesquisa, visando refletir sobre o perfil, a formação e o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais no RS e sobre a organização política de nossa categoria.

Como temos projetos societários em disputa, temos também projetos profissionais em disputa. Para exemplificar, temos presenciado certa organização em defesa do “Serviço Social clínico”; há grupos organizados intitulando-se “Serviço Social libertário” e “Serviço Social livre”, os quais sustentam bandeiras vinculadas à extrema direita.

Com isso, vale destacar a importância dos dados revelados acerca da relação dos/as Assistentes Sociais gaúchos/as com as instâncias político-organizativas e o registro das entidades representati-

vas da profissão no RS, que apontam desafios e possibilitam refletir sobre a ampliação de estratégias conjuntas para o fortalecimento das entidades e dos espaços de incidência política.

Avançar na compreensão da categoria sobre as entidades é fundamental, inclusive para fazer frente a projetos de ataque aos Conselhos profissionais, como é o caso da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 108/2019, que determina o fim da obrigatoriedade de profissionais inscreverem-se em conselhos de classe, implicando a possibilidade de extinção dos Conselhos com sérias implicações para a sociedade. Essa proposta é um ataque às garantias que temos construído como profissão ao longo dos últimos anos. Inclusive, a realização desta pesquisa, sem a parceria da gestão “Classe trabalhadora em luta: unidade e resistência” (2017-2020), do CRESSRS, seria inviável.

Identificamos fragilidades no entendimento de parte da categoria que não compreende o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro articulado com as entidades representativas da profissão. Assim, percebe-se a necessária criação de estratégias de resistência que possibilitem desmistificar o processo de construção e funcionamento das entidades da categoria e o significado delas na atualidade, dando-lhes visibilidade como conquista e patrimônio histórico do Serviço Social brasileiro.

Destacamos, diante disso, que uma das estratégias para contribuir com essa compreensão é o resgate mais aprofundado acerca da história das entidades representativas da categoria e entendimento construído acerca dos demais espaços político-organizacionais nos quais participamos. Trata-se do registro da história, da sua importância e das estratégias elaboradas pela categoria que podem ser recuperadas, qualificadas, fortalecidas e socializadas.

Os dados acerca da baixa participação na gestão das entidades também indicam a necessidade de realização de pesquisas sobre a realidade social e as políticas públicas sociais e do trabalho, com mediação com a profissão, que contribuam com a identificação dos desafios à participação que perpassa a vida dos/as profissionais desde a formação graduada. Neste sentido, ainda ressaltamos a importância da realização de pesquisas em que o perfil de estudantes de Serviço Social seja objeto de investigação, com vistas não só à construção de estratégias pedagógicas pelas UFAS, mas também,

mediante o compartilhamento e a divulgação dos dados, sejam utilizados pelas entidades representativas objetivando a participação de estudantes nesses espaços. Trata-se de estratégias que propiciam a identificação das possibilidades concretas de envolvimento e participação da categoria.

Além disso, faz-se necessário estar vigilante no que tange a formação profissional para que não deixe de proporcionar aprendizagens sobre essas entidades e a sua configuração como instâncias político-organizativas. Assim, é de suma importância a realização de pesquisas como esta que podem ser em parceria com as UFAS, permitindo superar a histórica dicotomia entre aqueles/as que estudam e aqueles/as que trabalham “na ponta”, o que descaracteriza a identidade de categoria como classe trabalhadora, uma vez que a vivência dos rebatimentos do tempo presente se dá em todos os espaços.

Ademais, pesquisas como esta permitem analisar e acompanhar os rebatimentos da realidade na profissão, a partir de espaços legítimos de manifestação da categoria, possibilitando a aproximação das entidades representativas com os/as profissionais, por meio da escuta, do desvendamento de suas compreensões, seus anseios, suas dificuldades e suas necessidades, mediante o diálogo, reafirmando a premissa democrática construída pelas entidades ao longo de sua história, na contramão do projeto político em voga no país, inscrito nos limites da sociedade ultraneoliberal, que exacerba e cultua o individualismo em detrimento do coletivo e da identificação da classe em si e para si.

Mostram-se acertadas as estratégias adotadas pelo CRESSRS como as que se referem às ações de interiorização junto aos NUCRESS e às UFA, ao fortalecimento dos GT e das Comissões, à promoção de eventos formativos e principalmente à comunicação de forma transversal a todos os âmbitos de atuação do CRESSRS, pois possibilitam o aspecto informativo e o formativo, que, além de dar materialidade à política de comunicação do conjunto CFESS/CRESS, ultrapassam o entendimento da entidade em sua dimensão fiscalizadora, punitiva e/ou cartorial e promovem maior aproximação com a categoria.

Também fica nítida a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os espaços participativos, como os conselhos, os fóruns e as frentes de lutas, os quais se configuram como espaço

privilegiado de incidência política para a defesa intransigente dos direitos humanos, conforme preconizam os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, também traduzido nas bandeiras de luta do Serviço Social brasileiro.

Se afirmamos que as entidades representativas da profissão e sua atuação articulada são reconhecidas como patrimônio político, historicamente conquistado na profissão, não podem passar despercebidos os ataques vivenciados no tempo presente que atentam à democracia, às liberdades democráticas, à ciência, à pesquisa, aos direitos humanos, o que impacta também a profissão e as suas entidades, que, hegemonicamente, enfrentam o conservadorismo e lutam por um projeto societário sob bases emancipatórias a partir de uma direção crítica.

Precisamos prezar pela memória e a história desta profissão no Brasil que, ao longo de sua conformação, possibilitou acúmulos e contribuiu efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social, constituindo-se como elemento fundante para a manutenção do projeto ético-político profissional que convoca os/as Assistentes Sociais a assumir seu lugar como classe trabalhadora na articulação das resistências, em conjunto com outros sujeitos políticos e coletivos.

É mais do que necessário defendermos nossas entidades diante dos ataques que têm recebido, pois é por meio delas que nós somos um organismo vivo que, como e com a classe trabalhadora, colocamo-nos em marcha, contra a ferocidade das medidas tomadas nos últimos anos, que têm afetado o trabalho, o ensino e as condições de vida de forma geral. As entidades e os demais espaços político-organizativos representam-nos, mas não se fazem sem nós.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. Movimento sindical e serviço social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?. *In*: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p.177-194.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de serviço social no Brasil: orga-

nização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do serviço social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. 40 anos do “Congresso da Virada”. *In*: SILVA, M. L. de O. e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019. p.35-55.

ABREU, M. M. ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p.173-188, set. 2008.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. (org.). **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 2003.

CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CATTANI, A. D.; ARAUJO, S. M. de. Sindicatos - Sindicalismo. *In*: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.335-339

CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.161-172, set. 2008.

CFESS. **Histórico**. s/a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/vi-sualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CFESS (org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, CFESS-CRESS UFAL, 2005. 73 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

CRESSRS. CRESS 10ª REGIÃO. **ENESSO**, [online], 2020. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/conselho/cress-10-regiao/>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

ENESSO. Quem somos. **ENESSO**, [online], 2020. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: jul. 2021.

ENESSO. História da ENESSO. **ENESSO**, [online], 2014b. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

ENESSO. Que bicho é esse? **ENESSO**, [online], 2014a. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/2014/04/26/enesso-que-bicho-e-esse/>. Acesso em: jul. 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; CELATS, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, G. S.; CLOSS, T. T.; ZACARIAS, I. R. Antecedentes da reconceituação latino-americana na escola de Porto Alegre-RS. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-80, jan./jul. 2018.

NETTO, J. P. II CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade**: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, São Paulo, v. 1, n. 100, p.650-678, out. 2009.

RAMOS, S. R. A importância da articulação entre ABEPSS, conjun-

to CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p.113-122, jul./dez. 2011.

REIDEL, T. **A relevância da categoria participação para os/as Assistentes Sociais e a representação profissional no CRESS 10ª região**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

REIDEL, T. *et al.* **Banco de dados da pesquisa interinstitucional: Perfil, formação e trabalho dos/as assistentes sociais no estado Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s. n.], 2020.

SCHEFFER, G. *et al.* O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do serviço social brasileiro. *In*: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e as interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 95-118.

SHEFFER, G.; CLOSS, T. T.; ZACARIAS, I. A Reconceituação latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.135, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DryPykbBhYnL-qMQ86xwYZTf/?lang=pt>. Acesso em: mar. 2022.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim Informativo: Feliz aniversário! 49 anos de luta!**. Porto Alegre: [s. n.], 2007. n. 2. Disponível em: <http://www.sasers.com.br/boletins/49-anos.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. *In*: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p.1-18.

VASCONCELOS, A. M. de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

APÊNDICE

Pesquisa interinstitucional: **Perfil, formação e trabalho do(a) Assistente Social no Rio Grande do Sul**

1. Você concorda com o termo de consentimento acima referido?

Eu concordo

Eu não concordo

BLOCO 1 – Questões relacionadas com o perfil do profissional

2. Cidade onde reside:

3. A cidade onde reside é a mesma onde trabalha?

Não

Sim

4. Idade:

5. Identidade de gênero:

Feminino

Masculino

Travesti

Transexual feminina

Transexual masculino

Não binário

Outro (especifique)

6. Etnia/cor autodeclarada:

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta/Negra

Outro (especifique)

7. Estado civil:

Solteiro

Casado/a
Separado/a
Divorciado/a
União Estável
Viúvo/a

8. É praticante de alguma religião?

Não
Sim

9. Se é praticante de alguma religião, especifique-a.

Budista
Candomblé
Católico Ortodoxo
Católico Romano
Espírita
Evangélica
Evangélica Pentecostal
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
Islâmica
Judaica
Luterana
Testemunha de Jeová
Tradições Indígenas
Umbanda
Outro (especifique)

BLOCO 2 – Questões relacionadas com a formação profissional

10. Indique a sua instituição de formação (se possui mais de uma formação, indique a instituição onde concluiu o curso de Serviço Social):

11. Caso tenha concluído o curso de Serviço Social em outro estado do Brasil, indique-o.

12. Indique o ano de conclusão da graduação.

13. Indique a modalidade da formação.

Presencial

Ensino à Distância (EAD)

Semipresencial

14. O Serviço Social foi a sua primeira opção no processo seletivo para o ensino superior?

Não

Sim

15. Se não, qual foi sua primeira opção?

16. Por que não a cursou?

Custo da mensalidade

Achou difícil

Distância geográfica

Não passou no vestibular

Não contemplava a dimensão interventiva

Turnos oferecidos não permitiam trabalhar

Outro (especifique)

17. Sinalize caso possua curso(s) de pós-graduação e a área de conclusão. (É necessário responder a todas as linhas. Clique em “não fez” aquela(s) especialização(ões) que você não possui .)

Pós-Graduação/ Especialização

Residência

Mestrado Acadêmico

Mestrado Profissional

Doutorado

18. Durante a sua formação, em nível de graduação, você teve acesso a: (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Atividades exclusivamente ligadas ao ensino

Atividades de ensino e de extensão

Atividades de ensino e de pesquisa

Todas as anteriores

Outro (especifique)

19. Indique a avaliação que você faz da formação que recebeu em nível de graduação, considerando o seguinte: (É necessário responder a todas as linhas.)

Desenvolvimento de competências teórico-metodológicas

Desenvolvimento de competências ético-políticas

Desenvolvimento de competências técnico-operativas

Experiência nos estágios curriculares

20. Quanto à qualificação do corpo docente, você se considera:

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

21. Quanto às metodologias de ensino, você se considera:

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

22. Quanto à infraestrutura da Instituição de Ensino Superior (IES), você se considera:

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

23. Quanto à articulação da formação com o movimento da realidade e da conjuntura, você se considera:

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

24. Quanto à articulação da formação com a realidade do mercado de trabalho, você se considera:

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

25. Como você avalia a formação obtida em nível de graduação? Atendeu as exigências que se colocam para o trabalho profissional?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

26. Você teve vivências ou participou, no período de graduação, de espaços e/ou representações da categoria profissional e/ou da organização estudantil?

Não

Sim

27. Se sim, indique, abaixo, como se sentiu.

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

BLOCO 3 – Questões relacionadas com o trabalho profissional

28. Você está trabalhando na área do Serviço Social?

Não

Sim

29. Caso não esteja trabalhando, explique o motivo.

Não foi selecionado nas entrevistas de emprego

Não se identificou com o trabalho

Pouca oferta de vagas
Está estudando para concurso público
Está esperando para ser chamado em algum concurso público
Não passou em concurso público
Não abriu concurso público
Não se sentiu em condições de assumir o trabalho como Assistente Social
Outro (especifique)

30. Caso esteja trabalhando como Assistente Social, cite qual atividade exerce.

31. Atualmente, você possui quantos vínculos de emprego? Nenhum
1
2
3
4

32. A sua carga horária total de trabalho semanal é de:
Nenhuma
Menos de 20 horas semanais
Entre 20 e 24 horas semanais
Entre 25 e 30 horas semanais
Entre 31 e 40 horas semanais
Entre 41 e 50 horas semanais
Entre 51 e 60 horas semanais
Entre 61 e 70 horas semanais
Mais de 70 horas semanais (especifique)

33. Indique a função exercida no espaço de trabalho.

34. Indique a natureza da instituição onde trabalha.
Nenhuma
Setor público municipal
Setor público estadual
Setor público federal
Organização não governamental sem fins lucrativos
Empresa privada

Organização da sociedade civil de interesse público
Organização social
Fundação
Autônomo
Voluntário
Sindicato, Associação ou Movimento social e/ou popular
Outro (especifique)

35. Indique o tipo de vínculo empregatício.

Nenhum
Autônomo
Cargo comissionado
Celetista (CLT)
Contrato temporário
Cooperativado
Estatutário
Prestação de serviço
Terceirizado
Trabalhador intermitente
Outro (especifique)

36. Em relação a sua remuneração mensal, indique o valor que mais se aproxima.

Nenhum
Até R\$ 1.000,00
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00
Mais de R\$ 15.001,00 (especifique)

37. Indique a política social predominante no seu trabalho.

Assistência

Previdência
Saúde
Outro (especifique)

38. Assinale o(s) objeto(s) do seu trabalho como Assistente Social, considerando as competências exercidas no seu espaço sócio-ocupacional. (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

As relações sociais e/ou familiares
O empoderamento ou fortalecimento dos sujeitos sociais
As múltiplas expressões da questão social
Os problemas sociais
As vulnerabilidades e os riscos sociais
Ajuda humanitária
Outro (especifique)

39. Assinale o(s) referencial(is) utilizado(s) para fundamentar o seu trabalho e as competências profissionais exercidas. (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Referenciais pós-modernos
Referenciais positivistas ou funcionalistas
Referenciais fenomenológicos ou existencialistas
Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos
Teoria social marxista ou método dialético-crítico
Outro (especifique)

40. Assinale como você avalia as condições técnicas e éticas para a realização de seu trabalho. (É necessário responder a todas as linhas.)

Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional (Art. 2º, a, Res. CFESS nº 439/2006).
Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional (Art. 2º, b, Res. CFESS)
Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas (Art. 2º, c, Res. CFESS nº 439/2006)
Espaço adequado para a colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (Art. 2º, d, Res. CFESS nº 439/2006)

O atendimento efetuado pelo Assistente Social deve ser feito a portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (Art. 3º, Res. FESS nº 439/2006)

O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restritos aos assistentes sociais (Art. 4º, Res. CFESS nº 439/2006), podendo estar em outro espaço físico (Art. 5º, Res. CFESS nº 439/2006)

41. Avalie os impactos das condições e das relações de trabalho no seu espaço sócio-ocupacional para o desenvolvimento destas competências profissionais. (É necessário responder a todas as linhas.)

A estrutura física e os recursos disponibilizados são adequados ao desenvolvimento das ações profissionais

A composição da equipe de trabalho e os recursos humanos são adequados ao desenvolvimento das ações profissionais

Possui autonomia no desenvolvimento das competências profissionais em serviço social

Os pareceres e os posicionamentos profissionais são respeitados e valorizados na equipe de trabalho

As demandas e as solicitações realizadas pela equipe, pela chefia e pelos usuários dos serviços conseguem ser atendidas de forma planejada e com qualidade

Consegue desenvolver o trabalho de acordo com a orientação ético-política e teórico-metodológica de sua escolha

42. Classifique as competências exercidas no seu trabalho como Assistente Social. (É necessário responder a todas as linhas.)

Orientação e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos sociais

Realização de estudos socioeconômicos, elaboração de relatórios e pareceres sociais

Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades

Assessoria, apoio a movimentos sociais e ações de mobilização social

Desenvolvimento de processos investigativos e pesquisas

Supervisão direta de estagiários de serviço social

Planejamento, organização e administração de benefícios sociais

Gestão e direção de unidade ou setor de serviço social em entidades públicas ou privadas
Implementação e/ou execução de políticas e serviços sociais

Formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais

Gestão de políticas e serviços sociais

Elaboração e/ou coordenação de projetos sociais

Outro (especifique)

43. Quais são os três principais desafios ou dificuldades para o exercício de seu trabalho identificados no seu espaço sócio-ocupacional? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Insegurança no emprego

Precárias formas de contratação

Intensificação com o trabalho

Aviltamento dos salários

Pressão pelo aumento de produtividade

Pressão por resultados imediatos

Ausência de horizontes profissionais de longo prazo

Falta de perspectivas de progressão na carreira

Falta de perspectiva de ascensão na carreira

Ausência de educação permanente

Outro (especifique)

44. Quais são as principais precarizações vivenciadas no seu trabalho? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Contrato de trabalho

Condições salariais

Condições ou recursos insuficientes para a realização do trabalho

Outro (especifique)

45. Você identifica possibilidades de resistência diante das precarizações vivenciadas no trabalho?

Não

Sim

Parcialmente

46. Se sim, quais?

47. Nos últimos cinco anos, você teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho?

Não

Sim

48. Se sim, indique quais. (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Síndrome do pânico

Depressão Doenças osteomusculares (LER, DORT, coluna, outros)

Cefaleia crônica (ou enxaqueca crônica)

Gastrites e outras doenças digestivas

Outro (especifique)

49. Numa escala de 1 a 5, quais dos itens abaixo considera o fator que mais causa agravo a sua saúde na relação com o trabalho? (É necessário responder a todas as linhas. Considere 1 para menor agravo e 5 para maior agravo.)

Sobrecarga de trabalho

Pressão (de ordem hierárquica) por parte da chefia para cumprimento de tarefas ou metas

Na relação com os colegas

Falta de condições de atendimento à população usuária

Outro (especifique)

50. Nos últimos cinco anos, você já se sentiu assediado moralmente, no local de trabalho?

Não

Sim

51. Nos últimos cinco anos, você já se sentiu assediado sexualmente, no local de trabalho?

Não

Sim

52. Nos últimos cinco anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua cor, no local de trabalho?

Não

Sim

53. Nos últimos cinco anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua orientação sexual, no local de trabalho?

Não

Sim

54. No exercício da suas atribuições profissionais, atua como supervisor de campo?

Não

Sim, por pressão institucional

Sim, por motivação própria

55. Se sim, quantos(as) estagiários(as) você supervisiona?

1

2

3

4

5 ou mais

56. Qual é a carga horária semanal de trabalho utilizada para a supervisão de estágio?

1 hora

2 horas

3 horas

4 horas

5 horas

6 horas

7 horas

10 horas

57. No exercício das suas atribuições profissionais, atua como supervisor acadêmico?

Não

Sim

58. Se sim, quantos(as) estagiários(as) você supervisiona?

De 1 a 15

De 16 a 30

Acima de 31

59. Qual é a carga horária semanal de trabalho utilizada para a supervisão acadêmica?

1 hora

2 horas

3 horas

4 horas

5 horas

6 horas

7 horas

10 horas

60. Você participa de Fórum de Estágios?

Não

Sim

61. Se sim, qual(is) fóruns? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.) Fórum Local

Fórum Regional

Fórum Estadual

Fórum Nacional

BLOCO 4 – Questões relacionadas com as entidades político-organizativas da categoria

62. Como você avalia o papel do conjunto CFESS/CRESS?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

63. Como você avalia o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

64. Como você avalia o papel da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO)?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Nem satisfeito, nem insatisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

65. Você participa ou já participou da gestão das entidades representativas da categoria?

Não

Sim

66. Se sim, qual(is)? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão)

CFESS

CRESS

ABEPSS

ENESSO

67. Atualmente, participa de algum espaço de organização da categoria (NUCRESS, GT ou Comissões vinculadas ao CRESS)?

Não

Sim

68. Se sim, qual(is)? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

NUCRESS

GT

Comissões vinculadas ao CRESS

69. Você participa de eventos ou ações formativas, promovidos pelas entidades político-organizativas da categoria?

Não

Sim

70. Você participa de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas? Não

Sim

71. Se sim, de quais espaços participa? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Conselhos

Fóruns

Frentes

Comissões/Comitês

Audiências Públicas

72. Você representa a categoria dos/as assistentes sociais em espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?

Não

Sim

73. Se sim, quais espaços? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Conselhos

Fóruns

Frentes

Comissões/Comitês

Audiências Públicas

Outros (especifique)

74. Você participa de alguma atividade política?

Não

Sim

75. Se sim, de quais espaços participa? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Partidos políticos

Sindicatos

Fórum dos trabalhadores/as

Associações de trabalhadores/as

Outro (especifique)

76. É sindicalizado?

Não
Sim

BLOCO 5 – Questões relacionadas com educação permanente

77. Você considera importante participar de processos de educação permanente? Não
Sim

78. Você vivencia experiências de educação permanente no seu trabalho?
Não
Sim

79. Considerando a realidade do seu trabalho, na perspectiva da educação permanente, quais saberes são emergentes e necessários para o exercício da profissão? (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Fundamentos em Serviço Social
Trabalho com famílias
Planejamento, monitoramento e avaliação
Trabalho interdisciplinar e intersetorial
Abordagem grupal
Pesquisa social
Análise territorial
Outro (especifique)

80. Indique a(s) modalidade(s) de educação permanente em que você possui interesse, necessidade ou motivação em participar. (É possível marcar mais de uma alternativa nesta questão.)

Rodas de conversa
Grupos de supervisão profissional
Seminários
Cursos de curta duração
Oficinas teórico-práticas
Cursos de especialização
Curso de mestrado
Curso de doutorado

Outro (especifique)

Agradecemos a sua participação!

SOBRE OS ORGANIZADORES



Tatiana Reidel

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS), Pós-Doutorado na Universidade Complutense de Madri (UCM) Espanha. Professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social no qual é coordenadora substituta. Vice-líder grupo de pesquisa GEFESS, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho Profissional-UFRGS. Membro da Coordenação do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional do Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)2019-2020; 2021-2022. Coordenadora da Pesquisa Perfil, Formação e Trabalho Profissional de Assistentes Sociais no RS.



Thaisa Teixeira Closs

Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social. Docente do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGSPSS/UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ensino, Memória e Fundamentos do Serviço Social (GEFEMSS/UFRGS).



Ana Lúcia Suárez Maciel

Possui Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialização em Administração de Recursos Humanos pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora e pesquisadora dos Cursos de Graduação

e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Líder do Grupo de Pesquisas em Gestão Social e Formação em Serviço Social - FORMASS; Bolsista Produtividade 2 do CNPq.



Agnaldo Engel Knevitx

Assistente Social graduado pela PUCRS. Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos pela UFRGS. Conselheiro do CFESS na Gestão 2020-2023. Foi Conselheiro Presidente na Gestão 2017-2020 e Vice-presidente na Gestão 2014-2017, do CRESSRS. Compõe a Coordenação Nacional e Executiva do Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS - FNTSUAS, desde 2016. Já foi Conselheiro em Conselhos de Defesa de Direitos e de Controle Social. Integra o Grupo de Pesquisa Interinstitucional entre CRESSRS, PUCRS e UFRGS sobre Perfil, Trabalho e Formação Profissional das/dos Assistentes Sociais do RS. Funcionário Público na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, compondo a Equipe Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente Restinga/Extremo-Sul.



Jane Cruz Prates

Graduada, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, com estágio pós-doutoral na mesma área pela PUCSP, Professora da PUCRS desde 1995, nos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Coordenadora do PPGSS da PUCRS e Editora da Revista Textos & Contextos. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPES e Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP, Pesquisadora Produtividade 1C do CNPq, Membro do Conselho Universitário da Universidade Nacional de Córdoba/Argentina. Foi Coordenadora de Planejamento e Diretora Técnica da FASC- Prefeitura de Porto Alegre e Coordenadora de Planejamento, Diretora Geral e Secretária de Estado Substituta, na Secretaria de Obras e Saneamento Ambiental do Estado do RS.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Agnaldo Engel Knevit

Assistente Social graduado pela PUCRS. Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos pela UFRGS. Conselheiro do CFESS na Gestão 2020-2023. Foi Conselheiro Presidente na Gestão 2017-2020 e Vice-presidente na Gestão 2014-2017, do CRESSRS. Compõe a Coordenação Nacional e Executiva do Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS - FNTSUAS, desde 2016. Já foi Conselheiro em Conselhos de Defesa de Direitos e de Controle Social. Integra o Grupo de Pesquisa Interinstitucional entre CRESSRS, PUCRS e UFRGS sobre Perfil, Trabalho e Formação Profissional das/dos Assistentes Sociais do RS. Funcionário Público na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, compondo a Equipe Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente Restinga/Extremo-Sul.

Ana Lúcia Suárez Maciel

Possui Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialização em Administração de Recursos Humanos pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora e pesquisadora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Líder do Grupo de Pesquisas em Gestão Social e Formação em Serviço Social - FORMASS; Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

Carolyn Zgievski Barreto

Graduada em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2012). Cursando Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde é bolsista de iniciação científica, vinculada à Pesquisa Interinstitucional: perfil, formação e trabalho dos/as assistentes sociais no Rio Grande do Sul, e membro discente do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social - GEPETFESS/UFRGS.

Eliana Mourgues Cogoy

Possui graduação em Serviço Social (1998) e especialização em Desenvolvimento Social (2004), ambas pela UCPel. É mestre em Serviço Social (2006) pela PUCRS (2006) e doutora pela FLACSO/Argentina (2019). Foi professora efetiva na Unipampa, coordenou a Assistência Estudantil, foi membro da Comissão de Ética da Universidade e do Conselho Universitário (CONSUNI). Desde 2014, integra o quadro efetivo da UFSM, junto ao curso de Serviço Social do CCSH. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia Cultura e Questão Social/NEPMQS, certificado pelo CNPq. Integrou a gestão 2017- 2020 do CRESSRS - 10ª Região. Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

Jane Cruz Prates

Graduada, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, com estágio pós-doutoral na mesma área pela PUCSP, Professora da PUCRS desde 1995, nos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Coordenadora do PPGSS da PUCRS e Editora da Revista Textos & Contextos. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPES e Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP, Pesquisadora Produtividade 1C do CNPq, Membro do Conselho Universitário da Universidad Nacional de Córdoba/ Argentina. Foi Coordenadora de Planejamento e Diretora Técnica da FASC- Prefeitura de Porto Alegre e Coordenadora de Planejamento, Diretora Geral e Secretária de Estado Substituta, na Secretaria de Obras e Saneamento Ambiental do Estado do RS.

Laís Duarte Corrêa

Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul – UCS (2017), Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2020). Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, bolsista do CNPq. Vincula-se ao: Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social - NEPES no Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP/PUCRS; Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão

sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social - GEPETFESS/UFRGS; Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina/UFSC; e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais- NEPPPS/UCS.

Loiva Mara de Oliveira Machado

Graduada em Ciências Contábeis e em Serviço Social. Especialização em Movimentos sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa (UFMG). Mestrado e Doutorado (PUCRS). Professora do Departamento de Serviço Social (UFRGS). Líder do AYA- Grupo de estudos, extensão e pesquisas em Serviço Social, relações sociais de exploração/opressão de raça/etnia e gênero (UFRGS). Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região (Gestão 2013-2017; 2017-2020). Integrante do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades - Ênfase: Relações étnicas raciais e desigualdades / Antirracismo e Serviço Social. Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e da Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

Rosa Maria Castilhos Fernandes

Mestre e Doutora pelo PPG em Serviço Social da PUCRS. Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social e do PPG em Política Social e Serviço Social da UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais com foco nos estudos e pesquisas sobre Educação Permanente nas situações de trabalho no âmbito das políticas sociais públicas. Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

Tatiana Reidel

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS), Pós-Doutorado na Universidade Complutense de Madri (UCM) Espanha. Professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social no qual é coordenadora substituta. Vice-líder grupo de pesquisa GEFESS, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho Profissional-UFRGS. Membro da

Coordenação do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional do Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)2019-2020; 2021-2022. Coordenadora da Pesquisa Perfil, Formação e Trabalho Profissional de Assistentes Sociais no RS. Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

Thaís Teixeira Closs

Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social. Docente do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGSPSS/UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ensino, Memória e Fundamentos do Serviço Social (GEFEMSS/UFRGS). Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

Este livro se constitui em um dos produtos da pesquisa interinstitucional, intitulada “Perfil, formação e trabalho dos/das Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul”, realizada através de fecunda articulação com pesquisadores/as destes temas vinculados aos cursos de Serviço Social e aos programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), juntamente com a Comissão de Formação e Trabalho Profissional do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2017 e 2020.

Objetivando desvendar o perfil dos/das Assistentes Sociais, quanto à formação e ao trabalho profissional, bem como os processos de educação permanente e à relação com as entidades político-representativas da categoria, o coletivo de autores, ao longo dos seis capítulos que conformam a obra, tratam de desvendar como a profissão de Assistente Social tem se materializado no referido estado, apontando o perfil desses/as profissionais, identificando postos de trabalho, os elementos constitutivos do seu trabalho e formação, de modo a capturar o retrato atual da profissão em solo gaúcho e sinalizando os desafios que se colocam para a formação, o trabalho e a organização profissional.

Trata-se de uma produção inédita no Rio Grande do Sul que sistematiza e analisa, em múltiplas dimensões, um conjunto significativo de dados empíricos coletados, em ampla e desafiante pesquisa de campo, que envolveu o trabalho engajado dos pesquisadores/as e contou com a adesão massiva da categoria profissional, evidenciando a relevância da mesma diante das complexas e desafiantes configurações que se processam na realidade da formação e do trabalho profissional.

